

LICENCIATURA EM PEDAGOGIA



PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO

“RESOLUÇÃO COEPE/UEMG Nº 392, DE 17 DE MARÇO DE 2023 que aprova alterações no Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Unidade Acadêmica de Carangola.”

**CARANGOLA/MG
2023**

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

Prof.^a Lavínia Rosa Rodrigues
Reitora da Universidade do Estado de Minas Gerais

Prof. Thiago Torres Costa Pereira
Vice-Reitor da Universidade do Estado de Minas Gerais

Prof.^a Michelle G. Rodrigues
Pró-Reitora de Graduação

Prof. Moacir Laterza Filho
Pró-Reitora de Extensão

Prof.^a Vanesca Korasaki
Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-graduação

Prof. Silvia Cunha Capanema
Pró-Reitor de Planejamento, Gestão e Finanças

Profa. Andrea Vicente Toledo Abreu
Diretora da Unidade Carangola

Profa. Magda Dezotti
Coordenadora do Curso de Pedagogia

Prof. Ramon Mendes da Costa Magalhães
Chefe do Departamento de Educação, Linguística e Letras

**EQUIPE RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO DO
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA PARA VIGÊNCIA A PARTIR DO
PRIMEIRO SEMESTRE DE 2023**

Núcleo Docente Estruturante (NDE)

Profª. Dra. Cristiana Barcelos da Silva

Prof. Me. Diego Gonzaga Duarte da Silva

Profª. Dra. Magda Dezotti

Profª. Dra. Carla Silva Machado

Profª. Dra. Elizete Oliveira de Andrade

PROFESSORES COLABORADORES

Profª. Me. Fernanda Bevilaqua Costa.

Profª. Dra. Paloma Rezende de Oliveira.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	2
1 JUSTIFICATIVA	3
1.1 Dados de Identificação da Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG	8
1.2 Dados de Identificação de Curso	8
2 CONTEXTUALIZAÇÃO	10
2.1 Histórico da Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG	10
2.2 Competência e Finalidades da UEMG	11
2.3 A Unidade Carangola	12
3 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA DO CURSO	16
3.1 História e Perfil do Curso de Pedagogia	16
3.2 Algumas reflexões teóricas	19
3.3 Objetivos do Curso	23
3.4 Perfil Profissional	24
3.5 Competências e Habilidades	27
3.5.1 Quanto às competências:	27
3.5.2 Quanto às Habilidades	28
3.6 Perfil do Egresso	30
4 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR	31
4.1 Estrutura e Conteúdos Curriculares	31
4.2 Metodologia e Recursos Didáticos	31
4.3 Duração e Carga Horária Mínima	31
4.4 Conteúdos Curriculares	32
4.4.1 Grupo I	32
4.4.2 Grupo II	33
4.4.3 Grupo III	34
4.4.4 Carga Horária por grupos de estudo	35
4.4.5 Matriz Curricular do Curso de Pedagogia	36
4.4.6 Disciplinas Optativas	39
4.5 A Prática de Formação Docente	40
4.6 Estágio Curricular Supervisionado	42
4.7 Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)	46
4.8 Atividades Acadêmico-Científicas e Culturais (AACCs)	48
4.9	49
5. ADMINISTRAÇÃO ACADÊMICA	50
5.1 O Colegiado do Curso de Pedagogia	50

5.2 Atuação do Núcleo Docente Estruturante (NDE)	51
5.3 Departamento de Educação, Linguística e Letras (DELL)	52
6 ATIVIDADES DE PESQUISA E EXTENSÃO	53
7 SISTEMA DE AVALIAÇÃO	54
7.1 Avaliação do Curso e do Projeto Pedagógico	54
7.2 Avaliação dos Docentes	54
7.3 Avaliação dos Discentes	55
7.4 Comissão Própria de Avaliação (CPA)	56
8. INFRAESTRUTURA	56
8.1 Laboratório de Informática	58
8.2 Biblioteca	58
8.3 Brinquedoteca	62
9 ASSISTÊNCIA E APOIO PSICOPEDAGÓGICO AO ESTUDANTE	62
9.1 Programa Estadual de Assistência Estudantil (PEAES)	63
9.2 Núcleo de Apoio ao Estudante (NAE)	63
10 REFERÊNCIAS	63
APÊNDICES	69
Apêndice 01 – EMENTÁRIO DAS DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS	70
Apêndice 02 – EMENTÁRIO DAS DISCIPLINAS OPTATIVAS	107
Apêndice 03 –REGULAMENTO DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO	117
Apêndice 04 – REGULAMENTO PARA A ELABORAÇÃO DE TRABALHOS DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)	129
Apêndice 05 – REGULAMENTO DAS ATIVIDADES ACADÊMICO-CIENTÍFICAS E CULTURAIS E DEMAIS FORMULÁRIOS	139
Apêndice 06 – REGULAMENTO DE ATIVIDADES DE EXTENSÃO CURRICULAR	144
Apêndice 06 - REGULAMENTO DAS DA BRINQUEDOTECA DO CURSO DE PEDAGOGIA – UEMG UNIDADE ACADÊMICA DE CARANGOLA	147
ANEXOS	151

APRESENTAÇÃO

Para a Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG / Unidade Carangola, o projeto pedagógico deve ser, antes de tudo, uma ação consciente e planejada com vistas ao futuro. Visa, portanto, traçar ações curriculares e extracurriculares que possam desenvolver habilidades profissionais de seus estudantes, levando em conta, ainda, as perspectivas e condições do mercado de trabalho regional e as demandas globais.

O presente documento formaliza o Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG / Unidade Carangola que se submete à apreciação das instâncias do Conselho Estadual de Educação de Minas Gerais. O projeto reflete os esforços da comunidade acadêmica no sentido de cumprir os princípios filosóficos, políticos e pedagógicos demarcados e as estratégias de ação para executá-lo.

Com o claro propósito de ofertar ao educando uma formação sólida e holística que concorra para o desenvolvimento sustentável do Estado de Minas Gerais, a proposta do Curso enfatizará o comprometimento institucional com a educação para a cidadania, o bem comum, a ética e a pluralidade cultural. Ademais, alinha-se com os paradigmas contemporâneos de formação profissional e as ações educativas que respondem à atual política brasileira para a área.

Com a adoção do processo participativo do Núcleo Docente Estruturante (NDE) na preparação e atualização periódica deste Projeto Pedagógico deseja-se comprometer cada um dos participantes com o desafio de conduzir os trabalhos exitosamente. Em razão do exposto e desejando contribuir para a sustentação de prioridades e o enfrentamento dos desafios da contemporaneidade, com senso e determinação em pensar constantemente as próprias ações, avaliando resultados e perspectivas, apresenta-se o presente Projeto Pedagógico como instrumento a nortear o Curso Superior de Licenciatura em Pedagogia com base nos seus postulados e em sintonia com as transformações no campo da educação tecnológica, do trabalho e da sociedade.

1 JUSTIFICATIVA

O processo de reestruturação do presente Projeto Pedagógico Curricular do Curso de Pedagogia da Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG / Unidade Carangola se deu inicialmente por meio de debates com a coordenação, o Núcleo Docente Estruturante, os professores e os alunos, tendo em vista oportunizar uma maior participação de todos os envolvidos no Curso. Essa participação aconteceu de modo efetivo e dinâmico, a partir de estudos e debates acerca das informações contidas nas Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Pedagogia – Resolução CNE nº 1, de 15 de maio de 2006 que norteiam os princípios teóricos e metodológicos da prática educativa e da reflexão sobre a formação e do fazer do Licenciado em Pedagogia, bem como das orientações da Resolução CNE/CP nº. 2, de 20 de dezembro de 2019, que “define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de professores para a educação básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação)”.

Ao considerar o disposto nesses documentos e o resultado dos debates e das opiniões dos envolvidos no processo, a reestruturação do presente Projeto Pedagógico tem como ponto de partida o compromisso social, incorporado à conjuntura contemporânea, às legislações atuais e às orientações a respeito da estruturação curricular, além das condições de oferta do Curso e das formas de organização do processo ensino-aprendizagem. Como afirma Freire (1996, p. 26):

Quando vivemos a autenticidade exigida pela prática de ensinar aprender participamos de uma experiência total, diretiva, política, ideológica, gnosiológica, pedagógica, estética e ética, em que a boniteza deve achar-se de mãos dadas com a decência e a seriedade.

Dessa forma, este projeto sistematiza as ideias e a percepção coletiva dos professores da área específica do curso, daqueles que ministram as disciplinas de caráter geral, como também as ideias, opiniões e sugestões do corpo discente, sempre à procura de caminhos que deem conta da complexidade e singularidade da atuação profissional dos egressos. Trata-se, portanto, de um esforço conjunto na busca das reformulações que se fazem necessárias para fazer com que a docência na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, como também a gestão de processos educativos escolares e não escolares, se torne a base da formação do profissional Licenciado em Pedagogia. Busca-se, desta forma, contribuir para a formação de profissionais aptos para atuar em instituições escolares e não escolares de acordo com as novas exigências da comunidade escolar e as novas estruturas organizativas do mundo atual.

A UEMG, desde 2011, compreende a necessidade de reformulações curriculares de modo a promover a atualização e flexibilização dos currículos dos cursos de graduação das Unidades de Ensino. Desse modo, este projeto pedagógico inclui a matrícula por disciplina, sistema de créditos e diminuição de pré-requisitos no curso de Pedagogia, buscando a versatilidade na formação do estudante. Esta nova estrutura insere-se na matriz curricular, além das disciplinas obrigatórias e as disciplinas optativas.

As disciplinas obrigatórias são selecionadas com base nas diretrizes curriculares do curso, sendo componentes básicos para o desenvolvimento do estudante. As disciplinas optativas serão elencadas pelo curso e oferecidas por semestre. No curso de Pedagogia serão disponibilizadas um conjunto dessas disciplinas, entre as quais o estudante escolherá no mínimo oito créditos, de forma a flexibilizar e dar autonomia para os discentes no estabelecimento do seu itinerário formativo.

Todas as disciplinas são dispostas e estruturadas sob a forma de créditos.

No decorrer da estruturação do presente documento, procurou-se contemplar uma concepção de currículo que permita ao aluno do Curso de Pedagogia interagir com as diversas áreas do saber pedagógico: o Ensino, com base nas teorias e procedimentos didático-metodológicos; a Pesquisa, como forma de articular e aprofundar temas de interesse, revisitando teoria e prática, como fontes de produção de novos conhecimentos e, a Extensão, permitindo aos alunos o contato com as iniciativas educacionais presentes na comunidade universitária e fora dela, como suportes básicos para a elaboração e a produção de trabalhos científicos. Essas áreas, em conjunto, favorecem a formação do saber construído, baseado em critérios de cientificidade, que permitem a atuação do professor de forma crítica, reflexiva e consciente, exercendo sua cidadania pessoal e ocupando o seu espaço profissional.

Este documento está estruturado da seguinte forma: nos Dados de Identificação da Universidade do Estado de Minas Gerais constam informações como natureza jurídica, representante legal, endereço da sede e reitoria, CNPJ, além do atos de criação e regulatórios da Universidade; nos Dados de Identificação do Curso, por sua vez, são apresentadas as informações preliminares como modalidade, área de formação, período de integralização do Curso e carga horária total. Na sequência, são apresentados, sucintamente, o histórico da UEMG, da Unidade Carangola e a história do Curso de Pedagogia enfatizando a área de influência da Unidade Carangola e as demandas de natureza econômica e social, em termos quantificáveis que justificam o oferecimento do curso de Pedagogia. Também é destacado o percurso do curso durante seus 50 anos, bem como suas especificidades frente às exigências

das novas leis; a composição do corpo docente; as referências teóricas que fundamentam o projeto e os objetivos do curso. Em seguida, são apresentados: o perfil do profissional a ser formado e as competências e habilidades de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Pedagogia. Na seção seguinte, a Estrutura e os Conteúdos Curriculares do curso; as metodologias e recursos didáticos a serem utilizados; a duração da carga horária; os conteúdos curriculares e seus núcleos de estudos: Núcleo de Estudos de Formação Geral, Núcleo de Aprofundamento e Diversificação de Estudos e Núcleo de Estudos Integradores. É apresentada também, a Matriz Curricular do curso de Pedagogia. Em seguida, descreve-se a Prática de Formação Docente; o Estágio Curricular Supervisionado; o Trabalho de Conclusão de Curso e as Atividades Acadêmico-Científicas e Culturais. Posteriormente, apresentamos a organização geral do Curso, destacando: o Colegiado do Curso e a atuação do Núcleo Docente Estruturante. Mais à frente, apresentamos as atividades de Pesquisa e Extensão desenvolvidas e o Sistema de Avaliação.

Na sequência, são apresentadas a Infraestrutura da Uemg: as salas de aula; os laboratórios disponíveis; a Brinquedoteca, a política de atualização e expansão do acervo bibliográfico e as referências bibliográficas. Nos anexos, apresentamos as ementas das disciplinas obrigatórias e optativas com a bibliografia básica e a bibliografia complementar, além dos Regulamentos para o Estágio Supervisionado; para as Atividades Acadêmico-Científicas e Culturais e para o Controle do Rendimento Escolar dos Alunos.

É também importante ressaltar que este Projeto Pedagógico não é um documento definitivo. Ao contrário, tem um caráter dinâmico, possibilitando mudanças provenientes de discussões futuras, levando-se em consideração os interesses e as necessidades do público ao qual se destina na busca constante da formação de um profissional capaz de promover meios para a construção de uma sociedade mais justa e mais igualitária, capaz de acompanhar as tendências de um mundo pluralista e repleto de desafios / transformações e de propiciar aos seus futuros alunos um ensino de qualidade e humanitário. Desse modo, cabe ressaltar que este documento está pautado no seguinte conjunto de diretrizes:

- **Resolução UEMG/COEPE n.º 287, de 04 de março de 2021**, que dispõe sobre o desenvolvimento de atividades de extensão como componente curricular obrigatório dos Cursos de Graduação da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG);
- **Resolução COEPE/UEMG n. 249, de 06 de abril de 2020**, que regulamenta a compensação de faltas e avaliações de rendimento acadêmico no âmbito da

Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG e dá outras providências;

- **Resolução n.º 7, de 18 de dezembro de 2018**, que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira;
- **Resolução COEPE/UEMG n.º 162/2016**, que institui o Núcleo Docente Estruturante no âmbito dos Cursos de Graduação da Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG;
- **Resolução CNE/CP N.º 2, de 20 de dezembro de 2019**, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação);
- **Resolução COEPE/UEMG n.º 323, de 28 de outubro de 2021**, que dispõe sobre a abordagem curricular de conteúdos transversais em Gestão e Inovação nos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação da UEMG;
- **Resolução COEPE/UEMG n.º 132/2013**, que regulamenta a implantação do regime de matrícula por disciplina nos Cursos de Graduação da Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG e os procedimentos e limites para matrícula;
- **Resolução CEE n.º 482**, de 08 de julho de 2021 Estabelece normas relativas à regulação da Educação Superior do Sistema Estadual de Ensino de Minas Gerais e dá outras providências.
- **Resolução CNE/CP n.º 01/2012**, que estabelece diretrizes para educação em direitos humanos;
- **Resolução CNE/CP n.º 02/2012**, que estabelece as diretrizes para educação ambiental; Portaria n.º 4.059/2004;
- **Resolução CNE/CES n.º 3/2007**, dispõe sobre procedimentos a serem adotados quanto ao conceito de hora/aula, e dá outras providências;
- **Resolução CNE/CP n.º 1/2006**, que Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura;
- **Resolução CNE/CES 7/2018**, que estabelece as Diretrizes da Extensão no Ensino Superior;
- **Resolução CEE N.º 490**, de 26 de abril de 2022, que dispõe sobre os princípios, os fundamentos, as diretrizes e os procedimentos gerais para a Integralização da Extensão nos Currículos dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação Lato Sensu no Sistema de Ensino do Estado de Minas Gerais e dá outras providências.
- **Decreto n.º 5.626 de 2005**, que dispõe sobre a implantação do ensino de língua de sinais – LIBRAS em todos os cursos de formação de professores;
- **Decreto 9.656/2018**, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras;

- **Resolução CNE/CP nº 01/2004**, que estabelece diretrizes para educação das relações étnico-raciais;
- Estatuto da UEMG;
- Regimento Geral da UEMG.
- O Estágio Supervisionado do Curso de Licenciatura em Pedagogia está em consonância com a Lei de Estágio nº 11.788/2008 e a Resolução CNE/CP Nº 2, de 20 de dezembro de 2019.

1.1 Dados de Identificação da Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG

Instituição de Ensino Superior	Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG
Natureza Jurídica	Autarquia Estadual
Representante Legal – Reitor	Lavínia Rosa Rodrigues
Endereço da sede e Reitoria	Rodovia Papa João Paulo II, 4143 - Ed. Minas - 8º andar - Cidade Administrativa Presidente Tancredo Neves - Bairro Serra Verde - Belo Horizonte - MG - CEP: 31.630-900 - Tel: +55 (31) 3916-0471
CNPJ	65.172.579/0001-15
Ato de criação	Art.81 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Mineira de 1989
Ato regulatório de credenciamento	Resolução SEDECTES nº 59 de 28/08/2018, publicada em 30/08/2018
Ato regulatório de credenciamento para oferta de cursos a distância	Portaria nº 1402 de 06/11/2017, publicada em 07/11/2017

1.2 Dados de Identificação de Curso

Instituição do Ensino Superior	Universidade do Estado de Minas Gerais
Unidade Acadêmica	Carangola
Esfera Administrativa	Estadual
Curso	Graduação em Pedagogia / Licenciatura
Atuação	Formação inicial para o exercício da docência na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, na Modalidade Normal e em cursos de Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar, bem como em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos.
Modalidade do Curso	Presencial
Turno de Funcionamento	Noturno
Tempo de Integralização	Mínimo: quatro anos (oito semestres); Máximo: sete anos (quatorze semestres).
Carga horária Total	3.360 horas – 224 créditos
Número de vagas oferecidas	35 vagas (Noturno)
Formas de ingresso	1 Vestibular local; 2 SISU; 3 Transferência; 4 Obtenção de novo título de graduação (no caso de vagas); 5 Reopção.

Dias Letivos Semanais	6 dias (de segunda à sábado)
Dias Letivos Anuais	200 dias
Carga horária Semanal	20 horas
Semanas Letivas Semestrais	18 semanas
Regime de matrícula	Semestral e por disciplinas
Sistemas de Créditos	1 crédito: 15 horas
Início de funcionamento	Primeiro semestre letivo de 2023
Atos de autorização	<p>Criação: Decreto nº. 70.411, publicado no Diário Oficial da União em 17 de abril de 1972.</p> <p>1º Reconhecimento: Dezembro de 1976, com o Decreto de nº 70.019.</p>
Renovação de Reconhecimento/CEE	Último ato de regulação - reconhecimento
Endereço da Instituição	UEMG - Unidade Acadêmica de Carangola, Praça dos Estudantes, n.º 23 – Bairro: Santa Emilia, CEP 36800-000 – Carangola – MG, Fone: (32) 3741-1969.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO

2.1 Histórico da Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG

O processo constituinte mineiro consagrou uma nova Constituição, contemplando, no artigo 81, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias de 1989, a criação da UEMG como entidade pública sob a forma de autarquia de regime especial. Sua estrutura foi definida pela Lei 11.539, de 22 de julho de 1994 e seu Estatuto foi aprovado pelo Decreto nº. 36.898, de 24 de maio de 1995. O reconhecimento da UEMG se deu pelo Conselho Estadual de Educação, publicado no Diário de Minas Gerais, órgão oficial do Estado, em 28 de fevereiro de 1996.

A instalação das unidades da Universidade do Estado de Minas Gerais e criação dos campi levou em consideração as regiões densamente povoadas não atendidas por ensino público superior, segundo sua vocação regional. A UEMG nasce multicampi com a incorporação de fundações públicas, que ofereciam basicamente o ensino de graduação. Sua criação foi norteadada pela premissa do máximo aproveitamento da rede de ensino superior já instalada no Estado.

Na capital, com a aprovação da Lei nº. 11.539, de 1994, o campus de Belo Horizonte incorporou os cursos de quatro escolas que já pertenciam ao Estado: a Escola Guignard (criada em 1943), Escola de Artes Plásticas (atual Escola de Design) (1955), Escola de Música (1954) e o Curso de Pedagogia do IEMG (1970), atual Faculdade de Educação.

Na mesma perspectiva, em 2002, foi criado o Instituto Superior de Educação “Dona Itália Franco”, em Barbacena. No mesmo ano, a UEMG, em convênio com a Autarquia Municipal de Ensino de Poços de Caldas, inicia a oferta do curso (fora de sede) de Pedagogia da Faculdade de Educação do Campus de Belo Horizonte. A Faculdade de Políticas Públicas Tancredo Neves foi criada em 2005, e em 2006, é criada a Faculdade de Engenharia de João Monlevade. Ainda em 2006, é ofertado um curso (fora de sede) em Design, no município de Ubá. Em 2007, a Unidade da UEMG em Frutal foi estadualizada, e, em 2011, a Unidade de Leopoldina foi inaugurada.

A partir de 2013, a UEMG retoma um novo processo de expansão com o início da incorporação dos cursos oferecidos por seis fundações associadas do interior do Estado, com sedes em Campanha (criada em 1966), Carangola (1970), Diamantina (1968), Divinópolis (1964), Ituiutaba (criada em 1963, mas com oferecimento de cursos superiores a partir de 1970) e Passos (1965). Também em 2013, foram incorporados os cursos mantidos pela Fundação Helena Antipoff, que são vinculados ao Instituto de Educação Superior Anísio Teixeira, em Ibirité, e que eram oferecidos desde 2001.

Entre os anos de 2013 e 2014, a estadualização de fundações privadas de ensino superior

fez saltar de 6 mil para mais de 20 mil o número de alunos matriculados, tornando a Universidade uma das maiores instituições públicas de ensino superior de Minas Gerais. Deste número, cerca de 70% vêm de escolas públicas. Nesse sentido, a UEMG representa, em algumas regiões, a única possibilidade de acesso à universidade pública para as parcelas mais desfavorecidas da população.

Em 2017, foi aprovada pelo Conselho Universitário a transformação, em Unidade Acadêmica, do curso fora de sede, em Poços de Caldas, que foi desvinculado da FaE/CBH. Duas outras unidades passaram por processo semelhante no mesmo ano: os cursos de Abaeté (2002) e de Cláudio (2001), que foram desvinculados da unidade de Divinópolis.

Em dezembro de 2018, a Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais aprova a legislação que autoriza o Governo do Estado a assumir o passivo das fundações, bem como a transferência de bens para a UEMG (29 anos depois da criação da Constituição Estadual) – situação que foi acolhida e está sendo implementada pela Secretaria de Estado da Fazenda, com acompanhamento da Controladoria Geral do Estado e da Advocacia Geral do Estado.

Contendo 20 Unidades Acadêmicas que estão distribuídas em 16 municípios do Estado, a UEMG vem, nos últimos anos, crescendo e expandindo a oferta de cursos. De acordo com Pinto (2020), sendo constituída no ano de 2023 e 133 cursos de graduação, além de nove cursos de pós-graduação *stricto sensu*, sendo sete mestrados e dois doutorados (<https://uemg.br/home/universidade/uemg-em-numeros>), possibilitando – inclusive por meio da política de cotas, a partir de 2005 – não apenas a chance de muitos de obterem uma graduação de nível superior, mas também a condição de sua inclusão social, por meio de uma formação ao mesmo tempo profissional e cidadã.

2.2 Competência e Finalidades da UEMG

As finalidades e competências da UEMG foram instituídas pelo Decreto nº 45.873, de 30 de dezembro de 2011, com o fito de promover atividades de ensino superior, pesquisa e extensão, observadas as políticas da Secretaria de Estado de Educação (SEE), pela Sub-secretaria de Ensino Superior, conforme reforma do Governo Estadual em 2019:

- contribuir para a formação da consciência regional, por meio da produção e difusão do conhecimento dos problemas e das potencialidades do Estado;
- promover a articulação entre ciência, tecnologia, arte e humanidade em programas de ensino, pesquisa e extensão;
- desenvolver as bases científicas e tecnológicas necessárias ao aproveitamento dos

recursos humanos, dos materiais disponíveis e dos bens e serviços requeridos para o bem-estar social;

- formar recursos humanos necessários à transformação e à manutenção das funções sociais;
- construir referencial crítico para o desenvolvimento científico, tecnológico, artístico e humanístico nas diferentes regiões do Estado, respeitadas suas características culturais e ambientais;
- assessorar governos municipais, grupos socioculturais e entidades representativas no planejamento e na execução de projetos específicos;
- prestar assessoria a instituições públicas e privadas para o planejamento e a execução de projetos específicos no âmbito de sua atuação;
- promover ideais de liberdade e solidariedade para a formação da cidadania nas relações sociais;
- desenvolver o intercâmbio cultural, artístico, científico e tecnológico com instituições nacionais, estrangeiras e internacionais;
- contribuir para a melhoria da qualidade de vida das regiões mineiras.

2.3 A Unidade Carangola

A Unidade Carangola originou-se da Fundação FAFILE, que teve início na década de 1970, quando a cidade de Carangola demandava por programas de formação superior, principalmente, por cursos de Licenciatura, uma vez que a população estudantil procurava os grandes centros, distantes de sua residência o que, além dos transtornos que acarretava, implicava gastos extras, muitas vezes, incompatíveis com o poder aquisitivo da comunidade.

A região de Carangola está economicamente apoiada na agropecuária, especialmente nas produções de café, leite e nas lavouras de milho e feijão. Na indústria, destacam-se os laticínios para produção de leite e derivados. A cidade, apesar de pequena, ocupa uma posição estratégica funcionando como um polo de referência para mais de 11 municípios, oferecendo serviços nas áreas de saúde, educação e comércio. Próxima ao Parque Nacional do Caparaó e à Serra do Brigadeiro, ela faz parte de alguns dos circuitos turísticos como Minas-Rio e Pico da Bandeira.

O município de Carangola foi fundado em meados do século XIX e se destacou como um polo regional na indústria e um grande produtor de café no início do século XX, localizado na Zona da Mata Mineira, região de elo entre os estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e

Espírito Santo. Carangola é um município de pequeno porte, com pouco mais de 35 mil habitantes – 32.988 é a população estimada pelo IBGE (2018).

A área de influência da Unidade Acadêmica deste município envolve, principalmente, a Superintendência Regional de Ensino de Carangola – 5ª SRE, a qual é composta por 11 (onze) cidades com 232 escolas, sendo 33 estaduais, 181 municipais e 18 privadas. Engloba ainda outros municípios do Estado de Minas Gerais pertencentes a outras Superintendências de Ensino, como Alto Jequitibá, Betim, Congonhas, Leopoldina, Manhuaçu, Manhumirim, Ouro Preto, Pedra Bonita, São Francisco do Glória, São João do Manhuaçu, Santa Margarida, Teófilo Otoni. Além dos municípios mineiros já mencionados, a área de influência da Unidade Acadêmica de Carangola se estende, ainda, para municípios do Estado do Rio de Janeiro como Angra dos Reis, Rio de Janeiro, Natividade, Porciúncula, Santo Antônio de Pádua e Volta Redonda, para os municípios do sul capixaba como Alegre, Dolores do Rio Preto, Guaçuí e Venda Nova do Imigrante e do Estado de 29 São Paulo como Osasco, Sertãozinho e Cruzeiro, além dos estados do Amazonas e da Bahia (AZEVEDO; ANDRADE, 2020).

Visando atender a essa necessidade social da região, a Fundação FAFILE de Carangola solicitou o credenciamento de sua mantida, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Carangola – FAFILE que iniciou suas atividades com a oferta dos seguintes Cursos de Licenciatura: Ciências/Matemática, História, Letras e Pedagogia, autorizados pelo Decreto nº 70.411, de 14 de abril de 1972, que “autoriza o Funcionamento da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Carangola/MG”, publicado no “Diário Oficial da União” em 17 de abril de 1972. Em seguida, são instalados os cursos de Geografia, autorizados pelo Decreto Estadual nº 41.547, publicado no “Minas Gerais” de 20 de fevereiro de 2001 e Ciências Biológicas autorizado pelo Decreto Estadual nº 43.153, publicado no “Minas Gerais” de 11 de janeiro de 2003. Em 2002, o Decreto CEE/Nº 42.624 de 02 de agosto de 2002, credenciou a Faculdade de Ciências Exatas – FACEX para implantação do Curso de Sistemas de Informação, autorizado pelo Decreto Estadual nº 42.824, publicado no “Minas Gerais”. Entretanto, a criação de novos cursos aliada à necessidade da articulação das atividades pedagógicas e administrativas das IES levou a mantenedora a solicitar a junção de suas mantidas.

Em 10 de fevereiro de 2007, foram criadas as Faculdades Vale do Carangola – FAVALE, pela junção da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Carangola- FAFILE e da Faculdade de Ciências Exatas – FACEX, mantidas pela Fundação FAFILE de Carangola, obtendo no mesmo ano autorização para o funcionamento dos cursos de Administração e de Turismo e em 2008, o Curso de Serviço Social.

Em 2005, foi implementada a Escola de Formação Profissional com priorização inicial da área Agropecuária. Na tentativa de expandir sua atuação, bem como iniciar um Programa de Formação Continuada foram ofertados cursos de Qualificação Profissional em parceria com o Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT; Telessalas de Minas, conveniadas com Prefeituras Municipais do entorno da IES; – Programa de Capacitação de Professores do Ensino Médio – Pró Ciências patrocinados pela CAPES/ME, SEMT/MEC, SECT/MG e SEE/MG; – Programa de Capacitação de Professores – PROCAP – Escola Sagarana, por meio do Edital de Licitação nº 04/2000 da SEE/MG; - Programa para Avaliação da Escola Pública de Minas Gerais – SIMAVE/PROEB, nos anos de 2000 e 2001, atendendo a todos os alunos da SRE de Carangola e da SRE de Manhuaçu; – Projeto Veredas – Formação Superior de Professores para atuarem nos anos iniciais do Ensino Fundamental, modalidade a Distância, capacitando 422 professores em exercício nas Escolas Públicas das SRE de Guanhães e de Governador Valadares.

Sediada na Praça dos Estudantes, 23, Bairro Santa Emília, município de Carangola, ao longo de sua trajetória na área de educação por mais de 40 anos, a FAVALE se dedicou à formação inicial e continuada de professores da Educação Básica qualificando no período 1976 – 2011, 8.437 profissionais.

Foi no ano de 2013, após 24 anos da possibilidade de se tornar uma instituição pública e gratuita, por meio do Decreto nº. 46.359, de 30 de novembro de 2013, que a Fundação Fafile de Carangola foi absorvida pela UEMG, tornando-se, assim, Unidade Acadêmica desta instituição situada na Zona da Mata Mineira, região que se configura numa porção regional caracterizada pelo domínio de pequenos municípios com predominância de atividades do setor primário e terciário (IBGE, 2010) e na microrregião de Muriaé, MG, que reforça as características com ênfase na cafeicultura, pecuária e setor de serviços.

Em 2020, a Unidade passou a contar com professores concursados, reforçando a qualidade do ensino superior público ofertado, bem como o tripé: ensino, pesquisa e extensão.

Dentre as estratégias adotadas pela Instituição para sua expansão qualitativa, ressaltam-se: a criação de novos cursos de graduação, a implantação de parcerias com órgãos de fomento local, regional, estadual e federal; a organização em Departamentos e Núcleos, desenvolvimento de projetos de pesquisa e extensão, criação de Grupos de Pesquisa cadastrados no diretório do CNPq.

Atualmente, são ofertados os seguintes cursos de graduação na Unidade: Administração; Ciências Biológicas; Geografia; História; Letras - Português e Inglês; Matemática; Pedagogia; Serviço Social; Sistemas de Informação; Tecnologia em Cinema e Animação; e Turismo.

Em 2020, a Unidade passou a se organizar em departamentos, sendo composta por: Departamento de Ciências Biológicas (DCB); Departamento de Ciências Exatas (DCE); Departamento de Ciências Humanas (DCH); Departamento de Ciências Sociais Aplicadas (DCSA); e Departamento de Educação, Linguística e Letras (DELL).

Além dos Departamentos, a Unidade se constitui das seguintes coordenações e núcleos: Extensão; Pesquisa; Estágios; CPA UEMG Unidade Carangola e Núcleo de Apoio ao Estudante (NAE).

3 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA DO CURSO

3.1 História e Perfil do Curso de Pedagogia

O curso de Pedagogia nasceu concomitantemente à criação da Fundação FAFILE de Carangola nos anos de 1970. Como dito anteriormente, o curso foi credenciado pelo Decreto nº. 70.411, publicado no DO da União de 17 de abril de 1972. O curso obteve seu reconhecimento em dezembro de 1976, com o Decreto de nº 70.019. Durante os anos seguintes, vários cursos e outra faculdade, a de Ciências Exatas foram credenciados pela Fundação FAFILE de Carangola. Entretanto, a criação de novos cursos aliada à necessidade da articulação das atividades pedagógicas e administrativas das IES levou a mantenedora a solicitar a junção de suas mantidas.

A partir do Decreto nº. 46.539, de 30 de novembro de 2013, a Fundação FAFILE foi absorvida pela Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG e passou a denominar-se Unidade Carangola.

Assim, o Curso de Pedagogia implantado em 1972 já formou até 2022, 3.344 alunos. É um curso presencial, com a possibilidade de oferecimento de disciplinas semipresenciais, criado para atender às necessidades da população de Carangola e região, constituída por jovens que, em sua maioria, desenvolvem atividades laborais durante o dia, com renda média próxima ao salário mínimo. Trata-se de uma alternativa atraente para os estudantes que buscam qualificação profissional e remuneração melhor em relação à realidade pregressa.

Importante destacar que o contexto histórico tem mostrado que os cursos de formação de professores, mais especificamente o Curso de Pedagogia, têm sua estrutura curricular regulamentada por diferentes e consecutivas legislações. Essa prática reveladora da descontinuidade e da indefinição em relação à formação desse profissional da educação vem orientando, por muitos anos, os debates, as polêmicas e as discussões dos educadores.

Durante os mais de 40 anos de experiência do Curso de Pedagogia, ocorreram várias alterações curriculares, todas visando à atualização dos conteúdos ministrados, à reorganização da estrutura das disciplinas, à ampliação dos conhecimentos ensinados e/ou à adequação às exigências da legislação em vigor.

Dessa forma, o curso passou por várias modificações quanto à atuação profissional de seu licenciado. Com a Portaria de nº 313, de maio de 1989 foram reconhecidas as habilitações em “Supervisão Escolar e Orientação Educacional”. E, atravéspor meio do Parecer do CEE de nº 643/99, passou a oferecer, também, o apostilamento para o “Magistério nas Séries Iniciais do Ensino Fundamental”. O curso foi reconhecido pelo Decreto Estadual/MG de 14 de julho de

2005.

Entretanto, com a homologação das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia (BRASIL, 2006), Resolução nº. 1/2006, o curso foi novamente reformulado passando a oferecer uma formação mais completa aos graduandos. O art. 2º, da referida resolução dispõe que o curso deve se dedicar:

À formação inicial para o exercício da docência na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino fundamental, nos cursos de Ensino Médio, na modalidade normal, e em cursos de Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar, bem como em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos.

§ 1º Compreende-se a docência como ação educativa e processo pedagógico metódico e intencional, construído em relações sociais, étnico-raciais e produtivas, as quais influenciam conceitos, princípios e objetivos da Pedagogia, desenvolvendo-se na articulação entre conhecimentos científicos e culturais, valores éticos e estéticos inerentes a processos de aprendizagem, de socialização e de construção do conhecimento, no âmbito do diálogo entre diferentes visões de mundo. (BRASIL, 2006, p. 1).

Nesse sentido, o Curso de Pedagogia ampliou sua concepção de docência para incluir os processos de coordenação e gestão, os processos educativos para além do espaço escolar, as estratégias de ensino para cada etapa da vida humana.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia, Resolução nº. 1 de 2006 (BRASIL, 2006) orientam para o fortalecimento da identidade do curso de Pedagogia, tendo a docência e a gestão dos processos educativos como base da formação desse profissional da educação. Para alcançar esse fortalecimento, o curso conta com um corpo docente composto por mestres e doutores.

Apesar de ainda não haver na UEMG uma política institucionalizada de acompanhamento dos egressos dos Cursos, a Comissão Própria de Avaliação (CPA) da Unidade Carangola sugeriu a criação de um banco de dados que foi implementado pela gestão por meio de um formulário eletrônico. O instrumento circula desde o mês de junho deste ano (2022) pelo link <https://forms.office.com/r/Uww0ss08HP> criando um banco de dados que localiza os egressos e possibilita o estabelecimento do contato direto para a divulgação de eventos, vagas de trabalhos, formação docente continuada, pós-graduações, entre outros.

Hoje, a reestruturação deste Projeto se faz necessária para atender aos novos marcos legais, a exemplo da Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019; a Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018; e a Resolução UEMG/COEPE nº 287, de 4 de março de 2021. Também buscamos flexibilizar a Matriz Curricular a fim de possibilitar ao estudante optar/escolher disciplinas que atendam aos seus interesses. Pretende-se, com a

reformulação, que o Curso de Pedagogia, diante da sociedade da informação, constitua-se como formador de professores aptos a procederem à mediação entre essa sociedade e os alunos, entendendo que conhecer não se reduz a informar (PIMENTA, 2009). Considera-se ainda que a maioria dos formandos vão lidar com a infância como principal fonte de prática e ação. Dessa forma, este Projeto Pedagógico se vê imerso no paradigma que compreende a educação como possibilidade de crianças e jovens viverem experiências plurais, o que significa considerar as diferentes infâncias na sociedade atual.

Não se pode desconsiderar que os recentes e intensos impactos socioeconômicos e histórico-culturais, que velozmente se propagam e afetam em diferentes graus a rotina de todos os segmentos sociais, tenham também consequências na educação e na formação do profissional, em especial, o da educação.

Busca-se, com esse novo desenho, que o egresso do Curso de Pedagogia tenha domínio do conteúdo e a compreensão crítica daquilo que ensina e faz; conheça as novas tecnologias e que as utilize, de acordo com o projeto político de emancipação do ser humano; que tenha na sua formação uma especificidade que contribua para o trabalho coletivo e interdisciplinar na escola; e que tenha a compreensão das relações entre a escola e a sociedade.

Nessa perspectiva, salientamos a possibilidade de ofertar disciplinas com carga horária a distância com a utilização da plataforma *moodle*, pois, sabemos que esse ambiente colaborativo de aprendizagem permite ao estudante desenvolver um papel ativo no processo de reflexão na ação, na interatividade e na colaboração entre os envolvidos de modo a desenvolver uma aprendizagem significativa.

Em caráter excepcional, o curso poderá ofertar disciplinas à distância (EaD). Caberá ao colegiado do curso aprovar, ou não, a oferta de disciplinas à distância para garantir a consolidação curricular.

Durante o curso, propõe-se uma integração forte entre os componentes curriculares e as práticas da sala de aula na escola de forma geral, priorizando vivências do universo educacional em que são privilegiadas as relações que perpassam a infância e a sociedade, o que significa considerar as diferentes infâncias da atualidade e nos remete à ideia de diversidade. Este aspecto nos leva a pensar sob um ponto que é fundamental e diz respeito a como as práticas sociais das crianças estão relacionadas à cultura na qual ela está inserida. O que incorre em lidarmos com as diferenças com ênfase na diversidade e no multiculturalismo.

Buscamos desenvolver um conjunto de saberes que envolvem uma reflexão problematizada acerca das práticas pedagógicas voltadas para a educação da criança. Saberes

esses discutidos nas disciplinas Práticas Educativas de Educação Infantil I e II e Psicologia da Educação II. Entendemos as crianças como produtoras de cultura, constituídas a partir de sua classe social, etnia, gênero, Educação Sexual e com diferenças físicas, psicológicas e culturais, seres que “interagem, aprendem, formam-se e transformam; como sujeitos ativos, participam e intervêm na realidade; suas ações são maneiras de reelaborar e recriar o mundo” (KRAMER, NUNES; CORSINO, 2011, p. 71).

Nesse sentido, se faz necessário repensar o curso de licenciatura em Pedagogia para além das concepções que associam educação à instrução, o que significa abranger discussões que levem em conta o entrelaçamento entre infância, sociedade e educação no que tange às questões de gênero, raça e etnia, posição ideopolíticas e ideo religiosas, etc., considerando ainda um maior grau de complexidade em torno do saber docente aplicado ao campo da Educação Infantil e dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

3.2 Algumas reflexões teóricas

Por entender que o ponto de partida para a formação do Licenciado em Pedagogia é a compreensão da sociedade com toda sua dinamicidade, que os homens, seres históricos, apreendam a educação necessária à medida que são capazes de compreender o processo de construção da vida ou, o que não é diferente, pelo movimento de transformação do trabalho. Compreender essa situação é perceber que não existe educação à parte da própria materialidade que possa ser apreendida pelos homens. Tratar a educação como uma ação da sociedade, como espaço de confluência do conhecimento científico e como profissão, é tratar do próprio processo de realização do homem e, portanto, não é um processo exclusivo da escola, mas um compromisso que a transcende para tornar-se, também, um compromisso com a história.

Sob essa perspectiva, uma formação holística implica possibilitar ao profissional da educação o entendimento dessa totalidade e, conseqüentemente, a capacidade de elaborar e reelaborar conhecimentos que lhe permitam atuações mais articuladas e efetivas. Daí, a necessidade de formação de profissionais reflexivos e críticos, capazes de enfrentar as situações novas com que se deparam no dia a dia e as mudanças impostas pelos novos paradigmas culturais e científicos.

Para que este ideal se efetive, faz-se necessária uma sólida fundamentação teórica em torno das questões da prática educativa e, concomitantemente, um tempo significativo para a vivência e construção de novas práticas, de modo que o aluno vincule-se às diferentes realidades, não como mero observador, mas como sujeito corresponsável e partícipe com os demais sujeitos das práticas educativas. Um curso comprometido com uma educação assim

concebida insere-se no debate da sociedade para poder refletir, adequadamente, sobre os problemas específicos da região, como consequência de um movimento social maior.

O Curso de Pedagogia do presente e do futuro deve ser aberto à dinâmica social e atento às mudanças que ocorrerem no processo histórico, visando a uma permanente avaliação curricular por parte dos professores, dos alunos e da comunidade escolar a partir da concepção de que o currículo não está pronto e nem é estático e, sim, um contínuo processo de construção participativa baseada na investigação e prática coletivas.

Dentre os autores investigados que sustentam teoricamente algumas das escolhas feitas neste projeto encontra-se Perrenoud (1993). Para esse autor, várias ações de ensino não são controladas pelos professores que utilizariam sua razão ou fariam escolhas em função dos contextos de ação e do *habitus*¹ constituído. Assim, a prática pedagógica do professor é expressão de seu *habitus* “sistema de esquemas de percepção e de ação que não está total e constantemente sob o controle da consciência”. Para o autor (1993, p. 24):

O *habitus* é a ‘gramática geradora das práticas’, o sistema de esquemas que orientam tanto a improvisação (na ilusão da espontaneidade) como a ação planejada, tanto a evidência como a dúvida metódica, tanto a invenção de novas estratégias como a concretização de esquemas e receitas, tanto as condutas inconscientes ou rotineiras como as decisões.

Portanto, segundo Perrenoud (1993), a prática pedagógica dos professores nunca é mera concretização de receitas, modelos didáticos, esquemas conscientes de ação, ela é dirigida pelo *habitus* do professor. Portanto, a mudança das práticas passa tanto pela disponibilização de modelos de ação como também e, principalmente, por uma transformação do *habitus*.

A constituição do *habitus* do professor, que funciona como um sistema de esquemas geradores de decisões decorre, entre outros, dos trabalhos pedagógicos aos quais os professores são submetidos em sua formação inicial. Não apenas durante a profissionalização, na graduação, mas também todo o período de sua escolarização, pois, no caso do professor, ele “vive” no seu futuro local de trabalho aproximadamente dezesseis anos (na condição de aluno) antes do ingresso profissional. Mas, é preciso considerar ainda, que a constituição do *habitus* decorre também dos processos de socialização aos quais os professores se submetem e são submetidos ao longo de suas trajetórias sociais.

A partir do exposto, emerge de maneira mais radical, no caso da formação de professores, a necessidade de que o ensino permita aos estudantes desenvolverem a capacidade de reflexão na ação; sobre a ação e sobre a reflexão da ação, garantindo-se, com isso, a elevação

¹ ¹A noção de *habitus* que utiliza, é formulada por Pierre Bourdieu, que “permite articular consciência, inconsciência, razão e outras motivações, decisões e rotinas, improvisação e regularidades” (1989, p. 24).

qualitativa da formação do professor, pois, assim, ele estará mais preparado para o exercício profissional.

Outro autor que contribui com nossas reflexões é Tardif (1999), o qual afirma que os saberes profissionais dos professores, ou seja, aquilo que eles sabem sobre o ensino, sobre os papéis do professor e sobre como ensinar provém de sua própria história de vida e, sobretudo, de sua história escolar, pois os professores são trabalhadores que foram imersos em seu espaço de trabalho durante vários anos, antes mesmo de começarem a trabalhar, o que faz com que a perspectiva de reflexão ganhe ainda mais relevância.

Autores como Sarmento (2004, 2008, 2013); Ferreira (2004); Quinteiro (2004, 2016); Kramer, Nunes e Corsino (2011) nos ajudam a apreender a noção de infância como uma categoria geracional em que as crianças são tidas como agentes sociais e como tal, por meio das interações, negociam sentidos, se formam e transformam o mundo. A compreensão das crianças como agentes sociais e produtores de culturas requer do professor uma mudança de postura que passa da visão pré-concebida que as definem como sujeitos de “um vir a ser”, para uma concepção que as reconhecem como sujeitos de direitos, o que implica no desenvolvimento de práticas que respeitem as identidades, que devem ter como foco a ludicidade e a busca de autonomia, que impulse a criança a desvendar o mundo a partir da ampliação intelectual, potencializando a criatividade e o senso crítico.

Reconhece-se assim, a importância de colocar em pauta as discussões teórico-práticas que exigem uma retomada histórico-filosófica dos paradigmas que orientam as diferentes concepções de infância que abrangem os saberes da educação infantil e do Ensino Fundamental. A partir dessas orientações teóricas, a opção, neste Projeto Pedagógico, de buscar garantir ao licenciado em Pedagogia, além da aquisição de uma formação teórico-metodológica forte, condição necessária para o desenvolvimento de competências e habilidades em torno da compreensão de questões voltadas para a infância, capazes de oportunizar uma práxis voltada para a perspectiva contemporânea, o desenvolvimento de sua capacidade de reflexão sobre a prática e a profissão de professor/pedagogo.

No que concerne à abordagem dos conteúdos, a ação pedagógica será conduzida com vistas a assegurar um enfoque contextualizado e interdisciplinar e voltado para a prática de formação do professor.

Na dimensão profissional, propõe-se que os conhecimentos profissionais estejam inseridos num corpo de conhecimentos específicos da área de Pedagogia, permitindo que o futuro professor, quando no exercício da docência, possa confrontar o espaço social mais amplo,

sua identidade construída e dinamicidade do cotidiano escolar enfrentado. O Curso está voltado para a formação do profissional que seja capaz de estabelecer atitude questionadora, crítica e reflexiva no exercício da cidadania e da prática profissional, bem como desenvolver habilidades de gestão institucional, contribuindo para planejamento, projetos e programas educacionais não escolares, promovendo espaços democráticos voltados para a valorização e construção de conhecimentos.

Outro teórico cujas reflexões nos fazem repensar o projeto pedagógico do curso é Paulo Freire (1996). Transformação, inspiração, coragem, esperança, provocação, educador e educadoras, visão, futuro, trajetória possível são palavras que trazem no seu bojo o sinônimo desse homem que se atreveu de forma doce e forte a ressignificar a Pedagogia no Brasil e, conseqüentemente, no mundo, pois instituiu uma Pedagogia fundada na ética, no respeito à dignidade e à própria autonomia do educando. Com os demais saberes, este demanda do educador um exercício permanente. Freire anuncia solidariedade como compromisso histórico de homens e mulheres, como uma das formas de luta capazes de promover e instaurar a ética universal do ser humano. Essa dimensão utópica tem na Pedagogia da Autonomia de Freire (1996) uma de suas grandes possibilidades.

A sensibilidade com que a Pedagogia do autor problematiza e toca o educador aponta para a dimensão estética de sua prática que, por isso mesmo, pode ser movida pelo desejo e vivida com alegria, sem abrir mão do sonho, do rigor, da seriedade e da simplicidade inerentes ao saber da competência. Eleva a prática educativa, na sua natureza ética, como prática especificamente humana. Freire (1996, p. 23-24) afirma que:

Não há docência sem discência, as duas se explicam e seus sujeitos apesar das diferenças que os conotam, não se reduzem à condição de objeto, um do outro. Quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender. Quem ensina, ensina alguma coisa a alguém. [...] Ensinar inexistente sem aprender e vice-versa, e foi aprendendo socialmente que, historicamente, mulheres e homens descobriram que era possível ensinar e aprender. [...] Quando vivemos a autenticidade exigida pela prática de ensinar-aprender participamos de uma experiência total, diretiva, política, ideológica, gnosiológica, pedagógica, estética e ética, em que a boniteza deve achar-se de mãos dadas com docência e com a seriedade.

É necessário pensar que o bom professor é também aquele que consegue, enquanto fala, trazer o aluno até sua intimidade de movimento de seu pensamento, sua aula assim é um desafio e não uma cantiga de ninar, que leva o sujeito a dormir e habitar num mundo totalmente distante do objeto real.

Aprender passa pelo desejo do corpo, dilacera nossas entranhas e nos transforma em seres autônomos, pensantes, críticos e automaticamente transporta nosso corpo a desafios

diários, em que o medo de errar passa a ser secundário e a apropriação do mundo passa a ser nosso objetivo maior, pois o mundo passa a ser objeto de busca e não de medo.

O curso de Pedagogia, na sua amplitude, vê Freire como uma excelente referência teórica e humana, pela qual a autoridade docente se funda na sua competência profissional e “na compreensão do valor dos sentimentos, das emoções, do desejo, da insegurança a ser superada pela segurança, do medo que, ao ser ‘educado’, vai gerando coragem” (FREIRE, 1996, p. 45). Dando,consequentemente, plenos poderes de apropriação de conhecimento a nossos alunos, criando profissionais capazes de revolucionar o mundo, partindo de uma simples situação: nunca silenciar diante dos obstáculos, sempre ser tempo de colher e aprender, aprender no sentido amplo de SER.

Educando pela pesquisa, cultivando o conhecimento como fonte central de mudanças, principalmente, de humanização. Sem perder de vista a perspectiva ética, o curso pretende propiciar a ressignificação de formas de atuação coerentes com o papel atribuído à educação e ao conhecimento no mundo de hoje, assumindo assim, seu compromisso histórico e social. Portanto, o profissional egresso do Curso de Pedagogia da UEMG / Unidade Carangola será capaz de refletir sobre sua própria prática pedagógica, em vistas a uma educação de qualidade, como é o anseio de uma sociedade democrática.

3.3 Objetivos do Curso

O Curso de Licenciatura em Pedagogia está estruturado a partir dos seguintes objetivos:

- Oportunizar formação pedagógica ao licenciado em Pedagogia, tendo a docência como base de sua identidade profissional;
- Formar os profissionais aptos a analisar a prática educativa em diversos ambientes educativos;
- Articular ensino e pesquisa na produção do conhecimento e da prática pedagógica;
- Formar profissionais para exercer funções de magistério na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal, de Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar e em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos;
- Formar profissionais para atuar na organização de sistemas, unidades, projetos e experiências educativas (planejamento, administração, coordenação, supervisão, inspeção e orientação educacional) do campo educacional em contextos escolares e não escolares;

- Formar profissionais capazes de: questionar a realidade, formular problemas e buscar soluções, utilizando-se do pensamento lógico, da criatividade e da análise crítica; compreender a sua atuação profissional como o exercício de cidadania consciente e crítica;
- Compreender, de forma ampla e consciente, o processo educativo que envolve as relações entre infância e sociedade, considerando as características das diferentes realidades e níveis de especialidades em que se processam;
- Formar um profissional sintonizado com os princípios da educação da infância que desenvolva práticas que despertem as sensibilidades, que agucem a curiosidade e impulsionem o olhar sensível sobre a criança;
- Estabelecer e vivenciar processos de teoria e prática, de ação-reflexão-ação ao longo do Curso, tomando a prática educativa como objeto de reflexão, de modo a criar soluções apropriadas aos desafios específicos que enfrenta.
- Desenvolver e avaliar projetos políticos pedagógicos, de ensino e de aprendizagem, e de ações extensionistas, estimulando ações coletivas na escola, de modo a caracterizar nova concepção de trabalho educativo.

3.4 Perfil Profissional

Não se deve perder de vista a importância atribuída à formação dos profissionais que atuam na educação de crianças, jovens e adultos, protagonistas que estão em cena construindo seus conhecimentos em diálogo com o seu fazer cotidiano que demarca um campo específico de ação educativa.

A concepção de profissional da educação é fundamental para a compreensão contextualizada desse novo espaço formativo do licenciado em Pedagogia.

Por entender que a democratização do ensino passa pela formação, pela atuação, pela valorização dos educadores, bem como por suas condições de trabalho, percebe-se a importância do investimento em seu desenvolvimento profissional, como um processo de valorização de sua identidade e profissão. Identidade que é, de um lado, epistemológica, ou seja, que reconhece a Pedagogia como um campo de conhecimentos específicos configurado em quatro grandes conjuntos, a saber:

- 1) conteúdos das diversas áreas do saber e do ensino, ou seja, das ciências humanas e naturais, da cultura e das artes;

- 2) conteúdos didático-pedagógicos, diretamente relacionados ao campo da prática profissional;
- 3) conteúdos relacionados a saberes pedagógicos mais amplos do campo teórico da educação;
- 4) conteúdos ligados à explicitação do sentido da existência humana individual, com sensibilidade pessoal e social.

E, identidade que é, por outro lado, profissional, ou seja, a Pedagogia constitui um campo específico de intervenção profissional na prática social, pois as transformações das práticas pedagógicas só se efetivam à medida que os educadores ampliam sua consciência sobre a própria prática, a de sala de aula e a do espaço educacional como um todo, sobre a prática dos sistemas de ensino e das políticas públicas que interferem e influenciam na sua atividade. Porém, elas, em certa medida, também são determinadas pelos resultados do conhecimento que eles produzem ao atuar. Para isso, precisam ter o domínio de conhecimentos teóricos e críticos sobre a realidade. Esse modo de entender o papel do Licenciado em Pedagogia ressalta sua colaboração na transformação das práticas educacionais em termos de gestão, de currículo, de organização, de projetos educacionais e de formas de trabalho pedagógico.

O eixo de sua formação é o trabalho pedagógico, escolar e não escolar, que na docência, compreendida como ato educativo intencional, tem o seu fundamento. É a ação docente é o cerne do processo formativo dos profissionais da educação, ponto de inflexão das demais ciências que dão o suporte conceitual e metodológico para a investigação e a intervenção nos múltiplos processos de formação humana.

Compreende-se que a formação do Licenciado em Pedagogia deve assentar-se num tratamento teórico-metodológico pautado nos seguintes pressupostos:

- 1) Valorização do trabalho pedagógico como base da formação do profissional da educação. É necessário aprofundar a compreensão dos elementos que caracterizam a totalidade do trabalho pedagógico em suas dimensões/tarefas de docência, gestão e coordenação pedagógica, onde quer que ele se desenvolva: no sistema escolar ou em outras instâncias/espços educativos;
- 2) Espaço para a pesquisa e conhecimento/intervenção na realidade escolar e novas formas de relação/unidade teoria-prática no interior do currículo;
- 3) Adequação do currículo sem comprometer a formação teórica de qualidade, permitindo que o aluno retorne à Universidade, via cursos de extensão/especialização, a partir do contato com o mundo do trabalho.

A partir de um ponto de vista, impõe-se considerar que a atividade do profissional da educação tem uma natureza pedagógica, isto é, vincula-se a objetivos educativos de formação humana e a processos metodológicos e organizacionais de transmissão e apropriação de saberes e modos de ação. O trabalho pedagógico está impregnado de intencionalidade, pois visa à formação humana através de conteúdos e habilidades de pensamento e ação, implicando escolhas, valores, compromissos éticos. O que significa introduzir objetivos explícitos de natureza conceitual, procedimental e valorativa em relação ao seu fazer pedagógico, transformando o saber científico ou tecnológico em conteúdos formativos, selecionando e organizando conteúdos e modos de atuação em função das características dos alunos, utilizando métodos e procedimentos específicos, inserindo-se numa estrutura organizacional em que participa das decisões e das ações coletivas. Por isso, para atuar, o Licenciado em Pedagogia necessita de conhecimentos e práticas que ultrapassem o campo de sua especialidade e o insira na rede informativa/formativa do conhecimento global.

Sob outra perspectiva, é preciso levar em conta que todo conteúdo de saber é resultado de um processo de construção de conhecimento. Portanto, dominar conhecimentos não se refere apenas à apropriação de dados objetivos pré-elaborados, produtos prontos do saber acumulado. Mais do que dominar os produtos, interessa compreender que estes são resultantes de um processo de investigação humana. Nesse sentido, trabalhar o conhecimento no processo formativo significa proceder à mediação entre os significados do saber no mundo atual e aqueles dos contextos nos quais foram produzidos. Significa explicitar os nexos entre a atividade de pesquisa e seus resultados, possibilitando contribuir para os processos de ensino e extensão.

É importante ressaltar, ainda, que a docência constitui o elo articulador entre os licenciados em Pedagogia e os licenciados das áreas de conhecimentos específicos, abrindo espaço para se pensar/propor uma concepção de formação articulada e integrada para todos os professores. Essa concepção de docência pressupõe:

- Sólida formação teórica e interdisciplinar sobre o fenômeno educacional e seus fundamentos históricos, políticos e sociais, bem como o domínio dos conteúdos a serem ensinados pela escola (língua portuguesa, matemática, ciências, história, geografia, arte, etc.) que permitam a apropriação do processo de trabalho pedagógico, criando condições de exercer a análise crítica da sociedade brasileira e da realidade educacional;
- Capacitação para a gestão democrática como instrumento de luta pela qualidade do projeto educativo;

- Compromisso social do profissional da educação;
- Trabalho coletivo e interdisciplinar.

3.5 Competências e Habilidades

Ao licenciado em Pedagogia, como cidadão no mundo contemporâneo, são requeridos conhecimentos e habilidades gerais de saber pensar, saber escutar, aprender a aprender, lidar com a alteridade, lidar com as tecnologias contemporâneas, ter iniciativa para resolver problemas, ter capacidade para tomar decisões, ser criativo, ser autônomo, estar em sintonia com a realidade contemporânea, ter responsabilidade social, ser capaz de fruir esteticamente a literatura, as artes e a natureza.

Dessa forma, este Projeto adota as mesmas competências previstas no art. 5º das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia (BRASIL, 2006, p.18), vinculando-as com os saberes produzidos localmente.

3.5.1 Quanto às competências:

- a) Competências vinculadas ao papel social da escola e aos valores inspiradores da sociedade democrática;
- b) Competências referentes ao domínio dos conteúdos a serem socializados/ as competências referentes ao domínio do conhecimento pedagógico;
- c) Competências referentes ao gerenciamento do próprio desenvolvimento profissional;
- d) Conhecimento de processos de investigação que possibilitem o aperfeiçoamento da prática pedagógica;
- e) Competências no que se refere à gestão de unidades educacionais, desenvolvimento e implementação de currículos escolares, de acordo com os parâmetros nacionais, planejamento, execução, coordenação, acompanhamento e avaliação de tarefas de ambientes escolares (instituições educativas) e ambientes não-escolares;
- f) Competências no sentido de promover o diálogo entre conhecimentos, valores, modos de vida, orientações filosóficas, políticas e religiosas próprias à cultura da diversidade étnica brasileira;
- g) Competências no que se refere à atuação pedagógica junto às comunidades

rurais no sentido de respeitar e preservar a memória histórica dessas comunidades, atuando como agentes interculturais, com vistas à valorização e o estudo de temas relevantes para o mundo da educação;

- h) Competências no sentido de construir uma formação estética e ofertar esta formação para os alunos e as alunas da educação infantil, dos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental, do ensino médio, na modalidade normal, na educação profissional na área de serviços e apoio escolar e nos espaços da coordenação pedagógica, gestão administrativas de unidades educacionais na educação básica.

3.5.2 Quanto às Habilidades

Este projeto também adota as mesmas habilidades previstas no art. 5º das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia (BRASIL, 2006, p.18) vinculando-as com os saberes produzidos localmente.

- a) promover e facilitar relações de cooperação entre a instituição educativa, a família e a comunidade;
- b) atuar com ética e compromisso com vistas à construção de uma sociedade justa, equânime, igualitária;
- c) demonstrar consciência da diversidade, respeitando as diferenças de natureza ambiental- ecológica, étnico-racial, de gêneros, faixas geracionais, classes sociais, religiões, necessidades especiais, escolhas sexuais, entre outras, atendendo o que preconizam as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana (Resolução CNE/CP n.º 01, de junho de 2004), além do que preconiza a Resolução CNE/CP nº 1, de 30 de maio de 2012, que estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, e a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 e o Decreto n.º 4.281, de 25 de junho de 2002 que propõem a Educação Ambiental.
- d) compreender, cuidar e educar crianças matriculadas na Educação Infantil, de forma a contribuir, para o seu desenvolvimento nas dimensões, entre outras, física, psicológica, intelectual, social;
- e) fortalecer o desenvolvimento e as aprendizagens de crianças do Ensino Fundamental, assim como daqueles que não tiveram oportunidade de escolarização na idade própria;
- f) fortalecer o desenvolvimento e as aprendizagens de adolescentes e jovens do Ensino

Médio, assim como daqueles que não tiveram oportunidade de escolarização na idade própria;

- g) trabalhar, em espaços escolares e não-escolares, na promoção da aprendizagem de sujeitos em diferentes fases do desenvolvimento humano, em diversos níveis e modalidades do processo educativo;
- h) reconhecer e respeitar as manifestações e necessidades físicas, cognitivas, emocionais, afetivas dos educandos nas suas relações individuais e coletivas
- i) ensinar Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História, Geografia, Artes, Educação Física e Ensino Religioso de forma interdisciplinar, adequada às diferentes fases do desenvolvimento humano e contextualizada do ponto de vista regional;
- j) relacionar as linguagens dos meios de comunicação à educação, nos processos didático-pedagógicos, demonstrando domínio das tecnologias de informação e comunicação adequadas ao desenvolvimento de aprendizagens significativas;
- k) identificar problemas socioculturais e educacionais com postura investigativa, integrativa e propositiva em face de realidades complexas, com vistas a contribuir para superação de exclusões sociais, étnico-raciais, econômicas, culturais, religiosas, políticas e outras;
- l) desenvolver trabalho em equipe, estabelecendo diálogo entre a área educacional e as demais áreas do conhecimento;
- m) participar da gestão das instituições contribuindo para elaboração, implementação, coordenação, acompanhamento e avaliação do projeto pedagógico;
- n) participar da gestão das instituições planejando, executando, acompanhando e avaliando projetos e programas educacionais, em ambientes escolares e não-escolares;
- o) estudar, aplicar criticamente as diretrizes curriculares e outras determinações legais para implantar, executar, avaliar e encaminhar o resultado de sua avaliação às instâncias competentes;
- p) realizar pesquisas que proporcionem conhecimentos sobre alunos e alunas e a realidade sociocultural em que estes desenvolvem suas experiências não-escolares; sobre processos de ensinar e de aprender, em diferentes meios ambiental-ecológicos; sobre propostas curriculares; e sobre organização do trabalho educativo e práticas pedagógicas, entre outros;

- q) utilizar, com propriedade, instrumentos próprios para construção de conhecimentos pedagógicos e científicos.

3.6 Perfil do Egresso

O egresso do curso de Licenciatura em Pedagogia estará apto a atuar como docente na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, na Modalidade Normal e em cursos de Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar, bem como em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos.

4 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

4.1 Estrutura e Conteúdos Curriculares

A relação teoria e prática é entendida como eixo articulador da produção do conhecimento na dinâmica do currículo do curso de Pedagogia, orientando a organização de sua estrutura.

4.2 Metodologia e Recursos Didáticos

As aulas do Curso de Pedagogia da UEMG / Unidade Carangola são, em sua maioria, presenciais e voltadas para a futura prática em sala de aula nos diferentes níveis de ensino e para o prosseguimento dos estudos, em nível de pós-graduação. Há também a possibilidade da oferta de disciplinas na modalidade à distância, regulamentada com base no art. 80 da Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e Portaria n.º 2.117, de 6 de dezembro de 2019. Ficando assim estabelecido: a oferta destas disciplinas não poderá ultrapassar 40% (quarenta por cento) da carga horária total do curso e, que, para a oferta das disciplinas na modalidade à distância devem-se incluir métodos e práticas de ensino-aprendizagem que incorporem o uso integrado de Tecnologias de Informação e Comunicação tendo em vista o alcance dos objetivos pedagógicos.

Nesse sentido, o professor tem plena autonomia de escolha para a metodologia que melhor atenda a seus propósitos, sempre levando em conta o uso de novas tecnologias e o objetivo primordial de preparação para a docência.

Para isso, a Unidade Carangola disponibiliza ao professor:

- Laboratório de Informática, com acesso à Internet;
- Biblioteca Física e Digital;
- Brinquedoteca;
- Recursos audiovisuais como Data show e outros;
- Auditório;
- Salas de aulas

4.3 Duração e Carga Horária Mínima

O Curso de Pedagogia terá a duração mínima de 04 anos (08 semestres) e máximo de 07 anos (14 semestres), sendo este último, o prazo final para integralização do curso. A carga

horária total do curso é de 3.360 horas.

4.4 Conteúdos Curriculares

De acordo com a Resolução CNE nº 02, de 20 de dezembro de 2019, que Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação), as disciplinas dos cursos de licenciatura devem ser distribuída em Grupo I, Grupo II e Grupo III, assim caracterizados.

- a) **Grupo I** – compreende os conhecimentos científicos, educacionais e pedagógicos e fundamentam a educação e suas articulações com os sistemas, as escolas e as práticas educacionais.
- b) **Grupo II** – compreende os conteúdos específicos das áreas, componentes, unidades temáticas e objetos de conhecimento da BNCC, e para o domínio pedagógico desses conteúdos.
- c) **Grupo III** – compreende a articulação entre a as práticas pedagógica com as práticas de formação previstas nos componentes curriculares e, também, os estágios supervisionados.

4.4.1 Grupo I

O Grupo I compreende conhecimentos relativos:

- Ao currículo e seus marcos legais;
- Às Diretrizes Curriculares Nacionais;
- À didática e seus fundamentos;
- À gestão e ao planejamento do processo de ensino e aprendizagem;
- Aos marcos legais, e aos conhecimentos e conceitos básicos da Educação Especial;
- Aos fundamentos históricos, sociológicos, filosóficos e antropológicos da educação;
- Às teorias que explicam os processos de desenvolvimento da aprendizagem para favorecer a compreensão das dimensões cognitivas, sociais, afetivas e físicas das crianças e adolescentes;
- Ao sistema educacional brasileiro, sua evolução histórica e suas políticas.

O quadro abaixo apresenta as disciplinas desse grupo de estudos:

Disciplinas	Carga Horária	Créditos
Sociologia da Educação I	30h	2
Filosofia da Educação I	30h	2
História da Educação	60h	4
Psicologia da Educação I	60h	4
Antropologia e Educação	30h	2
Sociologia da Educação II	60h	4
Filosofia da Educação II	30h	2
História da Educação Brasileira	60h	4
Psicologia da Educação II	60h	4
Teorias e Práticas da Educação Especial: ações inclusivas	60h	4
Didática e seus Fundamentos	60h	4
Didática para a Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental	60h	4
Organização da Educação Escolar Brasileira	60h	4
Políticas Públicas Educacionais	30h	2
Organização curricular da Educação Básica: conceitos e teorias curriculares	60h	4
Organização curricular da Educação Básica: as políticas curriculares nacionais	30h	2
Gestão e Planejamento Educacional	30h	2
Total	810h	54

4.4.2 Grupo II

O Grupo II compreende conteúdos específicos relativos ao Exercício da Docência na Educação Infantil, nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, nas Disciplinas Pedagógicas para a formação do licenciado em Pedagogia e da gestão educacional, compreende conteúdos relacionados:

- À língua portuguesa falada e escrita, leitura, produção e utilização dos diferentes gêneros de textos, bem como a prática de registro e comunicação, levando-se em consideração o domínio da norma culta;
- Ao conhecimento da Matemática para instrumentalizar as atividades de conhecimento, produção, interpretação e uso das estatísticas e indicadores educacionais;
- Ao uso das Tecnologias de Informação e Comunicação na Educação;
- Aos processos de investigação científica;
- Às metodologias e estratégias de ensino dos componentes curriculares a serem lecionados pelos pedagogos na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental;
- Às especificidades das Instituições de Educação Infantil, seus modos de organização, gestão e rotinas;

- Às particularidades do processo de aprendizagem das crianças nas faixas etárias da creche e pré-escola;

A seguir, o quadro que apresenta as disciplinas desse núcleo de estudos:

Disciplinas	Carga Horária	Créditos
Tecnologias de Informação e Comunicação na Educação	60h	4
Leitura e Produção de Texto	60h	4
Metodologia do Trabalho Acadêmico-Científicos	45h	3
Língua Brasileira de Sinais	60h	4
Estatística Aplicada à Educação	60h	4
Práticas Educativas de Educação Infantil I	60h	4
Alfabetização e Letramento	60h	4
Educação de Jovens e Adultos	60h	4
Práticas Educativas de Educação Infantil II	30h	2
Práticas Educativas de Alfabetização	60h	4
Orientação de Estágio I (Educação Infantil)	30h	2
Ensino de Língua Portuguesa	60h	4
Pesquisa em Educação	60h	4
Arte e Expressão Cultural	30h	2
Ensino de Ciências	60h	4
Optativa I	30h	2
Optativa II	30h	2
Optativa III	30h	2
Optativa IV	30h	2
Orientação de Estágio II (Anos Iniciais do Ensino Fundamental)	30h	2
Educação do Campo	60h	4
Ensino de Geografia	60h	4
Produção do Trabalho de Conclusão de Curso	60h	4
Orientação de Estágio III (Educação do Campo ou Educação Especial)	30h	2
Corpo, Movimento e Ludicidade	60h	4
Seminário de Pesquisa I	30h	2
Ensino de História	60h	4
Ensino de Matemática	60h	4
Orientação de Estágio IV (Gestão Escolar)	30h	2
Literatura Infantil	60h	4
Educação, Gênero e Sexualidades	30h	2
Tópicos em Educação: Direitos Humanos, Sociedade, Meio Ambiente	60h	4
Educação para as Relações Étnico-Raciais	30h	2
Seminário de Pesquisa II	30h	2
Total	1605h	107

4.4.3 Grupo III

O Grupo III são conhecimentos que irão enriquecer o projeto curricular do curso e compreenderão:

- Os estágios supervisionados realizados em escolas de Educação Básica;
- As Práticas dos componentes curriculares dos Grupos I e II;
- As Atividades de Extensão Curricular (AEC);
- As Atividades Acadêmicos Científico-Culturais (AACC); e
- A Defesa de TCC.

O quadro abaixo apresenta a estrutura desse núcleo de estudos:

Disciplinas	Carga Horária	Créditos
PFD - Teorias e Práticas da Educação Especial: ações inclusivas	15h	1
PFD -Práticas Educativas de Educação Infantil I	30h	2
PFD - Didática e seus Fundamentos	30h	2
PFD - Práticas Educativas de Educação Infantil II	30h	2
PFD - Didática para a Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental	30h	2
PFD – Práticas Educativas de Alfabetização	30h	2
Estágio Supervisionado I (Educação Infantil)	105h	7
PFD - Ensino de Língua Portuguesa	30h	2
PFD - Prática de Ensino de Ciências	30h	2
PFD – Arte e Expressão Cultural	30h	2
Estágio Supervisionado II (Anos Iniciais do Ensino Fundamental)	105h	7
PFD - Educação do Campo	30h	2
PFD – Prática de Ensino de Geografia	30h	2
Estágio Supervisionado III (Educação do Campo ou Especial)	105h	7
PFD – Corpo, Movimento e Ludicidade	15h	1
PFD – Prática de Ensino de História	30h	2
PFD - Prática de Ensino de Matemática	30h	2
Estágio Supervisionado IV (Gestão Escolar)	90h	6
PFD - Gestão e Planejamento Educacional	30h	2
Defesa de TCC	15	1
Atividades Acadêmico Científico-Culturais (AACC)	105h	7
Total	945h	63

4.4.4 Carga Horária por grupos de estudo

O quadro abaixo discrimina a carga horária distribuída entre Grupos de Estudo I, II e III.

Grupos de Estudo	Carga Horária
Grupo I	810h

Grupo II	1.605h
Grupo III	945h
Carga horária total	3.360h

4.4.5 Matriz Curricular do Curso de Pedagogia

1º PERÍODO			CARGA HORÁRIA				Créditos
Disciplinas	Tipo	Pré-Requisito	Teórica	Prática	Hora Aula	Hora Relógio	
Sociologia da Educação I	Ob	--	30	--	36	30	2
Filosofia da Educação I	Ob	--	30	--	36	30	2
História da Educação	Ob	--	60	--	72	60	4
Psicologia da Educação I	Ob	--	60	--	72	60	4
Tecnologias de Informação e Comunicação na Educação*	Ob	--	60	--	72	60	4
Antropologia e Educação	Ob	--	30	--	36	30	2
Leitura e Produção de Texto	Ob	--	60	--	72	60	4
SUBTOTAL					396	330	22
TOTAL DO PERÍODO					396	330	22

2º PERÍODO			CARGA HORÁRIA				Créditos
Disciplinas	Tipo	Pré-Requisito	Teórica	Prática	Hora Aula	Hora Relógio	
Sociologia da Educação II	Ob	--	60	--	72	60	4
Filosofia da Educação II	Ob	--	30	--	36	30	2
História da Educação Brasileira	Ob	--	60	--	72	60	4
Psicologia da Educação II	Ob	--	60	--	72	60	4
Teorias e Práticas da Educação Especial: ações inclusivas	Ob	--	60	--	72	60	4
Metodologia do Trabalho Acadêmico-Científicos*	Ob	--	45	--	54	45	3
SUBTOTAL					378	315	21
PFD - Teorias e Práticas da Educação Especial: ações inclusivas**	Ob	--	--	--	--	15	1
Atividades Acadêmico Científico-Culturais (AACC)	Ob	--	--	--	--	15	1
TOTAL DO PERÍODO					378	345	23

3º PERÍODO			CARGA HORÁRIA				Créditos
Disciplinas	Tipo	Pré-Requisito	Teórica	Prática	Hora Aula	Hora Relógio	
Língua Brasileira de Sinais	Ob	--	60	--	72	60	4
Estatística Aplicada à Educação	Ob	--	60	--	72	60	4
Práticas Educativas de Educação Infantil I	Ob	--	60	--	72	60	4
Didática e seus Fundamentos	Ob	--	60	--	72	60	4
Alfabetização e Letramento	Ob	--	60	--	72	60	4
SUBTOTAL					360	300	20
PFD -Práticas Educativas de Educação Infantil I**	Ob	--	--	--	--	30	2
PFD - Didática e seus Fundamentos**	Ob	--	--	--	--	30	2
Atividades Acadêmico Científico-Culturais (AACC)	Ob	--	--	--	--	15	1
TOTAL DO PERÍODO					360	375	25

4º PERÍODO			CARGA HORÁRIA				Créditos
Disciplinas	Tipo	Pré-Requisito	Teórica	Prática	Hora Aula	Hora Relógio	
Educação de Jovens e Adultos	Ob	--	60	--	72	60	4
Didática para a Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental	Ob	--	60	--	72	60	4
Práticas Educativas de Educação Infantil II	Ob	--	30	--	36	30	2
Práticas Educativas de Alfabetização	Ob	--	60	--	72	60	4
Orientação de Estágio I (Educação Infantil)	Ob	--	30	--	36	30	2
Organização da Educação Escolar Brasileira	Ob	--	60	--	72	60	4
SUBTOTAL					360	300	20
PFD - Práticas Educativas de Educação Infantil II	Ob	--	--	--	--	30	2
PFD - Didática para a Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental**	Ob	--	--	--	--	30	2
PFD – Práticas Educativas de Alfabetização**	Ob	--	--	--	--	30	2
Estágio Supervisionado I (Educação Infantil)	Ob	--	--	--	--	105	7
Atividades Acadêmico Científico-Culturais (AACC)	Ob	--	--	--	--	15	1
TOTAL DO PERÍODO					360	510	34

5º PERÍODO			CARGA HORÁRIA				Créditos
Disciplinas	Tipo	Pré-Requisito	Teórica	Prática	Hora Aula	Hora Relógio	
Ensino de Língua Portuguesa	Ob	--	60	--	72	60	4
Pesquisa em Educação	Ob	--	60	--	72	60	4
Arte e Expressão Cultural	Ob	--	30	--	36	30	2
Ensino de Ciências	Ob	--	60	--	72	60	4
Optativa I	Ob	--	30	--	36	30	2
Optativa II	Ob	--	30	--	36	30	2
Orientação de Estágio II (Anos Iniciais do Ensino Fundamental)	Ob	--	30	--	36	30	2
SUBTOTAL					360	300	20
PFD - Ensino de Língua Portuguesa**	Ob	--	--	--	--	30	2
PFD - Prática de Ensino de Ciências**	Ob	--	--	--	--	30	2
PFD – Arte e Expressão Cultural**	Ob	--	--	--	--	30	2
Estágio Supervisionado II (Anos Iniciais do Ensino Fundamental)	Ob	--	--	--	--	105	7
Atividades Acadêmico Científico-Culturais (AACC)	Ob	--	--	--	--	15	1
TOTAL DO PERÍODO					360	510	34

6º PERÍODO			CARGA HORÁRIA				Créditos
Disciplinas	Tipo	Pré-Requisito	Teórica	Prática	Hora Aula	Hora Relógio	
Políticas Públicas Educacionais	Ob	--	30	--	36	30	2
Educação do Campo	Ob	--	60	--	72	60	4
Ensino de Geografia	Ob	--	60	--	72	60	4

Organização curricular da Educação Básica: conceitos e teorias curriculares	Ob	--	60	--	72	60	4
Produção do Trabalho de Conclusão de Curso	Ob	--	60	--	72	60	4
Orientação de Estágio III (Educação do Campo ou Educação Especial)	Ob	--	--	--	36	30	2
SUBTOTAL					360	300	20
PFD - Educação do Campo**	Ob	--	--	--	--	30	2
PFD – Prática de Ensino de Geografia**	Ob	--	--	--	--	30	2
Estágio Supervisionado III (Educação do Campo ou Educação Especial)	Ob	--	--	--	--	105	7
Atividades Acadêmico Científico-Culturais (AACC)	Ob	--	--	--	--	15	1
TOTAL DO PERÍODO					360	480	32

7º PERÍODO			CARGA HORÁRIA				Créditos
Disciplinas	Tipo	Pré-Requisito	Teórica	Prática	Hora Aula	Hora Relógio	
Organização curricular da Educação Básica: as políticas curriculares nacionais	Ob	--	30	--	36	30	2
Corpo, Movimento e Ludicidade	Ob	--	60	--	72	60	4
Gestão e Planejamento Educacional	Ob	--	30	--	36	30	2
Seminário de Pesquisa I	Ob	--	30	--	36	30	2
Ensino de História	Ob	--	60	--	72	60	4
Ensino de Matemática	Ob	--	60	--	72	60	4
Orientação de Estágio IV (Gestão Escolar)	Ob	--	30	--	36	30	2
SUBTOTAL					360	300	20
PFD – Corpo, Movimento e Ludicidade**	Ob	--	--	--	--	15	1
PFD - Gestão e Planejamento Educacional	Ob	--	--	--	--	30	2
PFD – Prática de Ensino de História**	Ob	--	--	--	--	30	2
PFD - Prática de Ensino de Matemática**	Ob	--	--	--	--	30	2
Estágio Supervisionado IV (Gestão Escolar)	Ob	--	--	--	--	90	6
Atividades Acadêmico Científico-Culturais (AACC)	Ob	--	--	--	--	15	1
TOTAL DO PERÍODO					360	510	34

8º PERÍODO			CARGA HORÁRIA				Créditos
Disciplinas	Tipo	Pré-Requisito	Teórica	Prática	Hora Aula	Hora Relógio	
Literatura Infantil	Ob	--	60	--	72	60	4
Educação, Gênero e Sexualidades	Ob	--	30	--	36	30	2
Tópicos em Educação: Direitos Humanos, Sociedade, Meio Ambiente	Ob	--	60	--	72	60	4
Educação para as Relações Étnico-Raciais	Ob	--	30	--	36	30	2
Seminário de Pesquisa II	Ob	--	30	--	36	30	2
Optativa III	Ob	--	30	--	36	30	2
Optativa IV	Ob	--	30	--	36	30	2
SUBTOTAL					324	270	18

Defesa de TCC	Ob	--	--	--	--	15	1	
Atividades Acadêmico Científico-Culturais (AACC)	Ob	--	--	--	--	15	1	
TOTAL DO PERÍODO						324	300	20
TOTAL ACUMULADO						2.898	3.360	224

* Disciplinas que poderão ter parte de sua carga horária ministrada à distância.

** Disciplinas que possuem carga horária para Extensão Curricular.

Dessa forma, além de formar professores/pedagogos, o Curso de Pedagogia da Unidade Acadêmica de Carangola pretende formar cidadãos engajados em um fazer social e integrado, de modo que seja competente nas diversas áreas de sua atuação e comprometido com os valores da sociedade democrática.

Para tanto, propõe integrar disciplinas que visam cumprir, de forma transversal, os objetivos aqui propostos. É o caso da disciplina Educação para as Relações Étnico-Raciais, pela qual atendemos o que preconizam as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais (Resolução CNE/CP, N° 01 de junho de 2004).

Nas disciplinas Teorias e Práticas da Educação Especial: ações inclusivas e Tópicos em Educação: Direitos Humanos, Sociedade, Meio Ambiente é colocada em foco a temática da Educação e Direitos Humanos que preza “[...] a formação para a vida e para a convivência, no exercício cotidiano dos Direitos Humanos como forma de vida e de organização social, política, econômica e cultural nos níveis regional, nacional e planetário”, conforme define o Conselho Nacional de Educação (Resolução n° 1 de 30 de maio de 2012). Além disso, a Educação Ambiental é, também, posta e discutida nas disciplinas Ensino de Ciências e Tópicos em Educação: Direitos Humanos, Sociedade, Meio Ambiente, promovendo-se a integração da educação ambiental de modo transversal, contínuo e permanente (Lei n° 9.795, de 27 de abril de 1999 e Decreto N° 4.281 de 25 de junho de 2002).

Nesse aspecto, objetiva-se integrar ao mercado de trabalho profissionais aptos a exercerem a profissão com ética, com compromisso profissional e social, fundamentados nas competências e nas habilidades desenvolvidas ao longo do curso.

4.4.6 Disciplinas Optativas

Disciplinas	Pré-Requisito	CARGA HORÁRIA				Créditos
		Teórica	Prática	Hora Aula	Hora Relógio	
Alternâncias Educativas	--	30	--	36	30	2
Cinema e Educação	--	30	--	36	30	2
Educação Popular e Movimento Sociais	--	30	--	36	30	2
Formação e Prática Docente	--	30	--	36	30	2
Fundamentos Filosóficos da Práxis Educacional	--	30	--	36	30	2

Pedagogia Histórico-Crítica e Psicologia Histórico Cultural: Fundamentos para a Prática Pedagógica	--	30	--	36	30	2
Pesquisa com o Cotidiano Escolar	--	30	--	36	30	2
Práticas Educativas de Educação de Jovens e Adultos	--	30	--	36	30	2
Psicomotricidade: O Corpo no Brincar	--	30	--	36	30	2
Química e Ensino de Ciências	--	15	15	36	30	2
Trabalho e Educação	--	30	--	36	30	2
Tópicos Especiais em Educação	--	30	--	36	30	2

4.5 A Prática de Formação Docente

A Prática de Formação Docente (PFD), vista como instrumento de integração do aluno com a realidade social, econômica e do trabalho de seu curso, deverá possibilitar a interlocução com os referenciais teóricos do currículo. O acompanhamento das atividades das PFDs é de responsabilidade dos/as professores/as das disciplinas que as articulam e associam e da coordenação do curso. Essas atividades devem permitir a participação do aluno em projetos integrados, favorecendo a aproximação entre as ações propostas pelas disciplinas / áreas / atividades, de modo a favorecer o contato direto do estudante com o campo de trabalho futuro, possibilitando uma reflexão que articule as dimensões do estudo teórico, da transposição didática e a produção e difusão do conhecimento. Essa prática poderá ser realizada nas salas de aulas, no laboratório de informática, na brinquedoteca do Curso, em espaços escolares e não escolares. Também poderão ser propostas atividades práticas nos sábados letivos com o intuito de desenvolver atendimento pedagógico a alunos de escolas públicas.

Dessa forma, os/as professores/as que ministram as disciplinas elaborarão as Atividades de Prática de Formação Docente para serem realizadas pelos estudantes de acordo com a carga horária de cada PFD. É importante lembrar que algumas PFDs podem ter carga horária destinada à Extensão como componente curricular. Nesses casos, os estudantes deverão participar ativamente do processo de elaboração e execução das atividades voltadas para a sociedade com a orientação do professor responsável pela disciplina, conforme indicado no Regulamento das Atividades de Extensão (Apêndice 5). As PFDs terão início a partir do segundo semestre do curso, podendo ser de diferentes naturezas: observação, acompanhamento, participação de atividades escolares, de ensino e de aprendizagem, assistência a aulas, realização de seminários, pesquisas, entrevistas, consultas a bibliotecas, participação em grupos cooperativos de estudos, entre outras criadas pelos/as professores/as. Também poderão ter caráter extensionista, onde os estudantes poderão desenvolver projetos, cursos, oficinas, eventos, prestação de serviços, minicursos, palestras extra-acadêmicas, divulgação científica, projetos de responsabilidade social, trabalhos voluntários em entidades com compromissos

sociais (ONGs, creches, asilos, movimentos sociais, etc.), consultorias e organização de eventos abertos ao público em geral, dentre outras atividades. Caberá aos professores/as responsáveis pelas PFDs definirem os tipos de atividades e as formas que as Atividades de Prática de Formação Docente deverão ser realizadas.

As atividades propostas irão depender do objetivo a ser alcançado, tempo de aplicação e especificidades da disciplina, mas podemos elencar algumas que podem ser utilizadas em diversos momentos, como:

- Visita técnica a ambientes ligados à educação, independentemente das atividades do Estágio, com objetivos específicos;
- Atividades de pesquisa e extensão em escolas de Educação Infantil e dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, com o objetivo de conhecer e analisar a prática em sala de aula, bem como a organização estrutural dessas instituições;
- Pesquisas específicas e atividades extracurriculares para despertar o interesse do aluno em pesquisas;
- Proposição de mesas de discussão com o objetivo de discutir resultados de pesquisas realizadas;
- Exibição de filmes e/ou documentários sobre temas ligados à disciplina e posterior discussão ou produção de trabalho escrito sobre o filme;
- Visitas a ambientes não escolares em que haja a presença de Pedagogos: abrigo de menores; orfanatos; lar dos idosos; Maior Idade; Centro de Apoio Educacional Especializado; Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS; Brinquedoteca de Hospitais, Museus, etc., com o objetivo de conhecer melhor a realidade desses ambientes, bem como refletir sobre a atuação do Pedagogo nesses espaços;
- Atividades envolvendo outros cursos da Unidade.

As atividades listadas acima são apenas exemplos, uma vez que cada professor/a tem autonomia para propor e planejar a atividade que mais lhe convier no contexto de sua disciplina. Os/as professores/as também poderão propor atividades interdisciplinares, envolvendo PFDs de diferentes disciplinas que estejam sendo realizadas em uma mesma turma. O objetivo da Prática de Formação Docente é extrapolar o ambiente de sala de aula permitindo ao estudante contrapor teoria e prática. Dessa forma, as atividades propostas devem ser realizadas pelos alunos fora dos horários das aulas teóricas. A realização das atividades deverá ser planejada entre professores/as e alunos e fixada datas de entrega dos relatórios ou outros tipos de registro

e acompanhamento. Os sábados letivos, assim, apresentam-se como o momento apropriado para a discussão dos resultados das tarefas propostas.

O registro e acompanhamento das atividades e de seus resultados serão apresentados, pelos alunos, na forma de relatórios individuais ou em grupo, ao professor/a da disciplina, em formato digital, contendo respostas às questões propostas, resultados de pesquisas e/ou levantamento, transcrição de entrevistas, fotografias e qualquer outra maneira de registro da atividade.

Ao final do período letivo, o/a professor/a responsável pela disciplina associada à Prática de Formação Docente deverá reunir os relatórios elaborados pelos alunos, emitir seu parecer quanto aos objetivos propostos e resultados alcançados e encaminhar, também em formato digital, para a Coordenação do curso. A Coordenação, por sua vez, fará a análise final do material e procederá ao seu arquivamento, sendo que o material estará à disposição de alunos e professores/as da Unidade para consulta e estudo.

4.6 Estágio Curricular Supervisionado

A Unidade Carangola optou por criar uma coordenação de estágio abrigando todas as licenciaturas. No entanto, o curso de Pedagogia terá, em sua Matriz Curricular, os componentes curriculares de Orientação de Estágio (I ao IV) com o objetivo de acompanhar diretamente os estagiários nos diversos campos dessa prática. As atividades de estágio serão realizadas em horário distinto do turno cursado pelo estudante.

Entende-se que o Estágio Curricular Supervisionado é um componente importante na formação de professores e precisamos entendê-lo como um espaço/tempo de reflexão, já que nos deparamos com várias situações que nos levam a pensar sobre a prática pedagógica do professor da Educação Infantil e dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e do gestor educacional.

Segundo Pimenta e Lima (2004), o estágio foi identificado, por muito tempo, como a parte prática dos cursos de graduação, que possibilitava uma aproximação às situações reais do trabalho docente, contudo, na atualidade, o Estágio, consoante com a nossa acepção, é uma atividade teórica instrumentalizadora da práxis docente, que torna possível a transformação da realidade. Dessa forma, o estágio não é uma mera atividade do currículo, mas se constitui, também, como o corpo de conhecimento do curso de formação de professor, possibilitando a articulação entre os conhecimentos teóricos e práticos a fim de que o estudante possa ter contato, já na graduação, com a realidade profissional para a qual se prepara, pois é dessa

junção: prática e teoria mediadas pela reflexão que temos a práxis. É preciso evidenciar que é a partir da práxis que a consciência se transforma, não é pura ação, mas ação e reflexão. Daí a unidade entre prática e teoria, em que ambas se vão constituindo, fazendo-se e refazendo-se num movimento permanente no qual vamos da prática à teoria e desta a uma nova prática (FREIRE, 1981, p. 109).

Nesse sentido, teoria, prática e reflexão são termos fundamentais na discussão sobre a formação de professores e o estágio curricular. Dessa forma, o estágio supervisionado é um conjunto de atividades de formação que é realizado sob a orientação e a supervisão de um docente da instituição de ensino superior em conjunto com professores e gestores da educação básica e outros atores de ambientes não escolares. Estas atividades têm o intuito de possibilitar ao acadêmico, situações de efetivo exercício profissional docente. Sendo assim, a prática do estágio curricular “[...] deverá ser engajada e incluir a mobilização, a integração e a aplicação do que foi aprendido no curso, bem como deve estar voltada para resolver os problemas e as dificuldades vivenciadas nos anos anteriores de estudo e pesquisa” como estabelece o parágrafo 3º do Artigo 15 da Resolução CNE/CP n º 2, de 20 de dezembro de 2019 (BRASIL, 2019).

Também para Pimenta (2006, p. 75), o estágio deve ser:

[...] um momento de síntese dos conteúdos das matérias de ensino, das teorias de aprendizagem e das experiências pessoais, bem como deve constituir-se em um processo de reflexão-ação-reflexão que ultrapasse a experiência restrita.

O estágio curricular é a atividade básica na relação teoria e prática, a partir dele, há a possibilidade de o futuro professor refletir e produzir novos conhecimentos, ao compreender a implicação de sua ação docente na realidade em que atua. O exercício da reflexão sobre a ação pode levá-lo à reconstrução da relação dialética entre teoria e prática, resultando assim, em uma prática da transformação da realidade. Essas exigências nos levam a refletir sobre a necessidade de mudança no processo de formação inicial de professores, devendo esta se constituir em uma proposta inovadora e avançada em termos de pressupostos teórico-filosóficos, pensando em novas formas de organização curricular que possibilitem em todo o curso a relação teoria-prática, proporcionando vivências em situações reais de trabalho como forma de promover não só uma aproximação maior entre universidade e sociedade, mas também como forma de propiciar ao acadêmico a reflexão desta prática vivenciada num processo desconhecido por muitos acadêmicos.

Nesse momento, o estágio curricular supervisionado assume um papel importantíssimo durante o processo de formação de professores, como o corpo de conhecimento do curso de

formação, possibilitando a articulação entre os conhecimentos teóricos e práticos (PIMENTA e LIMA, 2004).

Sob esta perspectiva, não podemos reduzir o estágio ao momento de “se colocar em prática, a teoria aprendida”, limitando esta prática de ensino a mera aplicação de técnicas que, ainda segundo as autoras, não dão conta da complexidade das situações da intervenção pedagógica docente. Por isso, o estágio curricular proporciona um contato direto com o contexto educacional, ao oferecer a oportunidade ao estudante de elaboração e reelaboração dos conhecimentos construídos durante o curso.

Quando compreendemos o professor como um intelectual em processo contínuo de construção, cujo trabalho está diretamente vinculado ao conhecimento e à educação como um processo dialético de desenvolvimento do homem, historicamente situado, entendemos, então, que este profissional precisa da teoria para iluminar sua prática, e que esta precisa ser continuamente refletida para que sua teoria seja ressignificada (LIMA, 2012).

Dessa forma, o objetivo do Estágio Curricular no curso de Licenciatura de Pedagogia é de promover a integração, a articulação e a inter-relação de conhecimentos teóricos e práticos dos campos de conhecimentos com a atividade profissional e as competências necessárias para a ação docente, bem como contribuir na formação profissional dos estudantes de Pedagogia.

Os campos de estágio para o curso de licenciatura em Pedagogia da UEMG – Carangola estão distribuídos nas redes de ensino municipal, estadual e particular de Carangola, seu entorno, bem como em outros municípios nos quais a Universidade recebe estudantes.

A Resolução CNE/CP n ° 2, de 20 de dezembro de 2019, que “[...] define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (...)” (BRASIL, 2019), estabelece 400 horas para o Estágio Curricular Supervisionado. Para fins de cômputo em créditos, serão acrescidas mais 5 horas, totalizando 405 horas o que equivale a 27 créditos. Essa carga horária foi distribuída entre as áreas ou modalidades de ensino a seguir: Estágio Supervisionado I (Educação Infantil); Estágio Supervisionado II (Anos Iniciais do Ensino Fundamental); Estágio Supervisionado III (Educação do Campo ou Educação Especial); Estágio Supervisionado IV (Gestão Escolar). Veja o Quadro abaixo com essa descrição e devida carga horária:

Estágio Supervisionado	Carga horária
Estágio Supervisionado I (Educação Infantil)	105
Estágio Supervisionado II (Anos Iniciais do Ensino Fundamental)	105
Estágio Supervisionado III (Educação do Campo ou Educação Especial)	105
Estágio Supervisionado IV (Gestão Escolar)	90

Total	405
-------	-----

Um aspecto importante que destacamos é que as quatrocentas e cinco horas (405 horas) obrigatórias de estágio são desenvolvidas em diferentes cargas horárias, em diferentes modalidades de ensino, a partir do 4º período do curso.

As atividades são desenvolvidas em concomitância com aquelas desenvolvidas nas disciplinas que trazem um percentual de atividades práticas específicas da área (Prática de Formação Docente) ou em continuidade a elas. Este desenho aponta para a necessidade de que se tenham por base conhecimentos que deem suporte ao objetivo esperado da ação, caso contrário, não servirá para direcioná-la. Isso implica a necessidade de que todos os professores, independentemente da disciplina que ministrem, se comprometam em planejar suas aulas tendo em vista a aproximação e o diálogo do futuro professor com a realidade e construção dos saberes a partir desta realidade.

De acordo com essa organização, o Estágio Curricular do Curso de Pedagogia da UEMG – Carangola será realizado ao longo do curso, em Educação Infantil, nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, na Gestão Escolar e, ainda, em modalidades e atividades como educação do campo e/ou na educação especial. Pretende-se, assim, assegurar aos graduandos experiência de exercício profissional em ambientes escolares que ampliem e fortaleçam atitudes éticas, conhecimentos e competências, conforme o previsto neste documento.

Os estagiários serão orientados e acompanhados pelos/as professores/as orientadores/as de estágio nas disciplinas destinadas a este fim, bem como pelo Coordenador do Núcleo de Estágio da Unidade Carangola.

O Estágio Curricular pressupõe atividades pedagógicas efetivadas em um ambiente institucional de trabalho, reconhecido por um sistema de ensino, que se concretiza na relação interinstitucional, estabelecida entre um docente experiente e o aluno estagiário, com a mediação de um professor supervisor acadêmico no tocante à Educação Básica. A realização das atividades concernentes ao Estágio Curricular deve proporcionar ao estagiário uma reflexão contextualizada, conferindo-lhe condições para que se forme como autor de sua prática, por meio da vivência institucional sistemática, intencional, norteadas pelo Projeto Pedagógico da instituição formadora.

Durante o Estágio Curricular, o licenciando deverá proceder ao estudo e interpretação da realidade educacional do seu campo de estágio, desenvolvendo atividades relativas à docência e à gestão educacional em espaços escolares, produzindo uma avaliação desta experiência e sua autoavaliação.

Ressalta-se ainda que, o parágrafo único do artigo 11 da Resolução CNE/CP n ° 2, de 20 de dezembro de 2019, afirma que na formação dos profissionais da educação “[...] pode haver aproveitamento de formação e de experiências anteriores, desde que desenvolvidas em instituições de ensino e em outras atividades (...)” (BRASIL, 2019), possibilitando, dessa forma, o aproveitamento das experiências profissionais no âmbito escolar para fins de cômputo de estágio (o Regulamento do Estágio, anexo a este documento, trará as especificações para esse cômputo).

O Estágio se iniciará no 4º período e se estenderá até o 8º período, sendo que em cada um dos semestres letivos será desenvolvido um montante específico do número de horas destinadas ao desenvolvimento das atividades de estágio, totalizando 405 horas – 27 créditos, assegurando-se aos graduandos de Pedagogia o exercício da docência e da gestão escolar. A regulamentação para o Estágio Supervisionado se encontra apensado neste documento. (APÊNDICE 3).

4.7 Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)

O Curso de Pedagogia, em sua nova estrutura curricular, apresenta uma grande preocupação com a produção acadêmica e o domínio da linguagem científica por parte do graduando. Foi inserido o componente curricular *Leitura e Produção de Texto* no 1º período letivo, com o intuito de que o/a estudante se aproprie dos conceitos linguísticos básicos para a redação de textos acadêmicos; no 2º período foi inserido o componente curricular *Metodologia do Trabalho Acadêmico-Científico*, visando à redação de trabalhos acadêmicos; no 5º período inseriu-se o componente curricular *Pesquisa em Educação* com vista ao aprofundamento nas pesquisas cujo foco está nos processos e práticas educativas; no 6º período, *Produção de Trabalho de Conclusão de Curso* para que sejam elaborados os projetos de pesquisas.

Nesse componente curricular os/as estudantes serão orientados/as, especificamente, pelo/a professor/a da disciplina, mas nada impede que os/as demais professores/as do curso os/as oriente. O objetivo é a escrita de um Projeto para o Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, tendo como tema os conteúdos da área da Pedagogia e as relações que se estabelecem entre a escola e outras instituições socializadoras.

No final do 6º período letivo, os/as estudantes devem protocolar o Projeto de Pesquisa para o/a professor/a do componente curricular *Produção do Trabalho de Conclusão de Curso*, que deverá, em seguida, protocolar para o/a Coordenador/a os projetos de pesquisa e a listagem com nomes dos estudantes, os títulos dos projetos e o nome do/a possível orientador/a.

O/a estudante deverá desenvolver o TCC sob o acompanhamento de um/a professor/a orientador/a durante os 7º e 8º períodos e matricular-se nos componentes curriculares *Seminários de Pesquisa I e II* dos respectivos períodos letivos, para que seja orientado no desenvolvimento do projeto de pesquisa e que faça as apresentações parcial e final, discutindo os pontos principais do trabalho.

É importante enfatizar que o TCC deve ser em formato de monografia ou artigo científico, composto por um trabalho de pesquisa de cunho acadêmico. O propósito é iniciar o estudante no processo de investigação científica, tendo em vista a sua formação como professor investigador do cotidiano escolar. O TCC pode ser desenvolvido individualmente ou em duplas.

Ressalta-se que o TCC é um trabalho voltado à aquisição de novos conhecimentos ou ao aprofundamento de alguns dos temas abordados durante o curso, com a possibilidade de ser publicado em jornais, revistas acadêmicas, na *homepage* da UEMG – Unidade Carangola, entre outros.

A apresentação escrita e a defesa oral da monografia ou do artigo científico serão realizadas no 8º período letivo, sob a organização do/a professor/a do componente curricular *Seminário de Pesquisa II*, e banca composta obrigatoriamente por três membros: o/a professor/a orientador/a do trabalho (da Unidade Carangola), (coorientador/a (quando houver)), um/a professor/a do corpo docente da Unidade Acadêmica de Carangola e um/a avaliador/a convidado/a (preferencialmente externo à UEMG/Carangola), que poderá ser um docente ou um profissional que pertença à área da pesquisa desenvolvida. Ressalta-se também, que os professores/as orientadores/as devem possuir, no mínimo, pós-graduação *lato sensu* e, que, no caso de coorientador/a poderá participar os docentes da área de pesquisa identificada no projeto, oriundo de outras Instituições de Educação Superior, com titulação mínima de especialista. As exceções devem ser autorizadas pelo Colegiado do Curso, mediante reconhecida contribuição acadêmica do docente.

A apresentação oral seguirá os trâmites usuais da defesa de um trabalho acadêmico, estando aberta à comunidade acadêmica e à sociedade civil e científica, e se constitui como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado em Pedagogia (o Regulamento para a Elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso encontra-se nos Apêndices deste documento).

O estudante deve realizar a defesa pública do TCC e em caso de aprovação deve apresentar a Ata ao Colegiado do Curso para o cômputo da carga horária correspondente ao componente curricular Defesa de TCC.

É importante salientar que será assegurada ao professor/a orientador do TCC, a carga

horária semanal mínima de 2 horas por orientando, chegando ao máximo de 6 horas e três orientações, correspondente a encargos didáticos, observando a determinação do Artigo 21 da Resolução COEPE/UEMG nº 234, de 23 de novembro de 2018. O tempo de trabalho destinado à orientação do TCC dos docentes da Instituição deverá constar no Plano de Trabalho Anual do docente.

Para a orientação do TCC, o/a professor/a orientador/a assegurará atendimento semanal ao(s) discente(s), conforme estabelece a Resolução COEPE/UEMG nº 234/2018. Compete a ele/a compor e dirigir as bancas de avaliação final do TCC, em diálogo com a Coordenação do Curso e com o/a professor/a responsável pelo componente curricular *Seminário de Pesquisa II*.

As demais orientações para escrita, defesa, aprovação e entrega do TCC seguirão as regulamentações gerais da UEMG de elaboração e entrega do TCC, e na ausência desta, as estabelecidas no Regulamento para a Elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso (APÊNDICE 4).

4.8 Atividades Acadêmico-Científicas e Culturais (AACCs)

As atividades acadêmico-científicas e culturais (AACCs) complementares visam enriquecer e flexibilizar o currículo do curso. Possibilitam o reconhecimento, por avaliação, de habilidades, conhecimentos e competências do acadêmico, inclusive adquiridas fora do ambiente escolar, incluindo a prática de estudos, atividades independentes, transversais e opcionais.

As atividades são obrigatórias e visam complementar a formação profissional e cultural do estudante, podendo ser desenvolvidas presencialmente ou à distância, e integralizam o currículo do curso de Licenciatura em Pedagogia. Devem ser desenvolvidas ao longo da formação e têm por objetivo: i) buscar a efetiva integração entre os conteúdos de ensino que compõem o currículo do curso; ii) integrar teoria/prática, por meio de vivência e/ou observação de situações reais; iii) propiciar a contínua atualização do temas do currículo, ensejando o desenvolvimento de temas emergentes da área, decorrentes das demandas, transformações e avanços sociais; iv) articular a tríade pesquisa, ensino e extensão; v) promover a contextualização do currículo, a partir do desenvolvimento de temas regionais e locais, considerados significativos para a formação profissional pretendida para o egresso e, adequar o currículo aos interesses individuais dos estudantes; vi) ampliar as dimensões do currículo a partir da pluralidade e diversificação das atividades a serem vivenciadas pelos universitários.

As AACCs integrantes do currículo desse curso, estão fixadas em um mínimo de **105**

horas, e devem levar em conta as realidades dos mercados de trabalho local e regional, incluindo a extensão, a monitoria, e a participação de atividades extracurriculares, que exigem desenvolvimento epistemológico e metodológico dos estudantes. A extensão inclui participação em eventos científicos tais como seminários, simpósios, congressos, conferências e demais atividades correlatas, bem como a participação em programas e projetos comunitários desenvolvidos por entidades governamentais. As atividades de monitoria compreendem o exercício de atividades junto aos docentes da instituição e apoio no desenvolvimento de disciplinas que integrem a matriz curricular do curso, e têm por objetivo desenvolver as habilidades do aluno para a docência.

O educando deverá registrar suas AACCs em ficha específica (APÊNDICE 5) fornecida pela coordenação do curso. Nela os estudantes deverá descrever a atividade, a data e o tempo utilizado para desenvolvê-la. Imprescindível inserir os comprovantes da presença nos eventos descritos. Os objetivos, critérios, sugestões e orientações das AACCs bem como a divulgação de eventos internos e externos vinculados a ela serão amplamente divulgados nos canais oficiais de comunicação da unidade.

4.9 Atividade de Extensão Curricular (AEC)

Seguindo as diretrizes apresentadas pela Resolução n.º 7, de 18 de dezembro de 2018, que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e pela Resolução UEMG/COEPE n.º 287, de 04 de março de 2021, que dispõe sobre o desenvolvimento de atividades de extensão como componente curricular obrigatório dos Cursos de Graduação da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), e também a Resolução CEE N° 490, de 26 de abril de 2022, que dispõe sobre os princípios, os fundamentos, as diretrizes e os procedimentos gerais para a Integralização da Extensão nos Currículos dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação *Lato Sensu* no Sistema de Ensino do Estado de Minas Gerais e dá outras providências, os estudantes do curso de Licenciatura em Pedagogia da UEMG - Unidade Acadêmica de Carangola deverão cumprir 360 horas/relógio que serão distribuídas nas disciplinas previstas no Quadro 1 do Apêndice 5.

A extensão, conforme apresentado no Art. 78 do Estatuto da UEMG, é um “[...] processo educativo, cultural e científico, indissociável do ensino e da pesquisa, visa a desenvolver as relações entre a Universidade e a sociedade e contribuir para elevar os padrões de vida das diferentes regiões mineiras” (MINAS GERAIS, 2013, p. 30). Como descrito no Art. 2º da Resolução UEMG/COEPE n.º 287, as Atividades de Extensão Curricular visam promover

o processo de:

I – interação dialógica da comunidade acadêmica com a sociedade por meio da troca de conhecimentos, da participação e do contato com as questões contemporâneas presentes no contexto social;

II – formação cidadã dos estudantes, marcada e constituída pela vivência e interação dos conhecimentos construídos na Universidade de modo integrado;

III – proposição de ações sobre a Universidade e sobre os demais setores da sociedade, a partir da construção e aplicação de conhecimentos;

IV – articulação entre ensino/pesquisa/extensão, ancorada em processos pedagógicos integrados, político-educacionais, culturais, científicos e tecnológicos.

É importante destacar que para que as ações sejam consideradas como prática de extensão curricular, os estudantes devem participar ativamente do processo de elaboração e execução das atividades voltadas para a sociedade. Conforme apresentado na Resolução UEMG/COEPE n.º 287, as atividades extensionistas no curso de Pedagogia ocorrerão a partir do desenvolvimento de programas, projetos, cursos/oficinas e eventos/prestação de serviços.

Para além das listadas, demais possibilidades de atividades extensionistas poderão ser desenvolvidas, tais como: minicursos, palestras extra acadêmicas, divulgação científica, projetos de responsabilidade social, trabalhos voluntários em entidades com compromissos sociais (ONGs, creches, asilos, movimentos sociais, etc.), consultorias/prestação de serviços e organização de eventos abertos ao público em geral, inclusive para além das propostas sugeridas pela universidade. O Regulamento de Atividades de Extensão Curricular do Curso de Pedagogia da UEMG – Unidade Acadêmica de Carangola se encontra no Apêndice 6.

5. ADMINISTRAÇÃO ACADÊMICA

5.1 O Colegiado do Curso de Pedagogia

O Colegiado de Curso de Graduação é um órgão normativo e consultivo de cada curso que tem por finalidade acompanhar a implementação do projeto pedagógico, avaliar alterações dos currículos plenos, discutir temas ligados ao curso, planejar e avaliar as atividades acadêmicas do curso, observando-se as políticas e as normas da UEMG.

Segundo o Estatuto da Universidade do Estado de Minas Gerais, Decreto nº. 46.352, de 25 de novembro de 2013, artigo 52, o Colegiado de Curso é constituído:

- I – por representantes dos Departamentos que participam do curso;
- II – por representantes dos professores que atuam no curso, eleitos por seus pares; e
- III – por representantes dos estudantes matriculados no curso, escolhidos na forma deste Estatuto e do Regimento Geral.

Os representantes têm mandato de dois anos, permitindo o exercício de até dois mandatos consecutivos.

De acordo com o referido Estatuto, artigo 59, incisos de I a VIII, compete ao Colegiado de Curso: orientar, coordenar e supervisionar as atividades do curso; elaborar o projeto pedagógico do curso e encaminhá-lo ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, ouvida a Pró-Reitoria de Graduação; fixar as diretrizes dos programas das disciplinas e recomendar modificações aos Departamentos; elaborar a programação das atividades letivas para apreciação dos Departamentos envolvidos; avaliar periodicamente a qualidade e a eficácia do curso e o aproveitamento dos alunos; recomendar ao Departamento a designação ou substituição de docentes; decidir as questões referentes à matrícula, remoção, dispensa de disciplina, transferência, obtenção de novo título, assim como as representações e os recursos sobre matéria didática; e representar ao órgão competente no caso de infração disciplinar. O Colegiado de Curso funcionará com a maioria absoluta de seus membros e suas decisões serão tomadas pela maioria de votos dos presentes, excluídos os brancos e nulos.

Segundo ainda o Estatuto, o Coordenador do Colegiado do Curso será eleito pelos pares, por um período de dois anos igualmente renováveis. O artigo 58 do Estatuto da Universidade do Estado de Minas Gerais, Decreto nº. 46.352, de 25 de novembro de 2013, designa as principais competências do Coordenador do Colegiado: I - presidir o Colegiado de curso; II - fazer cumprir as deliberações do Colegiado de Curso; e III - atender às demandas da administração superior no que diz respeito ao respectivo curso.

É importante enfatizar que de acordo com a Resolução COEPE/UEMG nº 273, de 21 de julho de 2020, o Colegiado de Curso terá um Coordenador e um Subcoordenador.

5.2 Atuação do Núcleo Docente Estruturante (NDE)

O Núcleo Docente Estruturante de um curso de graduação constitui-se de um grupo de docentes, com atribuições acadêmicas de acompanhamento, atuante no processo de concepção, consolidação e contínua atualização do projeto pedagógico do curso.

As atribuições do Núcleo Docente Estruturante estão previstas no Artigo 2º da Resolução CONAES, nº. 01, de 17 de julho de 2010, assim apresentados:

- a) Contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso;
- b) Zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo;
- c) Indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso;
- d) Zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação.

Tendo como base a resolução do CONAES, o Art. 2º da Resolução COEPE/UEMG Nº 284/2020, define o Núcleo Docente Estruturante como um órgão consultivo de caráter permanente em cada curso de graduação da Universidade, possuindo as seguintes atribuições:

- a) atuar no acompanhamento, na consolidação e na atualização do Projeto Pedagógico do Curso – PPC;
- b) contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso;
- c) zelar pela integração interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo;
- d) identificar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso;
- e) observar e zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação.

O NDE é constituído pelo Coordenador do Colegiado do Curso, membro nato, e por quatro professores pertencentes ao corpo docente do curso. É recomendado que pelo menos 60% dos membros tenham titulação acadêmica obtida em programas de pós-graduação *stricto sensu*.

Essa constituição é legítima por apresentar condições de contribuir com zelo pela integração curricular interdisciplinar, indicação de áreas de atuação e cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais

5.3 Departamento de Educação, Linguística e Letras (DELL)

A partir de 2020 a Unidade Carangola passou pelo processo de departamentalização, com a criação de 5 departamentos, cada um compreendendo disciplinas afins e congregando professores para objetivos comuns de ensino, pesquisa e extensão. No que tange ao curso de

Pedagogia, a maior parte das disciplinas de sua matriz curricular (isto é, as disciplinas específicas do curso), pertencem ao Departamento de Educação, Linguística e Letras (DELL) a partir de então.

De acordo com Art. 61 do Estatuto da UEMG, cada Departamento, constituindo “a menor fração da estrutura da Universidade para todos os efeitos de organização administrativa, didático-científica e de distribuição de pessoal”, possuirá um chefe e um subchefe, eleitos conforme normas estabelecidas no regimento Geral. Além da chefia, o Departamento compõe-se internamente de uma Câmara Departamental, presidida pelo Chefe do Departamento, com voto de qualidade, e integrada também:

I - pelo Subchefe do Departamento;

II - por representantes de diferentes níveis da carreira do magistério superior que estejam no exercício do cargo de provimento efetivo, eleitos por seus pares;

III - por representantes do corpo técnico-administrativo; e

IV - por representantes do corpo discente, escolhidos na forma deste Estatuto e do Regimento Geral.

Segundo o § 2º do Art. 62 do referido Estatuto, salvo o contrário, os representantes terão mandato de três anos, permitida uma recondução, e possuirão suplentes eleitos com mandato vinculado aos titulares, para substituí-los em suas faltas ou impedimentos. Cabe à Câmara de cada Departamento reunir-se, ordinariamente, uma vez por mês e, em caráter extraordinário, quando convocada pelo Chefe do Departamento, por iniciativa própria ou a requerimento de um terço, no mínimo, de seus membros. As atribuições deste órgão podem ser consultadas no Art. 66 do Estatuto da UEMG.

6 ATIVIDADES DE PESQUISA E EXTENSÃO

A Unidade Carangola mantém um Núcleo de Pesquisa e Extensão (NUPEX) responsável pela análise e aprovação de projetos relativos à Iniciação Científica e Cursos e Projetos de Extensão promovidos por professores. Essas atividades de pesquisa e extensão vêm sendo bastante utilizadas pelos professores e os alunos têm cobrado a participação nessas atividades.

Podemos afirmar, também, que existe no curso uma clareza quanto à necessidade de que esta instituição de ensino ultrapasse seus muros e encontre a comunidade que a rodeia. Pesquisas de campo vêm tomando forma e professores têm apresentado ideias relativas à formação de Grupos de Estudos com vistas à integração da universidade com a população local

e regional, para mútuo crescimento. É notório que o aluno precisa saber desenvolver ações comunitárias competentes, fundamentadas em valores comprometidos com a reflexão com o conhecimento erudito e popular, com a valorização da sala de sala, da cultura e da arte local e regional.

Acreditamos que a formação acadêmica do Licenciado em Pedagogia deve ocorrer de maneira integrada, considerando o conjunto das atividades de ensino necessárias para garantir a consolidação de um profissional participativo, crítico e produtivo.

É importante ressaltar que o curso de Pedagogia realiza com periodicidade anual, uma Semana Acadêmica ou o Simpósio de Pedagogia, com palestras, minicursos e outras atividades culturais, que mobiliza não só os graduandos em Pedagogia, como egressos da instituição e a comunidade em geral. Há de se considerar, também, os eventos acadêmicos científicos que já fazem parte do calendário oficial da UEMG: Semana UEMG e Seminário de Pesquisa e Extensão.

7 SISTEMA DE AVALIAÇÃO

7.1 Avaliação do Curso e do Projeto Pedagógico

A avaliação das medidas propostas no Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia está estritamente relacionada à concepção que compreende a Unidade Carangola, como um espaço social a serviço do desenvolvimento humano e do progresso da ciência.

A avaliação pretendida visa ao redirecionamento da política de desenvolvimento pedagógico do Curso rumo à elevação da qualidade do ensino oferecido e do conhecimento produzido. Diferente da concepção que associa a avaliação a uma tentativa de controle e mensuração, a avaliação desse projeto pedagógico servirá como instrumento de reflexão das ações empreendidas. Toda a avaliação referente ao curso e ao projeto pedagógico será realizada com a participação efetiva do NDE.

7.2 Avaliação dos Docentes

Todos os docentes que atuem no Curso de Pedagogia devem apresentar os seus Planos de Gestão de Desempenho Individual (PGDI) semestralmente, no qual eles estabelecem metas e descrevem ações e atividades relacionadas ao ensino, à pesquisa, à extensão e à gestão acadêmica. Estes Planos são analisados pela Comissão de Avaliação do Departamento de Educação, Linguística e Letras da Unidade e, anualmente, os professores efetivos são avaliados

pelos Chefes de Departamento em conjunto com a Comissão. Este processo em sua totalidade é registrado no Sistema de Avaliação de Desempenho (SISAD).

Os docentes apresentam Relatórios de Atividades Acadêmicas anuais e os Planos de Trabalho para os anos vindouros detalhando as atividades realizadas e as planejadas e/ou propostas que, por sua vez, são apreciadas e aprovadas pelas Câmaras Departamentais de cada Departamento. A Câmara Departamental pode deferir ou indeferir estes documentos.

Os docentes também serão avaliados anualmente pela CPA, mediante instrumento de avaliação que considera as especificidades de cada Unidade Acadêmica da UEMG.

7.3 Avaliação dos Discentes

Para a avaliação da aprendizagem dos discentes, buscar-se-á, através do acompanhamento docente, das atividades individuais e em grupos dos alunos, valorizar a integração dos três grupos de estudos, o desempenho das competências e das habilidades traçadas para o Curso de Pedagogia, observando-se as especificidades e a globalidade dos conteúdos das disciplinas e as metodologias adotadas em sala de aula pelos professores.

Segundo o artigo 38 do Regimento da UEMG: “a avaliação do rendimento escolar é feita em cada disciplina, em função do aproveitamento verificado em provas e trabalhos decorrentes das atividades desenvolvidas pelo estudante”. Portanto, o rendimento escolar do aluno é verificado dentro de cada semestre letivo, levando-se em consideração a assiduidade e eficiência comprovadas nos estudos, sendo que, ambas, são eliminatórias.

No artigo 39 do referido Regimento: “a avaliação do rendimento em cada disciplina é feita por pontos cumulativos, em uma escala de 0 (zero) a 100 (cem)” e no parágrafo único desse artigo é ressaltado que: “nenhuma avaliação parcial do aproveitamento pode ter valor superior a quarenta (40) pontos”. Essas determinações são seguidas neste Projeto Pedagógico. Assim, ao final do Curso, o aluno deverá ter atingido os objetivos propostos por cada atividade curricular prevista.

Para ser aprovado nas disciplinas, no final do semestre letivo, o aluno deve alcançar nota igual ou superior a sessenta (60) pontos, obtidas através de atividades e provas escritas e frequência igual ou superior a 75% das aulas. Conforme indicado no Art. 3º da Resolução COEPE/UEMG n. 249, de 06 de abril de 2020, o aluno que se enquadrar nas seguintes situações faz jus à compensação de faltas: “I – Estado de gestação; II – Adoção ou obtenção de guarda judicial para fins de adoção; III – Afecções congênitas ou adquiridas, infecções, traumatismo ou outras condições mórbidas, determinando distúrbios agudos ou agudizados [...]”.

As provas realizadas para avaliação de conteúdos e habilidades devem ser associadas a outros procedimentos como observações, seminários, painéis, trabalhos individuais e em grupo. O professor tem autonomia na distribuição dos valores desses trabalhos, devendo, no entanto, o maior valor ser atribuído à atividade avaliativa (não ultrapassando 40 pontos).

A avaliação é parte integrante do processo de formação, uma vez que possibilita diagnosticar questões relevantes, aferir os resultados alcançados, considerando os objetivos propostos e identificar mudanças de percurso eventualmente necessárias.

7.4 Comissão Própria de Avaliação (CPA)

De acordo com o Artigo 157, do Regimento Geral da UEMG de 2017, a Comissão Própria de Avaliação (CPA) tem as atribuições de coordenar, sistematizar e prestar informações “referentes aos processos de Autoavaliação Institucional, sendo sua atuação permanente e autônoma em relação aos Conselhos e demais Órgãos Colegiados existentes na Instituição”. A CPA coordena a realização anual da Autoavaliação da Universidade.

No âmbito da UEMG, tem-se uma CPA geral e cada Unidade Acadêmica tem a sua própria CPA, que é composta por representantes docentes, discentes, dos servidores técnico-administrativos e da sociedade civil com mandato de três anos, permitida a recondução. A exceção é em relação aos representantes discentes que terão mandato de um ano com direito a recondução.

O segundo parágrafo do Artigo 159, do referido Regimento, recomenda que a cada três anos no processo de recomposição da CPA deverá ser assegurada a permanência de 40% de seus componentes anteriores.

8. INFRAESTRUTURA

A Unidade Acadêmica de Carangola possui uma área total de 12.844 m² dos quais, 6.522,79 m² são de área construída e 2.812 m² destinam-se ao campo de futebol, estacionamento e espaço destinado à expansão da Unidade.

Como estrutura física, a Unidade conta com três prédios (blocos) que são distribuídos em uma ampla área e sua estrutura e instalações acadêmicas têm capacidade para atender a cerca de 1.800 alunos por turno.

O bloco 1 é um prédio construído em 1922, tombado pelo Patrimônio Histórico e Cultural de Minas Gerais. Possui uma área construída de 1.630m² distribuídos em três pavimentos, a saber:

✓ Térreo: setor de protocolo/recepção; administração central da Unidade (direção, vice-direção, secretaria acadêmica); sala do Núcleo de Apoio ao Estudante (NAE); laboratórios multidisciplinares de ciências biológicas e da saúde; sala de aula; banheiros.

✓ Primeiro pavimento: oito salas de aula para 30 alunos cada; setor de patrimônio, compras e recursos humanos; sala de arquivo; NUPEX; sala de chefias de departamentos; banheiros.

✓ Segundo pavimento: seis salas de aula para 30 alunos cada; Laboratório de Matemática e Física.

O bloco 2 foi construído na década de 1980 e reformado em 2022, também conta com 3 pavimentos, numa área total construída de 2.971,68m², onde encontramos:

✓ Térreo: auditório com capacidade para 400 pessoas; banheiros.

✓ Primeiro pavimento: oito salas de aula para 25 alunos cada; laboratórios de informática; Laboratório de Cartografia e Geoprocessamento; sala de atendimento aos discentes; sala de coordenações; sala dos professores; banheiros.

✓ Segundo pavimento: oito salas de aula para 50 alunos cada; banheiros.

A sala dos(as) professores(as) é um espaço de interação e reunião entre docentes das diferentes áreas do conhecimento. O mobiliário é composto por uma mesa central, cadeiras rolantes e convencionais, três mesas laterais, sofá e escaninhos individuais. O ambiente é climatizado, contém bebedouros e sinal de internet. A sala conta ainda com banheiros masculino e feminino de uso exclusivo dos docentes.

O bloco 3 é a construção mais nova e sua estrutura física está assim distribuída:

✓ Térreo: biblioteca; banheiros.

✓ Primeiro pavimento: brinquedoteca; cinco salas de aula para 40 alunos cada; banheiros.

✓ Segundo pavimento: nove salas de aula para 30 alunos cada; banheiros.

Além destes blocos, a Unidade Acadêmica conta ainda com outras construções menores:

✓ Museu de Zoologia Newton Baião de Azevedo

✓ Herbário

✓ Sede da organização esportiva discente e diretório acadêmico

✓ Cantina pública

✓ Sede da Empresa Júnior PROVISÃO

✓ Cozinha e banheiros para funcionários terceirizados e administrativos

✓ Depósito de material (almoxarifado)

✓ Jardim didático

Todas as salas de aula são bem arejadas, iluminadas, possuem ventiladores e/ou ar condicionado, além de cortinas nas janelas. Todas possuem como mobiliário conjuntos de mesas e cadeiras para melhor acomodar os discentes. Das mobílias, a fim de atender às demandas de docentes e discentes, estão os quadros, mesa e cadeira do professor, projetor multimídia. Há tomadas para conexão de computadores em todas as salas, além de acesso à rede Wireless de internet, conta com o cuidado da limpeza, realizada diariamente com o propósito de manter a salubridade dos frequentadores.

8.1 Laboratório de Informática

A Unidade Acadêmica de Carangola possui um laboratório de informática com 30 computadores conectados à rede internet por um *link* de banda larga. Os computadores possuem sistema operacional Windows 10 Pro - Versão 21H2 instalado e estão conectados via rede local ponto a ponto. Há também um laboratório localizado dentro da Biblioteca (possui cerca de 25 computadores). Ambos os espaços podem ser utilizados para a realização de aulas que requerem o uso dos equipamentos.

O laboratório de informática também pode ser utilizado pelos alunos e pela comunidade para a realização de pesquisas e trabalhos acadêmicos e todos os computadores possuem acesso à internet banda larga. O uso desse laboratório pela comunidade é vinculado ao acompanhamento de monitores do curso e ao contexto de divulgação ou participação em projetos de pesquisa e/ou extensão. O detalhamento das normas de uso está descrito em regulamento próprio, conforme Anexo 1.

8.2 Biblioteca

A biblioteca da Unidade Acadêmica de Carangola vinculada ao Sistema de Bibliotecas da Universidade do Estado de Minas Gerais – SiBi-UEMG sob a coordenação geral da Pró-Reitoria de Graduação, por meio da Divisão de Bibliotecas e atende aos estudantes, servidores docentes e técnicos administrativos da Instituição, bem como ao público externo e é concebida como sendo um espaço fundamental para o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão. É considerada de relevante importância para o cumprimento do projeto pedagógico com excelência.

Localizada no andar térreo do bloco 3 da Unidade, em espaço amplo, iluminado, arejado, com área destinada ao acervo. Possui armários para guarda-volumes, no total de 48 escaninhos, 01 balcão com 03 computadores para o atendimento aos usuários, 01 mapoteca, 02

estantes de aço para expor revistas e/ou novas aquisições de acervo, 198 estantes de aço para guarda do acervo. O espaço dispõe de salão de leitura, com 14 mesas e 70 assentos, 04 cabines de estudo individual e 04 salas para estudo individual e/ou em grupo.

A Biblioteca possui ainda um laboratório de informática climatizado, disponibilizando para seus usuários 25 computadores com acesso à internet, sendo um deles com acessibilidade, teclado ampliado e recurso de Big Ball Mouse, e um terminal de consulta, com 01 computador de uso exclusivo para consulta do catálogo de seu acervo. Os computadores possuem a mesma configuração daqueles que compõem o Laboratório de Informática.

O tratamento técnico (controle de todas as aquisições por compra, doação, permuta, registro, estatística de aquisição por área, bem como todos os serviços de controle de entrada e baixa no acervo bibliográfico) é realizado em sala própria, com 02 computadores, 01 impressora e 01 scanner para serviços internos, 02 mesas e 02 armários de madeira.

Para a segurança dos usuários e do acervo, a biblioteca dispõe de 03 extintores de incêndio, câmeras de segurança e sistema antifurto (em implantação). O atendimento funciona de segunda a sexta-feira, de 8h às 22h, e todos os usuários têm livre acesso ao acervo, dispostos em estantes sinalizadas com o número de chamada e os assuntos correspondentes.

À Biblioteca compete interagir com as atividades de ensino e pesquisa da UEMG Carangola e da própria Universidade, integrando novas tecnologias e ferramentas específicas para a busca e recuperação da informação, gestão e disseminação do conhecimento gerado localmente, oferecendo os seguintes serviços:

ONLINE:

- Atendimento online;
- Disseminação seletiva de informação;
- Internet sem fio.

PRESENCIAL:

- Orientação e capacitação de usuários;
- Consulta local;
- Empréstimo domiciliar;
- Levantamento bibliográfico;
- Catalogação na fonte;
- Guarda-volumes.

Para alunos e funcionários podem ser emprestados até 03 livros pelo prazo de cinco dias, podendo o empréstimo ser renovado por 03 (três) vezes através do *Meu Pergamum*, se não

houver reserva para o livro por parte de outro usuário. Para os(as) docentes, são emprestados até 05 livros pelo prazo de 15 dias, seguindo o mesmo critério para a renovação.

Todos os usuários podem consultar o catálogo através do site da Universidade ou através do aplicativo *Pergamum Mobile*. O software *Pergamum* oferece através do acesso ao site, no campo BIBLIOTECA <<http://www.uemg.br>> ou direto no link: <<http://200.198.18.141/pergamum/biblioteca/index.php>>, a possibilidade de consulta ao acervo de todas as bibliotecas das Unidades UEMG. Além dos principais pontos de recuperação de informações (autor, título e assunto), o usuário consegue acessar a pesquisa de empréstimo, efetuar reservas, renovações, etc., através do seu *login*, sendo o número de matrícula para os discentes. Para docentes e funcionários, o *login* é o CPF ou MASP, com a senha cadastrada na Biblioteca.

O *Pergamum mobile* é um aplicativo desenvolvido para uso exclusivo em *Tablets* e *Smartphones* e tem por objetivo facilitar a consulta ao acervo das unidades de informação e/ou bibliotecas da instituição, realizar reserva de materiais, bem como a renovação de empréstimos, consulta aos itens emprestados, alteração de senha, entre outros serviços disponíveis.

A atualização/expansão do acervo e dos serviços da Biblioteca da Unidade Carangola coaduna-se às demandas manifestadas pela comunidade acadêmica e pelos usuários dos serviços. O levantamento da demanda de acervo bibliográfico se faz anualmente, a partir dos planos de ensino elaborados pelos professores nos quais são identificados os títulos relacionados como bibliografia básica e complementar que já compõem o acervo bibliográfico da instituição e aqueles que precisam ser adquiridos.

O acervo da biblioteca é informatizado e gerenciado pelo sistema *Pergamum*, sendo dividido por áreas do conhecimento conforme sua classificação, com base na CDD - Classificação Decimal de Dewey. Adota-se para as regras de catalogação o Anglo-American Cataloguing Rules (AACR 2), e o cabeçalho de assunto Library of Congress Subject Headings (LCSH). O sistema gerencia toda a automação de informações de empréstimos, inclusive informações estatísticas. Possibilita além de consulta ao acervo das bibliotecas, renovação de empréstimos e reserva de livros através do uso internet, histórico das transações efetuadas pelos usuários na Biblioteca e o afastamento.

O acervo da bibliografia básica e da bibliografia complementar está disponível, por unidade curricular, e procura atender à quantidade média de alunos de acordo com a qualidade de desenvolvimento das pesquisas e consultas pedagógicas.

A UEMG adquiriu renomadas Plataformas digitais multidisciplinares de e-books que atendem a várias áreas do Conhecimento. Os usuários devidamente cadastrados podem acessá-las de forma simultânea, integral e ilimitada via web, estão disponíveis para Desktop, Tablets e Smartphones.

A *Biblioteca Virtual Pearson* é uma plataforma de livros acadêmicos, científicos e de formação profissional do mundo, à disposição da comunidade acadêmica da UEMG, com acesso a milhares de obras universitárias, de editoras renomadas. A plataforma reúne livros eletrônicos que podem ser consultados *online*, 24 horas por dia, 07 dias por semana. A BV/UEMG apresenta cerca de 12 mil obras disponíveis em formato e-book, multidisciplinar, com atualizações permanentes e disponíveis 24 horas, que se juntam aos milhares de títulos físicos do Sistema de Bibliotecas.

A *Minha Biblioteca* é uma plataforma virtual de livros digitais que reúne diversas obras fundamentais para a formação de profissionais de diferentes áreas de conhecimento. São mais de 12 mil títulos acadêmicos em português, 15 editoras e 38 selos editoriais, autores renomados com atualização mensal, que podem ser consultados *online*, 24 horas por dia, 07 dias por semana.

A *Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD)*: O IBICT coordena o projeto que integra os sistemas de informação de teses e dissertações existentes nas instituições de ensino e pesquisa brasileiras, e também estimula o registro e a publicação de teses e dissertações em meio eletrônico.

O *Portal Domínio Público*: Este portal constitui-se em um ambiente virtual que permite a coleta, a integração, a preservação e o compartilhamento de conhecimentos, sendo seu principal objetivo o de promover o amplo acesso às obras literárias, artísticas e científicas (na forma de textos, sons, imagens e vídeos), já em domínio público ou que tenham a sua divulgação devidamente autorizada, que constituem o patrimônio cultural brasileiro e universal.

A *Scientific Electronic Library Online (SCIELO)* é uma biblioteca eletrônica que abrange uma coleção selecionada de periódicos científicos brasileiros. O objetivo deste site é implementar uma biblioteca eletrônica que possa proporcionar um amplo acesso a coleções de periódicos como um todo, aos fascículos de cada título de periódico, assim como aos textos completos dos artigos.

Também está disponível para os todos os usuários a coleção completa de normas técnicas da ABNT, NBR, NBRISO e Mercosul. O acesso é realizado através do sistema *Pergamum*.

Além das bases de acesso livre já mencionadas, a UEMG ainda possibilita consulta à base de acesso restrito como o Portal CAPES. O Portal de Periódicos da UEMG, com acesso disponível na página principal da UEMG.

8.3 Brinquedoteca

A Brinquedoteca funciona como laboratório de práticas pedagógicas para o desenvolvimento de práticas como componentes curriculares das várias áreas da formação dos estudantes do curso de Pedagogia. Desde 2015, o curso de Pedagogia vem, gradativamente, recebendo da UEMG, materiais necessários à construção da Brinquedoteca, tendo como base o projeto elaborado para este fim.

A Brinquedoteca se constitui em um campo privilegiado para os estudos aplicados da Pedagogia, permitindo ao estudante a oportunidade de desenvolver atividades práticas no âmbito da Universidade, dessa forma se constitui como um laboratório propício para a prática da formação docente e permanente do profissional da educação.

Neste sentido, a instalação de um laboratório de práticas pedagógicas/uma brinquedoteca equipada com material didático e paradidático - brinquedos, jogos educativos e videoteca tem a finalidade de oferecer subsídios para uma formação comprometida com uma articulação entre teoria e prática. O espaço visa a atender à demanda recorrente de parte dos professores do Curso de Pedagogia, especialmente, daqueles que trabalham com as metodologias de ensino e com as bases psicopedagógicas da aprendizagem.

A Brinquedoteca, na condição de laboratório de Práticas Pedagógicas, funciona como um núcleo de apoio pedagógico do Curso de Pedagogia, no qual os estudantes podem discutir, analisar e investigar o valor do brinquedo e das brincadeiras no desenvolvimento da criança ressaltando a dimensão do lúdico no processo de ensino e aprendizagem. O espaço também objetiva criar condições para a realização de pesquisas e prestação de serviços à comunidade, especialmente no desenvolvimento de atividades de extensão decorrentes de projetos de estudantes e docentes produzidos nos componentes curriculares com Práticas de Formação Docente e de curricularização da extensão. O Regulamento da Brinquedoteca encontra-se no Apêndice 7.

9 ASSISTÊNCIA E APOIO PSICOPEDAGÓGICO AO ESTUDANTE

Ciente de seu papel social, a UEMG e a Unidade Acadêmica de Carangola reafirmam seu compromisso com a pleno direito de acesso e permanência do estudante ao ensino superior,

e, por meio das Pró-Reitorias de Graduação (PROGRAD) e de Extensão (PROEx), planejam ações que visam à estruturação de uma política de assistência ao estudante.

9.1 Programa Estadual de Assistência Estudantil (PEAES)

O Programa Estadual de Assistência Estudantil (PEAES), instituído a partir da promulgação da Lei 22.570/17 e regulamentado pelo Decreto 47.389/18, é voltado aos estudantes de baixa renda, e objetiva contribuir para a permanência do estudante em situação de vulnerabilidade socioeconômica na UEMG. A Universidade regulamenta o acesso aos benefícios por meio de edital específico e os estudantes selecionados podem ser contemplados com os seguintes auxílios: moradia, alimentação, transporte, auxílio creche e apoio pedagógico.

9.2 Núcleo de Apoio ao Estudante (NAE)

O Núcleo de Apoio ao Estudante (NAE) da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) em Carangola é um órgão de apoio aos estudantes que tem como principal objetivo auxiliar no desenvolvimento acadêmico do estudante, sua integração na Universidade, estimular o processo ensino-aprendizagem e a adaptação dos alunos junto à comunidade universitária, do ingresso até a conclusão do curso. Tal objetivo visa contribuir para a formação integral dos estudantes, tendo ciência da necessidade e importância do papel social da Universidade, bem como seu compromisso de promover espaços para que se desenvolvam as competências fundamentais para a construção de seu processo formativo.

10 REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Ivete Monteiro de Azevedo, ANDRADE, Elizete Oliveira de. Histórias entrelaçadas: da Fundação Fafile à UEMG In: CHAMON, Magda Lucia, JUNIOR, Fernando Antonio França Sette Pinheiro, PINTO, Gabriella Nair Figueiredo Noronha. (Orgs.). **História da Universidade**. Belo Horizonte: Eduemg, 2020.

BOURDIEU, Pierre. A gênese do conceito de habitus e de campo. In.: **O poder simbólico**. Rio de Janeiro/RJ: Bertrand Brasil, 1989.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 2, de 20 de dezembro de 2019**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). Brasília: MEC/CNE, 2019.

Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=135951-rcp002-19&category_slug=dezembro-2019-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 8 out. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Resolução CNE/CES n.º 7, de 18 de dezembro de 2018** - Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências. Disponível em: https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_RES_CNECESN72018.pdf. Acesso em 12 out. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP n.º 1, de 30 de maio de 2012**, que estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10889-rcp001-12&category_slug=maio-2012-pdf&Itemid=30192. Acesso em 12 out. 2022.

BRASIL. Conselho Nacional de Avaliação do Ensino Superior. **Resolução n.º. 01, de 17 de julho de 2010**. Normatiza o Núcleo Docente Estruturante e dá outras providências CONAES, 2010. Disponível em: http://www.ceuma.br/cpa/downloads/Resolucao_1_2010.pdf. Acesso em 12 out. 2022.

BRASIL. Presidência da República. **Lei n.º 11.788, de 25 de setembro de 2008**. Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111788.htm. Acesso em 3 nov. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CES n.º 3/2007, de 02 de julho de 2007**. Dispõe sobre procedimentos a serem adotados quanto ao conceito de hora-aula, e dá outras providências. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces003_07.pdf. Acesso em 3 nov. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CP n.º. 3/2006, de 21 de fevereiro de 2006** – Reexame do Parecer CNE/CP n.º 5/2005, que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia.. Brasília: MEC/CNE, 2006. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pcp003_06.pdf. Acesso em 3 nov. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP n.º. 1/2006, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia**. Brasília: MEC/CNE, 2006. Disponível em: https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_rcp0106.pdf?query=LICENCIATURA. Acesso em: Acesso em: 12 out. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Resolução CNE/CP n.º 1, de 17 de junho de 2004** - Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Disponível em: http://www.prograd.ufu.br/sites/prograd.ufu.br/files/media/documento/resolucao_cne-cp_n.o_1_de_17_de_junho_de_2004.pdf. Acesso em: 12 out. 2022.

BRASIL. Presidência da república. **Decreto n.º. 4.281 de 25 de junho de 2002**. Regulamenta a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação

Ambiental, e dá outras providências. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4281.htm. Acesso em 8 jul. 2022.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº. 9.795, de 27 de abril de 1999**. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19795.htm. Acesso em 8 jul. 2022.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº. 78.986, de 21 de Dezembro de 1976** - Dá nova redação ao artigo 1º do Decreto nº 64.833, de 17 de julho de 1969, que regulamenta os estímulos fiscais previstos no Decreto-lei nº 491, de 05 de março de 1969. Disponível: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-78986-21-dezembro-1976-427919-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 13 out. 2022.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 70.411, de 14 de Abril de 1972** - Autoriza o funcionamento da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Carangola - MG. Disponível em: <https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto:1972-04-14;70411>. Acesso em 13 out. 2022.

FERREIRA, Maria Manuela. Do avesso do brincar ou ... as relações entre pares, as rotinas da cultura infantil e a construção da(s) ordem(ens) social(ais) instituinte(s) das crianças no jardim de infância. In: SAMENTO, Manuel Jacinto.; CERISARA, Ana Beatriz (Orgs.). **Crianças e Miúdos**: perspectivas sociopedagógicas da infância e educação. Porto: Asa Editores, p. 55-104, 2004.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **A Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Demográfico. 2010. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/>. Acesso em 22 out. 2022.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Demográfico. 2018. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em 22 out. 2022.

KRAMER, Sônia; NUNES, Maria Fernanda Rezende.; CORSINO, Patrícia. Infância e crianças de 6 anos: desafios das transições na educação infantil e no ensino fundamental. **Educação e Pesquisa** [online] 2011, v. 37, n. 1. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v37n1/v37n1a05.pdf>>. Acesso em: 19/10/2022.

LIMA, Maria Socorro Lucena. **Estágio e Aprendizagem da profissão docente**. Brasília: Liber Livro, 2012.

MINAS GERAIS. **Resolução CEE n.º 482, de 08 de julho de 2021**. Estabelece normas relativas à regulação da Educação Superior do Sistema Estadual de Ensino de Minas Gerais e dá outras providências. Disponível em: <https://cee.educacao.mg.gov.br/index.php/legislacao/resolucoes/download/55-2021/13821-resolucao-cee-n-482-de-08-de-julho-de-2021>. Acesso em 12 fev. 2023.

MINAS GERAIS. **Decreto 47389, de 23/03/2018.** Dispõe sobre o Programa Estadual de Assistência Estudantil – PEAES. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/legislacao-mineira/texto/DEC/47389/2018/?cons=1>. Acesso em 16 nov. 2022.

MINAS GERAIS. **Lei 22570, de 05/07/2017.** Dispõe sobre as políticas de democratização do acesso e de promoção de condições de permanência dos estudantes nas instituições de ensino superior mantidas pelo Estado. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/mg/lei-ordinaria-n-22570-2017-minas-gerais-dispoe-sobre-as-politicas-de-democratizacao-do-acesso-e-de-promocao-de-condicoes-de-permanencia-dos-estudantes-nas-instituicoes-de-ensino-superior-mantidas-pelo-estado>. Acesso em 16 nov. 2022.

MINAS GERAIS. **Decreto nº. 46.359, de 30 de novembro de 2013.** Dispõe sobre a absorção, pela Universidade do Estado de Minas Gerais, das atividades de ensino, pesquisa e extensão mantidas pela Fundação Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Carangola. Disponível em: http://www.2018.uemg.br/downloads/caderno1_2013-12-03_1.pdf. Acesso em 3 nov. 2022.

MINAS GERAIS. **Decreto nº. 45.873, de 30 de dezembro de 2011.** Estabelece as finalidades, competências e descrições das unidades administrativas da Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG – e dá outras providências. Disponível em: http://www.2018.uemg.br/downloads/UEMG_%20FINALIDADEECOMPETENCIAS.pdf. Acesso em 3 nov. 2022.

MINAS GERAIS. **Decreto nº. 43.153/2003 de 10 de janeiro de 2003.** Autoriza a transformação do curso de Ciências – Licenciatura Curta, em cursos distintos de Ciências Biológicas e de Matemática – oferecidos pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Carangola, Unidade Fundacional agregada à UEMG. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/mg/decreto-n-41547-2001-minas-gerais-autoriza-o-funcionamento-do-curso-de-geografia-licenciatura-plena-na-faculdade-de-filosofia-ciencias-e-letras-de-carangola-unidade-fundacional-agregada-a-uemg>. Acesso em 30 set. 2022.

MINAS GERAIS. **Decreto nº. 41.547/2001 de 19 de fevereiro de 2001.** Autoriza o funcionamento do curso de Geografia – Licenciatura plena na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Carangola, Unidade Fundacional agregada à UEMG. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/mg/decreto-n-41547-2001-minas-gerais-autoriza-o-funcionamento-do-curso-de-geografia-licenciatura-plena-na-faculdade-de-filosofia-ciencias-e-letras-de-carangola-unidade-fundacional-agregada-a-uemg>. Acesso em 30 set. 2022.

MINAS GERAIS. Governo do Estado. **Decreto nº 36.898, de 24 de maio de 1995.** Aprova o Estatuto da Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG – e dá outras providências. Disponível em: http://www.2018.uemg.br/downloads/Estatuto_UEMG_anterior.pdf. Acesso em 8 out. 2022.

MINAS GERAIS. **LEI 11539 de 22 de julho de 1994.** Legislação Mineira. Texto Atualizado. Dispõe sobre a Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG – e dá outras providências. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa-nova-min.html?tipo=LEI&num=11539&ano=1994>. Acesso em 20 set. 2022.

MINAS GERAIS. **Constituição Mineira, 1989.** Art. 199 – Estabelece autonomia universitária e define a forma de constituição da UEMG. Disponível em:

<https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa-nova-min.html?tipo=Con&num=1989&ano=1989>. Acesso em 20 out. 2022.

PERRENOUD, Philippe. Práticas Pedagógicas, Profissão Docente e Formação. **Perspectivas Sociológicas**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1993.

PIMENTA, Selma Garrido. Formação de professores: identidade e saberes da docência. In: PIMENTA, Selma Garrido. (Org.). **Saberes pedagógicos e atividade docente**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

PIMENTA, Selma Garrido. **O Estágio na formação de professores: unidade teórica e prática?** 7. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. **Estágio e Docência**. São Paulo: Cortez, 2004.

PIMENTA, Selma Garrido. **O estágio na formação de professores: unidade teoria e prática?** São Paulo: Cortez, 1995.

PINTO, Gabriella Nair. Apresentação. In: CHAMON, Magda Lucia, JUNIOR, Fernando Antonio França Sette Pinheiro, PINTO, Gabriella Nair Figueiredo Noronha. (Orgs.). **História da Universidade**. Belo Horizonte: Eduemg, 2020.

QUINTEIRO, Jucirema. **A criança como sujeito de direitos na produção acadêmica brasileira**. In: 5 GRUPECI, Florianópolis, SC, 2016.

QUINTEIRO, Jucirema. Infância e educação no Brasil: um campo de estudos em construção. In: FARIA, Ana Lúcia; DEMARTINI, Zélia de Brito Fabri; PRADO, Patrícia Dias (Orgs.). **Por uma cultura da infância: metodologias de pesquisa com crianças**. Campinas/SP. Editora Associados, 2004.

SARMENTO, Manuel Jacinto. A sociologia da infância e a sociedade contemporânea. In: ENS, Romilda Teodora.; GARANHANI, Marynelma Camargo. **A sociologia da infância e a formação de professores**. Curitiba: Champagnat, 2013.

SARMENTO, Manuel Jacinto. Sociologia da infância: correntes e confluências. In: SARMENTO, Manuel Jacinto.; GARANHANI, Marynelma Camargo. (Org.). **Estudos da infância: educação e práticas sociais**. Petrópolis; Rio de Janeiro: Vozes, 2008. p. 17-39.

SARMENTO, Manuel Jacinto. As culturas da infância nas encruzilhadas da 2ª modernidade. In: SARMENTO, Manuel Jacinto; CERISARA, Ana Beatriz (Coord.). **Crianças e Miúdos**. Perspectivas sociopedagógicas sobre infância e educação. Porto. Asa, 2004.

TARDIF, Maurice. **Saberes Profissionais dos Professores Universitários: elementos para uma epistemologia da prática profissional dos professores e suas conseqüências em relação à formação para o magistério**. Rio de Janeiro: PUC, 1999.

UEMG. Conselho Universitário. **Resolução UEMG/COEPE nº 287 de 04 de março de 2021**. Dispõe sobre o desenvolvimento de atividades de extensão como componente curricular

obrigatório dos Cursos de Graduação da Universidade do Estado de Minas Gerais. Disponível em: <https://www.uemg.br/resolucoes-coepe/5822-resolucao-uemg-coepe-n-287-de-04-de-marco-de-2021-dispoe-sobre-o-desenvolvimento-de-atividades-de-extensao-como-componente-curricular-obrigatorio-dos-cursos-de-graduacao-da-universidade-do-estado-de-minas-gerais>. Acesso em 02 nov. 2022.

UEMG. Conselho Universitário. **Resolução COEPE/UEMG nº 273, de 21 de julho de 2020.** Regulamenta a composição e o funcionamento dos Colegiados de Curso de Graduação, estabelece normas complementares para a criação de Departamentos Acadêmicos na Universidade do Estado de Minas Gerais. Disponível em: <https://www.uemg.br/resolucoes-coepe/4552-resolucao-coepe-uemg-n-273-de-21-de-julho-de-2020>. Acesso em 3 nov. 2022.

UEMG. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. **Resolução nº 234, de 23 de novembro de 2018.** Dispõe sobre o cálculo de encargos didáticos e sua atribuição aos ocupantes do cargo de Professor de Educação Superior – PES da UEMG, bem como aos professores designados da Instituição. Belo Horizonte, 2018. Disponível em: <http://uemg.br/resolucoes-coepe/1114-resolucao-coepe-uemg-n-234-de-23-de-novembro-de-2018-dispoe-sobre-o-calculo-de-encargos-didaticos-e-sua-atribuicao-aos-ocupantes-do-cargo-de-professor-de-educacao-superior-pes-da-uemg-bem-como-aos-professores-designados-da-instituicao>. Acesso em: 8 out. 2022.

UEMG. Conselho Universitário. **Regimento Geral da UEMG.** Disponível em: http://www.2018.uemg.br/downloads/Regimento%20Geral_UEMG.pdf. Acesso em 3 nov. 2022.

UEMG. Conselho Universitário. *Resolução nº 162/2016.* Institui o Núcleo Docente Estruturante no âmbito dos Cursos de Graduação da Universidade do Estado de Minas Gerais. Disponível em: http://intranet.uemg.br/resolucoes/arquivos/2016/pdf/Rcoepe162_16-Na-Integra.pdf. Acesso em: 3 nov. 2022.

UEMG. Conselho Universitário. **Decreto nº. 46.352, de 25 de novembro de 2013.** Estatuto da Universidade do Estado de Minas Gerais Disponível em: <https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=DEC&num=46352&comp=&ano=2013>>. Acesso em: 19 out. 2022.

UEMG. Conselho Universitário. **Resolução COEPE/UEMG nº 132/2013, de 13 de dezembro de 2013** – Regulamenta a implantação do regime de matrícula por disciplina nos Cursos de Graduação da Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG e institui procedimentos e limites para matrícula. Disponível em: <https://www.uemg.br/arquivos/2013/pdf/Rcoepe132-13.pdf>. Acesso em 8 out. 2022.

APÊNDICES

Apêndice 01 – EMENTÁRIO DAS DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS

Disciplina: SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO I				
PEDAGOGIA				
Créditos:	Carga horária total:	Carga horária/distribuição:		
2	30	Teórica	Prática de Formação	Total
		30	0	30
Pré-requisito:		[X] NÃO	[] SIM	
EMENTA				
Sociologia como Ciência, a emergência da Sociedade Burguesa e da Sociedade Moderna. Fundamentos da sociologia clássica - Émile Durkheim, Karl Max e Max Weber: questão do método, constituição dos agentes sociais (indivíduo e sociedade; e sociedade e educação).				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
ARON, Raymond. As etapas do pensamento sociológico . 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.				
CARVALHO, A. B. Max Weber: Modernidade, Ciência e Educação . São Paulo: Vozes, 2005.				
DURKHEIM, Emile. As regras do método sociológico . São Paulo: Editora Martin Claret, 2011.				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
ALCANTARA, Fernanda Henrique Cupertino. Os clássicos no cotidiano: Auguste Comte, Karl Marx, Aléxis de Tocqueville, Émile Durkheim, Max Weber . São Paulo: Arte e Ciência, 2008.				
MARX, K & ENGELS, F. O Manifesto Comunista . 2ª ed. Versus. 1979.				
QUINTANEIRO, Tânia; BARBOSA, Maria Lígia de Oliveira; OLIVEIRA, Márcia Gaudência. Um toque de clássicos: Durkheim, Marx e Weber . Belo Horizonte: UFMG, 1995.				
VIANA, N. Introdução à Sociologia . Belo Horizonte: Autêntica, 2006.				
WEBER, Max. A ética protestante e o 'espírito' do capitalismo . São Paulo: Companhia das Letras, 2015.				

Disciplina: FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO I				
PEDAGOGIA				
Créditos:	Carga horária total:	Carga horária/distribuição:		
2	30	Teórica	Prática de Formação	Total
		30	0	30
Pré-requisito:		[X] NÃO	[] SIM	
EMENTA				
Introdução ao pensamento e discurso filosófico. A História da Filosofia no Ocidente: períodos, escolas e movimentos. Filosofias não-ocidentais e pensamento da alteridade. Conceito de Educação e sua dimensão ética, epistêmica, axiológica e antropológica.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. Filosofia da Educação . São Paulo: Moderna, 1996.				
COLLI, Giorgio. O nascimento da Filosofia . Trad. Federico Carotti. Campinas, São Paulo: Ed. Unicamp, 1988.				

MARCONDES, Danilo. **Iniciação à História da Filosofia**. Dos Pré-Socráticos à História da Filosofia. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALVES, Rubem. **Filosofia da ciência**: introdução ao jogo e suas regras. 20. ed. [S.l.] Brasiliense, 1994. 216p.

CHÂTELET, François. **Uma história da razão**. Zahar, 1994.

CHAUÍ, Marilena de Souza. **Introdução à Filosofia**. São Paulo: Ática, 1997.

GARCÍA MORENTE, Manuel. **Fundamentos de filosofia I: lições preliminares**. 5. ed. [S.l.] Mestre Jou, 1976. 324p (Coleção filosofia).

INGRID MÜLLER XAVIER; WALTER KOHAN. **Filosofia – O paradoxo de aprender e ensinar**. Autêntica Editora 2009. [ISBN 9788582176559 - Ebook disponível]

Disciplina: HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

PEDAGOGIA

Créditos:	Carga horária total:	Carga horária/distribuição:		
4	60	Teórica	Prática de Formação	Total
		60	0	60
Pré-requisito:		[X] NÃO	[] SIM	

EMENTA

Introdução à História da Educação. Os sujeitos, tempos e espaços educativos em perspectiva histórica. Historicidade dos processos de escolarização: saberes, formas e culturas escolares. Projetos educacionais em disputa da cultura clássica ao iluminismo e sua presença na história da educação brasileira. Os debates historiográficos sobre a institucionalização da educação no Brasil. Diversidade de instituições escolares no passado. Identificação da História da Educação como campo de pesquisa.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

SAVIANI, Demerval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Editora Autores Associados, BVU, 2021.

VEIGA, Cynthia Greive, FARIA FILHO, Luciano M., TEIXEIRA, Eliane Marta (Org.). **500 anos de educação no Brasil**. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. 606 p.

VEIGA, Cynthia Greive; FONSECA, Thaís Nívia de Lima e (org.). **História e historiografia da educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. 287 p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da educação e da pedagogia**: geral e Brasil. [Livro eletrônico]. São Paulo: Moderna, 2012. Disponível em: https://www.fitref.online/wp-content/uploads/2020/10/Historia_da_educacao_e_da_pedagogia_Gera-1.pdf.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de (org.). **Arquivos, fontes e novas tecnologias**: questões para história da educação. Campinas: Autores Associados, 2000. 160 p.

GONDRA, J. G. (org.). **Dos arquivos à escrita da história**: a educação brasileira entre o império e a república. 2. edição. Bragança Paulista, 2002.

LOMBARDI, José Claudinei. SAVIANI, Demerval, SANFELICE, José Luis. (org.). **História e historiografia da educação**: o debate teórico-metodológico atual. 4ed. Campinas: Autores Associados, 2010.

XAVIER, Libania e CARVALHO, Fábio Garcez de. Pesquisa educacional, história da educação e historiografia. Diálogos em curso, intercâmbios possíveis. In: **Cadernos de História da Educação**. Uberlândia, v.12, n.1, jun, 2013.

Disciplina: PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO I				
PEDAGOGIA				
Créditos:	Carga horária total:	Carga horária/distribuição:		
4	60	Teórica	Prática de Formação	Total
		60	0	60
Pré-requisito:		<input checked="" type="checkbox"/> NÃO	<input type="checkbox"/> SIM	
EMENTA				
<p>História da psicologia: caráter científico, objetos, métodos de estudo e aplicação na educação. Principais teorias psicológicas e suas contribuições para o processo ensino-aprendizagem: Behaviorismo (teoria comportamentalista), Psicanálise, Gestalt, Existencial-Humanista. Abordagens psicogenéticas sócio-histórica de Lev Vygotsky, Epistemologia Genética em Jean Piaget. Henri Wallon e a afetividade. O desenvolvimento psicossocial e as implicações no processo de aprendizagem. Variáveis psicológicas no ensino e aprendizagem: motivação, autoestima, autoeficácia e o papel da emoção.</p>				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
<p>COLL, César et al. Desenvolvimento Psicológico e Educação (vol. 1). 2ª. ED. Porto Alegre: Artes Médicas, 2004.</p> <p>LA TAILLE, Yves de et al. Piaget, Vygotsky e Wallon: Teorias Psicogenéticas em Discussão. São Paulo, Summus, 2000.</p> <p>PAPALIA, D. E.; FELDMAN, R. D. Desenvolvimento humano. 14ª. Ed. Porto Alegre: AMGH, 2021. Ebook</p>				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
<p>BAGGIO, Angela, M. Brasil. Psicologia do desenvolvimento. 24ª. Ed. Petrópolis: Vozes, 2015.</p> <p>BOCK, A. M. B.; FURTADO, O.; TEIXEIRA, M. L. T. Psicologias: uma introdução ao estudo da psicologia. São Paulo: Editora Saraiva, 2001.</p> <p>GROSSI, Esther P. & BORDIN, Jussara (Orgs). Construtivismo Pós-Piagetiano – um Novo Paradigma sobre Aprendizagem. Petrópolis: Vozes, 1993</p> <p>MACIEL, Ira Maria (Org.). Psicologia e Educação: novos caminhos para a formação. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2001</p> <p>VYGOTSKY, Lev. Pensamento e Linguagem. São Paulo, SP: Martins Fontes, 2ª Ed, 2009.</p>				

Disciplina: TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NA EDUCAÇÃO				
PEDAGOGIA				
Créditos:	Carga horária total:	Carga horária/distribuição:		
4	60	Teórica	Prática de Formação	Total
		60	0	60

Pré-requisito:	<input checked="" type="checkbox"/> NÃO	<input type="checkbox"/> SIM
EMENTA		
Os novos paradigmas sociais e os processos de informatização da sociedade; as possibilidades e limites do uso das tecnologias digitais na Educação Infantil e no Ensino Fundamental como recursos facilitadores da aprendizagem; as políticas públicas de acesso tecnológico na escola; possibilidades metodológicas para inserção das Novas Tecnologias de Informação e Comunicação como ferramentas de aprendizagem.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
BRITO, Glaucia da Silva; PURIFICAÇÃO, Ivonélia da. Educação e novas tecnologias: um (re)pensar . 2ed. Curitiba: Editora Intersaberes, 2015.		
LEVY, Pierre. As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na área da informática . 2ed. Rio de Janeiro: Editora 34, 2010.		
NISKIER, Arnaldo. Tecnologia educacional: uma visão política . 1 ed. Vozes, 1993.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
BUZATO , Marcelo. Novos Letramentos e apropriações metodológicas: conciliando, heterogeneidade, cidadania e inovação em rede . In: RIBEIRO, A. E. et al. (Org.) Linguagem tecnologia e educação . São Paulo: Petrópolis, 2010.		
CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede . São Paulo: Paz e Terra, 1999.		
COSCARELLI, Carla .; RIBEIRO, Ana Elisa (Org.) Letramento digital: aspectos sociais e possibilidades pedagógicas . Belo Horizonte: Autêntica, 2007.		
DEMO, Pedro. Educação hoje: “novas” tecnologias, pressões e oportunidades . São Paulo: Atlas, 2009.		
MATTOS, Francisco; COSTA, Christine Sertã (ORG). Tecnologia na Sala de Aula em Relatos de Professores . Ed. CRV, Curitiba, 2016.		
VALENTE, José Armando (Org.). Computadores na Sociedade do Conhecimento . Campinas: Nied – Unicamp, 1999.		

Disciplina: ANTROPOLOGIA E EDUCAÇÃO				
PEDAGOGIA				
Créditos:	Carga horária total:	Carga horária/distribuição:		
2	30	Teórica	Prática de Formação	Total
		30	0	30
Pré-requisito:		<input checked="" type="checkbox"/> NÃO	<input type="checkbox"/> SIM	
EMENTA				
O estudo das relações entre o Homem, a sua Cultura e o seu Contexto Social. A Diversidade cultural presente nos processos da Educação. A dimensão pedagógica nos processos de inserção e produção da Cultura. As teorias antropológicas e a prática educacional. Etnografia e outras abordagens antropológicas no espaço escolar.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
CASTRO, Celso. Textos básicos de antropologia: Cem anos de tradição: Boas, Malinowski, Lévi-Strauss e outros . Rio de Janeiro: Zahar, 2016.				
LAPLANTINE, François. Aprender Antropologia . São Paulo: Brasiliense, 2012.				
LARAIA, Roque de Barros. Cultura: um conceito antropológico Rio de Janeiro: Zahar, 1986.				

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. **Etnografia da prática escolar**. Campinas, SP: Papyrus, 1995. (E-book).

CALDART, Roseli Salette. “Educação do Campo”. In: CALDART, Roseli Salette, PEREIRA, Isabel Brasil, ALENTEJANO, Paulo, FRIGOTTO, Gaudêncio (Orgs). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012, p. 257-267. Disponível em: <https://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/1191.pdf>

DAMATTA, Roberto. **Relativizando. Uma Introdução à Antropologia Social**. Rio de Janeiro: Rocco, 2010.

GEERTZ, Clifford. **Nova Luz sobre a Antropologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

GOMES, Mércio Pereira. **Antropologia. Ciência do Homem. Filosofia da Cultura**. São Paulo: Contexto, 2011.

GUSMÃO, Neusa Maria Mendes de Antropologia e educação: Origens de um diálogo. **Cadernos CEDES [online]**, v. 18, n. 43, 1997. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-32621997000200002>

MIRANDA, Shirley Aparecida de. “Educação escolar quilombola em Minas Gerais: entre ausências e emergências”. **Revista Brasileira de Educação**, v. 17 n. 50 maio-ago. 2012. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/rbedu/v17n50/v17n50a07>>

Disciplina: LEITURA E PRODUÇÃO DE TEXTOS

PEDAGOGIA

Créditos:	Carga horária total:	Carga horária/distribuição:		
4	60	Teórica	Prática de Formação	Total
		60	0	60
Pré-requisito:		[X] NÃO	[] SIM	

EMENTA

O processo de comunicação. Funções da linguagem. Níveis da linguagem. Tipos textuais básicos. Noções gramaticais básicas. Linguagem e ensino.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ABREU, A. S. **Curso de redação**. 12 ed. São Paulo: Ática, 2004

KOCH, I. V.; ELIAS, V. M. **Ler e escrever: estratégias de produção textual**. 2. ed. 3ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2015.

VIEIRA, S. R.; BRANDÃO, S. (org.). **Ensino e gramática: descrição e uso**. São Paulo: Contexto, 2014.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BECHARA, E. **Moderna Gramática Portuguesa**. 37. Ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009

FARACO, C. A.; TEZZA, C. **Oficina de Texto**. São Paulo: Editora Vozes, 2016.

MARCUSCHI, L. A. **Produção textual, análise de gênero e compreensão**. São Paulo: Parábola, 2008.

NASCIMENTO, L.; AROLDO, L. M. A.. Magno de Oliveira (org.). – **Linguagem e ensino do texto: teoria e prática**. São Paulo : Blucher, 2016.

TRAVAGLIA, L. C. **Gramática e Interação: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus**. São Paulo, 1997.

Disciplina: SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO II				
PEDAGOGIA				
Créditos:	Carga horária total:	Carga horária/distribuição:		
4	60	Teórica	Prática de Formação	Total
		60	0	60
Pré-requisito:		<input checked="" type="checkbox"/> NÃO	<input type="checkbox"/> SIM	
EMENTA				
Introdução à análise sociológica do fenômeno educacional. Marx, Durkheim e Weber e a educação. Pensamento sociológico clássico e educação. Funcionalismo- estrutural. Teorias da Reprodução. Teoria da Reprodução de Bourdieu. Sociologia da Educação Contemporânea. Desigualdades sociais e desigualdades escolares. Condição de trabalho docente.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
BOURDIEU, Pierre. Escritos de educação . 14. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.				
DURKHEIM, Émile. Educação e sociologia . 2. ed. São Paulo: Grupo Almedina, 2018.				
NOGUEIRA, Maria Alice; MARTINS, Cláudio M. Bourdieu e a Educação . Belo Horizonte: Autêntica, 2002.				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
ALMEIDA, Ana Maria F.; NOGUEIRA, Maria Alice (Orgs.). A escolarização das elites: um panorama internacional da pesquisa . Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.				
DAYRELL, Juarez. Família, escola e juventude: olhares cruzados Brasil-Portugal . Belo Horizonte: UFMG, 2012.				
NOGUEIRA, M. A., ROMANELLI, G., ZAGO, N. (Orgs.) Família & Escola: trajetórias de escolarização em camadas médias e populares . Petrópolis: Vozes, 2003.				
SPOSATI, Aldaíza; CARVALHO, Maria C. Brant e FLEURY, Sônia M. Teixeira. Os direitos (dos desassistidos) sociais . São Paulo: Cortez, 2012.				
VIANA, N. Introdução à Sociologia . Belo Horizonte: Autêntica, 2006.				

Disciplina: FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO II				
PEDAGOGIA				
Créditos:	Carga horária total:	Carga horária/distribuição:		
2	30	Teórica	Prática de Formação	Total
		30	0	30
Pré-requisito:		<input checked="" type="checkbox"/> NÃO	<input type="checkbox"/> SIM	
EMENTA				
Filosofia e Educação na tradição ocidental. Filosofia da Educação como campo próprio de estudo. Ideologia e reflexão filosófica no discurso pedagógico. Teoria e prática na educação.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **Filosofia da educação**. São Paulo: Moderna, 1989.
 MARCONDES, Danilo. **Iniciação à História da Filosofia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
 SAVIANI, Demerval. **Do senso Comum à consciência filosófica**. Campinas, SP: Autores Associados, 2000.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BENJAMIN, César. **Educação e projeto nacional**, In: Revista Politika n. 3, março-abril de 2016.
 COSTA, Newton Carneiro Affonso da. **O Conhecimento Científico**. São Paulo: Discurso Editorial, 1999.
 DEWEY, John. **Democracia e Educação**. Introdução à Filosofia da Educação. São Paulo: Nacional, 1959.
 LUCKESI, Cipriano. **Filosofia da educação**. São Paulo: Cortez, 1991.
 OLIVEIRA, W. C. de. **Diálogo e Diferença em Sala de Aula: Condições de (Im)possibilidades**. Educação E Filosofia, 31(63), 2018. p.1397–1418.

Disciplina: HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

PEDAGOGIA

Créditos:	Carga horária total:	Carga horária/distribuição:		
4	60	Teórica	Prática de Formação	Total
		60	0	60
Pré-requisito:		[X] NÃO	[] SIM	

EMENTA

A escola moderna: cultura escrita e difusão da forma escolar. Docência, método e práticas educativas na construção da modernidade. Raízes da escola pública brasileira e formação do Estado Imperial. O século XIX e a consolidação da escola de massas: legislação, métodos, materiais pedagógicos, tempos e espaços escolares. Formação do magistério primário. A interseccionalidade no processo de escolarização. República, escolarização e inovação pedagógica. Profissionalização e feminização do magistério. Os projetos conflitantes da modernidade pedagógica e a organização do campo educacional no Brasil. As contradições do nacionalismo, do populismo e da educação popular: das campanhas de alfabetização aos movimentos culturais e pedagógicos de conscientização das classes trabalhadoras. Educação, desenvolvimento e segurança nacional: reformas educacionais e resistências. Da transição da democracia à LDB 9394/96.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. **Educação pública: a invenção do presente**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2012. 158p.
 LOPES, Eliane Marta Santos Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive (Orgs.). **500 anos de educação no Brasil**. 5. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011. 608p.
 SAVIANI, Demerval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Editora Autores Associados, BVU, 2021.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BASTOS, Maria Helena Camara; FARIA FILHO, Luciano Mendes de (Orgs.). **A escola elementar no século XIX: o método monitoral/mútuo**. Passo Fundo: EDIUPF, 1999. 280p.
 GONÇALVES, Irlen Antônio Gonçalves. **Cultura escolar: práticas e produção dos grupos escolares em Minas**

Gerais (1891-1918). BH: Autêntica, 2006.

GONDRA, José G. SCHNEIDER, Omar. **Educação e instrução nas províncias e na Corte Imperial (Brasil, 1922-1889)**. Vitória: EDUFES, 2011.

MENDONÇA, Ana Waleska P., SIMÕES, Regina Helena Silva, CORREA, Rosa Lydia T. **História da profissão docente no Brasil**. Vitória: EDUFES, 2011.

SAVIANI, Demerval. **Da nova LDB ao novo Plano Nacional de Educação: por uma outra política educacional**. 5. ed. Campinas: Autores Associados, 2004. 163p.

SOUZA, Rosa Fátima de. **História da organização do trabalho escolar e do currículo no Século XX (ensino primário e secundário no Brasil)**. São Paulo: Cortez, 2008.

Disciplina: PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO II

PEDAGOGIA

Créditos:	Carga horária total:	Carga horária/distribuição:		
4	60	Teórica	Prática de Formação	Total
		60	0	60
Pré-requisito:		[X] NÃO	[] SIM	

EMENTA

Desenvolvimento psicosssexual na abordagem freudiana. Mecanismos de defesa, transferênica e vínculo afetivo no ensino e aprendizagem. Identidade e personalidade do adolescente. Ciclo de aprendizagem vivencial por meio de oficinas de dinâmica de grupo. Saúde psíquica dos docentes e autocuidado. Transtornos psicológicos e suas repercussões no ensino.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CASTRO, Lucia Rabello de. **Crianças e jovens na construção da cultura**. Rio de Janeiro: Nau/Faperj, 2001.

SARMENTO, Manuel & CERISARA, Ana Beatriz. **Crianças e Miúdos: Perspectiva Sociopedagógicas da Infância e Educação**. Porto: Edições ASA, 2004.

FADIMAN, James. **Personalidade e crescimento pessoal**. 5. Porto Alegre: ArtMed, 2004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CASTRO, Lúcia Rabello de (Org.). **Infância e adolescência na sociedade de consumo**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005.

FARIA, Ana Lúcia G.; Demartini, Zeila B.; PRADO, Patrícia (Orgs.). **Por uma cultura da infância: metodologias de pesquisa com crianças**. Campinas: Autores Associados, 2002.

OUTEIRAL, José. **Adolescer**. 3.ed. Rio de Janeiro: Revinter, 2008.

SALLES, Jerusa Fumagalli de Salles; HAASE, Vitor Geraldi; MALLRY-DINIZ, Leandro F. (Orgs.). **Neuropsicologia do desenvolvimento: infância e adolescência**. Porto Alegre: ArtMed, 2016.

VASCONCELLOS, Tânia. **Reflexões sobre infância e cultura**. Niterói: EdUFF, 2008.

Disciplina: TEORIA E PRÁTICA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL: AÇÕES INCLUSIVAS

PEDAGOGIA

Créditos:	Carga horária total:	Carga horária/distribuição:		
5	75	Teórica	Prática de Formação	Total
		60	15	75
Pré-requisito:		[X] NÃO	[] SIM	
EMENTA				
História da educação especial, políticas públicas de educação especial. Organização neurosensorial do reconhecimento na pessoa portadora de deficiência. Sujeitos da educação especial. Linguagem e representação na pessoa portadora de deficiência intelectual e múltipla. Pessoa de deficiência intelectual. Aspectos Autistas. Inclusão. Ações inclusivas. Legislações. Atividades de Prática de Formação Docente. Atividades de Extensão Curricular.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
BAPTISTA, Claudio Roberto (org.). Inclusão e escolarização: Múltiplas perspectivas . Porto Alegre: Mediação, 2006.				
CUNHA, Eugênio. Autismo e Inclusão psicopedagógica e práticas educativas na escola e na família . 4. ed. Rio de Janeiro: Walk, 2012.				
RELVAS, Marta Pires. Neurociências e Educação . Potencialidades dos gêneros humanos na sala de aula. Rio de Janeiro: Walk Ed. 2010.				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
BAPTISTA, Claudio Roberto (org.). Inclusão e escolarização: Múltiplas perspectivas . Porto Alegre: Mediação, 2006.				
BRASIL, Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos . Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação, 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/docman/2191-plano-nacional-pdf/file Acesso em: 20 abr. 2022.				
BRASIL. LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência Estatuto da Pessoa com Deficiência . 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm#:~:text=1%C2%BA%20%C3%89%20institu%C3%ADda%20a%20Lei,Par%C3%A1grafo%20%C3%BAnico . Acesso em: 20 abr. 2022.				
CANDAU, Vera Maria (coord.). Somos todos iguais? Escola, discriminação e educação em direitos humanos. Rio de Janeiro, DP&A.				
CUNHA, Eugênio. Práticas Pedagógicas para a inclusão e diversidade . Rio de Janeiro: Walk Editora, 2014.				
TRINDADE, Azoilda L. (Org.). Multiculturalismo: mil e uma faces da escola . Rio de Janeiro: DP&A, 2003.				

Disciplina: METODOLOGIA DO TRABALHO ACADÊMICO-CIENTÍFICOS				
PEDAGOGIA				
Créditos:	Carga horária total:	Carga horária/distribuição:		
3	45	Teórica	Prática de Formação	Total
		45	0	45
Pré-requisito:		[X] NÃO	[] SIM	
EMENTA				

A construção do saber científico. Os paradigmas de pesquisa. O processo da pesquisa e seu significado. A ética na pesquisa e trabalho científico. Técnicas e dinâmicas de estudo. Pesquisa bibliográfica e sua sistematização em fichas, resumos e resenhas. O Seminário de Pesquisa. As normas da ABNT na formulação e formatação de trabalhos acadêmico-científicos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS – ABNT. Informação e documentação – Referências – Elaboração. 2. ed. Rio de Janeiro: ABNT, 2018.

FAZENDA, Ivani (Org.). **Metodologia da pesquisa educacional.** 12. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2019. 173 p.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Técnicas de pesquisa:** planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração análise e interpretação de dados. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LÜDKE, Menga. O professor, seu saber e sua pesquisa. **Educação & Sociedade**, v. 22, p. 77-96, 2001. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/es/a/d7tPWYR3z6m3KWbwshH6jnJ/?lang=pt>>.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazó Afonso de. **Pesquisa em educação:** abordagens qualitativas. 2. ed. Rio de Janeiro: E.P.U., 2018.

NUNES, Débora R. P. Teoria, pesquisa e prática em Educação: a formação do professor-pesquisador. **Educação e Pesquisa**, v. 34, n. 1, p. 97-107, 2008. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ep/a/FWGRqYMpPjZR534tX44h4FH/?lang=pt#:~:text=A%20forma%C3%A7%C3%A3o%20profissional%20do%20professor%20Dpesquisador%20favorece%2C%20em%20C3%BA%20ins%20t%C3%A2ncia,teorias%20e%20produzir%20novos%20conhecimentos>>.

Disciplina: LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS

PEDAGOGIA

Créditos:	Carga horária total:	Carga horária/distribuição:		
4	60	Teórica	Prática de Formação	Total
		60	0	60
Pré-requisito:		<input checked="" type="checkbox"/> NÃO	<input type="checkbox"/> SIM	

EMENTA

Análise dos fundamentos históricos em torno da surdez e da educação do surdo considerando suas relações com o contexto contemporâneo, os ditames legais, sociais, políticos e educacionais. Ênfase na compreensão dos termos e conceitos próprios da cultura surda, assim como nas estruturas organizacionais da gramática da Língua Brasileira de Sinais (Libras) atrelada às suas funções sociais e comunicativas. Introdução às práticas de compreensão e produção da Libras como segunda língua no cotidiano e os modos de apreensão da sinalização da pessoa surda.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CAPOVILLA, F. C.; RAPHAEL, W. D. **Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trinlíngue da Língua de Sinais Brasileira.** Volumes I e II. São Paulo: Edusp, Fapesp; Fundação Vitac, Feneis, Brasil Telecom, 2001 aeb.

GESSER, A. **LIBRAS? Que língua é essa?** Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da

realidade surda. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

QUADROS, Ronice, Muller; KARNOPP, Lodenir. **Língua Brasileira de sinais: estudos linguísticos**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRASIL, Lei 10.436, de 24 de Abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais-Libras e dá outras providências. Brasília, 24 de abril de 2002.

FERNANDES, E.(org.). **Surdez e bilinguismo**. Porto Alegre: Mediação, 2005.

GOLDFELD, M. **A criança Surda: linguagem e cognição numa perspectiva sócio interacionista** São Paulo: Pexes, 1997.

PEREIRA, M.C.C; CHOI, D; VIEIRA, M.I; GASPAR, P; NAKASATO, R. **Libras: conhecimento além dos sinais**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011.

SILVA, I. R.; KAUCHAKJE, S.;GESVELI, Z. M. **Cidadania, surdez e linguagem: desafios e realidades**. São Paulo: Plexus, 2003.

Disciplina: ESTATÍSTICA APLICADA À EDUCAÇÃO

PEDAGOGIA

Créditos:	Carga horária total:	Carga horária/distribuição:		
4	60	Teórica	Prática de Formação	Total
		60	0	60
Pré-requisito:		<input checked="" type="checkbox"/> NÃO	<input type="checkbox"/> SIM	

EMENTA

A Estatística na sociedade atual (aspectos históricos, população e amostra – necessidade da amostragem, uso em várias áreas e auxílio na tomada de decisões). Introdução à Estatística, Obtenção de dados. Descrição e exploração de dados. Distribuição de frequência; Medidas de Posição; Medidas de dispersão; Indicadores, taxas e índices educacionais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BONORA JÚNIOR, Dorival. **Estatística Básica**. São Paulo: Ícone Editora 2019.

PINHEIRO, João Ismael D.; CUNHA, Sonia Baptista da; CARVAJAL, Santiago Ramirez; GOMES, Gastão Coelho. **Estatística básica**. [S.l.] Elsevier, 2009.

TOLEDO, Geraldo Luciano. **Estatística basica**. 2. ed. [S.l.] Atlas, 1995.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BUSSAB, Wilton de Oliveira; MORETTIN, Pedro Alberto. **Estatística básica**. 4. ed. São Paulo: Atual, 1997.

COSTA, S. F. **Estatística Aplicada à Pesquisa em Educação**. 2. ed. Brasília: Liber Livro, 2010.

CRESPO, A. A. **Estatística Fácil**. 19 ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

LEVIN, J.; FOX, J. A.; FORDE, D. R. **Estatística para Ciências Humanas**. 11. ed. São Paulo: Pearson/Prentice Hall, 2012.

MORGADO, A.C. CARVALHO, J.B.P. CARVALHO, P.C.P. FERNANDEZ, P. **Análise Combinatória e Probabilidade**. 9. ed. Rio de Janeiro: SBM, 2006.

Disciplina: PRÁTICAS EDUCATIVAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL I

PEDAGOGIA

Créditos:	Carga horária total:	Carga horária/distribuição:		
		Teórica	Prática de Formação	Total
6	90	60	30	90
Pré-requisito:		[X] NÃO	[] SIM	
EMENTA				
Infâncias e Educação Infantil. Aspectos históricos, sociais e políticos da Educação Infantil. Educação Infantil: instituições, funções e propostas. Princípios e possibilidades do desenvolvimento cognitivo, afetivo, social e emocional da criança de 0 a 3 anos. Metodologias de trabalho em creches e maternais. Atividades de Prática de Formação Docente. Atividades de Extensão Curricular.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
ARIËS, P. História social da Criança e da Família. Trad. Dora Flaksman. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981. CORSINO, Patrícia (Org.). Educação infantil: cotidiano e políticas . Campinas, SP: Autores Associados, 2009. OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de [et al]. Creches: Crianças, Faz de conta & Cia . 9 ed. Petrópolis: Vozes, 2011.				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
ABRAMOWICZ, Anete; HENRIQUES, Afonso Canella (Orgs.). Educação infantil: A luta pela infância . Caminas, SP: Papyrus, 2020. (E-book). BRASIL. MEC. Base Nacional Comum Curricular . Brasília, MEC, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf CAMPOS, M. M.; ROSEMBERG, Fúlvia (Orgs.). Critérios para um atendimento em creches que respeite os direitos fundamentais das crianças . 6. ed. Brasília: MEC, SEB, 2009. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/direitosfundamentais.pdf MOLETTA, Ana K.; BIERWAGEN, Gláucia S.; TOLEDO, Maria Elena Roman de O. A educação infantil e a garantia dos direitos fundamentais da infância . Porto Alegre: SAGAH, 2018. (E-book). RAU, Maria Cristina Trois Dorneles. Educação Infantil: práticas pedagógicas de ensino e aprendizagem . Curitiba: Intersaberes, 2012. (E-book).				

Disciplina: DIDÁTICA E SEUS FUNDAMENTOS				
PEDAGOGIA				
Créditos:	Carga horária total:	Carga horária/distribuição:		
		Teórica	Prática de Formação	Total
6	90	60	30	90
Pré-requisito:		[X] NÃO	[] SIM	
EMENTA				
Didática e sociedade: teoria da instrução e do ensino. Tendências Pedagógicas. Objetivos, conteúdos, métodos, técnicas de ensino e recursos didáticos. A organização de sala de aula. Pressupostos políticos e pedagógicos do planejamento. Tipos de planejamento. A relação de interdependência entre ensino e aprendizagem e interações de professores-estudantes na sala de aula. Concepções, tipos e dimensões da avaliação do processo educativo. Atividades de Prática de Formação Docente. Atividades de Extensão Curricular.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				

LIBÂNNEO, José Carlos. **Didática**. 2. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2013.

LUCKESI, C. C. **Avaliação da aprendizagem**: componente do ato pedagógico. São Paulo: Cortez Editora, 2011.

NARODOWSKI, Mariano. **Comenius & a educação**. 2º Ed. 1 reimpressão - belo Horizonte: Autêntica, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALENCASTRO VEIGA, Ilma Passos (Org). **Técnicas de ensino**: Por que não? Campinas – SP. Papyrus, 1991. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).

ALENCASTRO VEIGA, Ilma Passos (Org). **Didática: O ensino e suas relações** (org). 18º ed – Campinas, SP. Papyrus, 2012 – (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).

ALENCASTRO VEIGA, Ilma Passos (Org.). **Projeto político-pedagógico da escola**: uma construção possível. 29. ed. Campinas - SP: Papyrus, 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

CAMARGO, Fausto, DAROS, Thuinie. **A sala de aula inovadora – Estratégias pedagógicas para fomentar o aprendizado ativo**. Porto Alegre: Penso, 2018.

PARO, Vitor. **Gestão escolar, democracia e qualidade do ensino**. 2º Ed, São Paulo: Intermeios, 2018.

PIMENTA, Selma Garrido; FRANCO, Maria Amélia Santoro (Orgs.). **Didática**: Embates Contemporâneos. 3. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

RANGEL, Mary. **Métodos de ensino para a aprendizagem e a dinamização das aulas**. Campinas, São Paulo. Papyrus, 2005.

SANT´ANNA, Ilza Martins. SANT´ANNA, Victor Martins. **Recursos educacionais para o ensino. Quando e por quê?** Editora Vozes 1º ed. 2004.

Disciplina: ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO

PEDAGOGIA

Créditos:	Carga horária total:	Carga horária/distribuição:		
4	60	Teórica	Prática de Formação	Total
		60	0	60
Pré-requisito:		[X] NÃO	[] SIM	

EMENTA

A linguagem como interlocução, a psicogênese da língua escrita, a consciência fonológica e o letramento como bases para a didática da alfabetização. O planejamento pedagógico de situações de ensino e de aprendizagem voltados à compreensão do sistema de escrita de ortografia alfabética e ao domínio da linguagem escrita em contexto de uso das práticas sociais letradas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FERREIRO, Emília. **Reflexões sobre alfabetização**. São Paulo: Cortez, 1995.

MORAIS, Arthur Gomes. **Sistema de escrita alfabética**. São Paulo: Melhoramentos, 2012.

SOARES, Magda. **Alfabetizar**: toda criança pode aprender a ler e a escrever. São Paulo: Contexto, 2020.(e-book).

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BAGNO, Marcos. **Língua materna**: letramento, variação e ensino. São Paulo: Parábola, 2002.

CAGLIARI, Luís Carlos. **Alfabetização e Linguística**. São Paulo: Scipione, 2002. (e-book)

KLEIMAN, Angela Bustos (Org.). **Os significados do letramento**: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita. Campinas: Mercado das Letras, 1995.

FREIRE, Paulo; MACEDO, Donald. **Alfabetização**: leitura do mundo leitura da palavra São Paulo: Paz e terra, 2002.

STREET, Brian V. **Letramentos sociais**: abordagens críticas do Letramento no desenvolvimento, na etnografia, na educação. Trad.: Marcos Bagno. São Paulo: Parábola Editorial, 2014.

SOARES, Magda Becker. **Letramento**: um tema em três gêneros. Belo Horizonte: Autêntica, 1998. (e-book)

SOARES, Magda Becker. **Alfabetização e letramento**. São Paulo: Contexto, 2004.

Disciplina: EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS				
PEDAGOGIA				
Créditos:	Carga horária total:	Carga horária/distribuição:		
4	60	Teórica	Prática de Formação	Total
		60	0	60
Pré-requisito:		[X] NÃO	[] SIM	
EMENTA				
Os princípios e os fundamentos da Educação de Jovens e Adultos. Políticas de oferta de EJA no campo e na cidade. Educação de Jovens e Adultos e o mundo do trabalho. Tendências atuais no currículo da EJA. Legislação sobre a Educação de Jovens e Adultos no Brasil. As Conferências internacionais de Adultos – CONFINTEA. Os sujeitos da EJA. A juvenilização da Educação de Jovens e Adultos. Estrutura curricular, propostas e avaliação. A formação de educador da Educação de Jovens e Adultos.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
ARROYO, Miguel González. Educação de jovens – adultos: um campo de direitos e de responsabilidade pública. In: SOARES, Leônicio, GIOVANETTI, Maria Amélia, GOMES, LINO, Nilma. (org). Diálogos na educação de jovens e adultos . Belo Horizonte: Autêntica, 2005. (e-book)				
FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.				
GADOTTI, M. e ROMÃO, J. E. Educação de Jovens e Adultos : teoria, prática e proposta. São Paulo: Cortez/Instituto Paulo Freire, 2000.				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Diretrizes curriculares para a educação de jovens e adultos : parecer 11. Brasília, 2000. Disponível: http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/eja/legislacao/parecer_11_2000.pdf .				
DI PIERRO, Maria Clara, GRACIANO, Mariângela. A educação de jovens e adultos no Brasil . São Paulo: Ação Educativa, 2003.				
FREIRE, Paulo. Ação cultural para a liberdade . 9 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001.				
FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia : saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.				
PAIVA, Jane; MACHADO, Maria Margarida; IRELAND, Timothy (Org.). Educação de Jovens e Adultos : uma memória contemporânea, 1996-2004. Brasília: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade				

do Ministério da Educação: UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, 2007.

SOARES, Leôncio José Gomes. As políticas de EJA e as necessidades de aprendizagem dos jovens e adultos. In: RIBEIRO, Vera Masagão (Org.). **Educação de jovens e adultos**. Novos leitores, novas leituras. Campinas: Mercado de Letras, 2001.

Disciplina: DIDÁTICA PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

PEDAGOGIA

Créditos:	Carga horária total:	Carga horária/distribuição:		
6	90	Teórica	Prática de Formação	Total
		60	30	90
Pré-requisito:		[X] NÃO	[] SIM	

EMENTA

O processo de mediação com crianças e suas especificidades na Educação Infantil e nas séries iniciais do Ensino Fundamental. Planejamento em creches, pré-escolas e Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Rotinas, tempos, ambientes e registros no trabalho com crianças. Brincadeiras e jogos para crianças. A criança e o contato com as atividades artísticas. A identidade de gênero e sexual na infância. A pesquisa, a interdisciplinaridade e os projetos pedagógicos com crianças. BNCC: competências, habilidades e avaliação na Educação Infantil. Atividades de Extensão Curricular.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. 2. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2013.

DE LA TAILE, Yves, DE OLIVEIRA, Marta Kohl, DANTAS, Heloysa. **Piaget, Vigostki e Wallon: Teorias psicogenéticas em discussão**. Summus Editorial, 1992.

OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de. **Educação Infantil fundamentos e métodos**. 7º ed. São Paulo. Cortez, 2011 (Coleção Docência em formação).

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

A. A C. Rocha. KRAMER, Sônia (Org). **Educação Infantil: Enfoques em diálogo**. 3º ed. Campinas, SP. Papyrus. 2013 (Série – Prática Pedagógica).

A. A C. Rocha. KRAMER, Sônia (Org). **Infância e Educação Infantil**. Campinas. São Paulo. SP. Papyrus. 1999 (Coleção Prática Pedagógica).

ALENCASTRO VEIGA, Ilma Passos; FERNANDES DA SILVA, Edileuza (Org). **Ensino Fundamental da LDB À BNCC**. Campinas, SP. Papyrus. 2018.

Associação Nova Escola. **O dia a dia da Educação Infantil** (Nova Escola). 1º Ed. Rio de Janeiro. Nova Fronteira, 2017.

BARBOSA, Maria Carmem Silveira. **Projetos Pedagógicos na educação infantil**. Porto Alegre: Artmed, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf

FAZENDA, Catarina Arantes Ivani. **Práticas interdisciplinares na escola**. São Paulo: Cortez Editora, 2013.

FURLANI, Jimena. **Relações de gênero, orientação sexual e igualdade étnico-racial numa proposta de**

respeito às diferenças. Belo Horizonte. Autêntica Editora, 2011.

HOFFMAN, Jussara. **Avaliação Mediadora:** uma prática em construção da pré-escola à universidade. Editora mediação, 34ª edição, 2018.

KISHIMOTO, Mochida Tizuko (Org). **Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação.** 14º Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MARQUES, Luciana Pacheco; MONTEIRO, Sandrelena da Silva; OLIVEIRA, Cristiane Elvira de Assis (org). **Tempos: movimentos experienciados.** Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2012.

OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de. **Creches: crianças, faz de conta & cia.** [et al.] 16 ed. Petrópolis. Rio de Janeiro. RJ. Vozes. 2011.

RAMOS, Paulo. **Tiras no ensino.** 1º ed. São Paulo: Parábola. Editorial, 2017.

Disciplina: PRÁTICAS EDUCATIVAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL II

PEDAGOGIA

Créditos:	Carga horária total:	Carga horária/distribuição:		
4	60	Teórica	Prática de Formação	Total
		30	30	60
Pré-requisito:		[X] NÃO	[] SIM	

EMENTA

A segunda infância. Políticas públicas de atendimento às infâncias. Infâncias e diversidades. Currículo na Educação Infantil. Organização da gestão do trabalho infantil e seu cotidiano. O trabalho com as famílias. Metodologias de trabalho com crianças de 4 e 5 anos. Atividade de Prática de Formação Docente.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

DIAS, Fátima R. T. de S.; FARIA, Vitória L. B. de. **Currículo na Educação Infantil.** São Paulo: Scipione, 2008. (E-book).

MOLETTA, Ana K.; BIERWAGEN, Gláucia S.; TOLEDO, Maria Elena Roman de O. **A educação infantil e a garantia dos direitos fundamentais da infância.** Porto Alegre: SAGAH, 2018. (E-book).

OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de. **Educação infantil: fundamentos e métodos.** 7. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRASIL. MEC. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília, MEC, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_verseofinal_site.pdf

KISHIMOTO, Mochida Tizuko (Org). **Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação.** 14º Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

KRAMER, Sonia; LEITE, Maria Isabel; NUNES, Maria Fernanda; GUIMARÃES, Daniela (Orgs.). **Infância e educação infantil.** 11 ed. Campinas, SP: Papirus, 2011. (E-book).

OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de. **Educação infantil: muitos olhares.** 9. Ed. São Paulo: Cortez, 2010.

OSTETTO, Luciana Esmeralda (Org.). **Educação Infantil: Saberes e fazeres da formação de professores.** 5 ed. Campinas, SP: Papirus, 2011. (E-book).

Disciplina: PRÁTICAS EDUCATIVAS DE ALFABETIZAÇÃO				
PEDAGOGIA				
Créditos:	Carga horária total:	Carga horária/distribuição:		
6	90	Teórica	Prática de Formação	Total
		60	30	90
Pré-requisito:		[X] NÃO	[] SIM	
EMENTA				
<p>Função social da leitura e da escrita. Processo histórico da alfabetização em nosso País. Práticas Pedagógicas mediante a multiplicidade de sujeitos, saberes, espaços e tempos. Condicionantes socioeconômicos e culturais do processo de alfabetização. Práticas pesquisadoras. Aspectos conceituais, políticos sociais e educacionais. Função social e individual da alfabetização. Aquisição e/ou desenvolvimento da leitura e da escrita em crianças dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Base Nacional Comum Curricular e as competências e habilidades na área de linguagens – o processo de aquisição da linguagem. Concepções teórico-metodológicas do ensino-aprendizagem da leitura e da escrita. Atividades de Prática de Formação Docente. Atividades de Extensão Curricular.</p>				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
<p>CARVALHO, Marlene. Guia Prático do Alfabetizador. São Paulo: Ática. 2004. (E.Book) FERREIRO, Emília. Alfabetização em processo. 12. ed. São Paulo: Cortez, 1998. SOARES, Magda Becker. Alfabetização: a questão dos métodos. São Paulo: Contexto, 2021. (E.Book)</p>				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
<p>BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018. FERREIRO, Emília; TEBEROSKY, Ana. Psicogênese da língua escrita. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991. FREIRE, Paulo. A importância do ato de ler: em três artigos que se completam. São Paulo: autores Associados :Cortez, 1989. (E.book) LEMLE, Miriam. Guia teórico do alfabetizador. São Paulo: Ática, 2001. SMOLKA. Ana Luiza Bustamante. A criança na fase inicial da escrita. 7. ed. São Paulo:Cortez, 1999. SOARES, Magda. Alfaetrar: toda criança pode aprender a ler e escrever. São Paulo: Contexto, 2021.</p>				

Disciplina: ORIENTAÇÃO DE ESTÁGIO I (EDUCAÇÃO INFANTIL)				
PEDAGOGIA				
Créditos:	Carga horária total:	Carga horária/distribuição:		
2	30	Teórica	Prática de Formação	Total
		30	-	30
Pré-requisito:		[X] NÃO	[] SIM	
EMENTA				
<p>Reconhecer as exigências da relação entre a docência, o planejamento pedagógico e as problemáticas educativas da Educação Infantil.</p>				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				

BIANCHI, Anna Cecília de Moraes; ALVARENGA, Marina; BIANCHI, Roberto. **Manual de Orientação: estágio supervisionado**. 3. ed. São Paulo: Pioneira, 2003.

OLIVEIRA, Zilma de M. Ramos. **Creches: Crianças, Faz de Conta & Cia**. Petrópolis: Vozes, 1992.

PIMENTA, Selma Garrido.; CHEDIN, Evandro. (Orgs.). **Professor reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ANETE ABRAMOWICZ (ORG.); AFONSO CANELLA HENRIQUES (ORG.). **Educação infantil: A luta pela infância**. Papirus Editora 2020. ISBN 9786556500102. (E-book)

BELTHER, Josilda Maria (Org.). **Educação infantil**. Editora Pearson 2017 147 p ISBN 9788543025827. (E-book)

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.

KOAN, Walter Omar. **A infância da educação: o conceito devir-criança**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

PATRÍCIA CORSINO. **Educação infantil: cotidiano e políticas**. Editora Autores Associados BVU 2020 136 p ISBN 9786599055270. (E-book)

Disciplina: ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO ESCOLAR BRASILEIRA

PEDAGOGIA

Créditos:	Carga horária total:	Carga horária/distribuição:		
4	60	Teórica	Prática de Formação	Total
		60	-	60
Pré-requisito:		<input checked="" type="checkbox"/> NÃO	<input type="checkbox"/> SIM	

EMENTA

Análise do sistema educacional brasileiro considerando, no contexto contemporâneo, os ditames legais, sociais, políticos, administrativos e financeiros. Pretende-se também enfatizar os conceitos, a organização, gestão e inovação em projetos pedagógicos dos diferentes subsistemas nos diversos níveis e modalidades da Educação Escolar Brasileira.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Acesso em: 6 ago. 2021. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm.

BRASIL. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira: Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996. Acesso em: 5 ago. 2021. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014: aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2014/lei-13005-25-junho-2014-778970-publicacaooriginal-144468-pl.html>. Acesso em: 5 ago. 2021.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

DOURADO, Luiz Fernandes e Vitor Henrique Paro (Orgs.). **Políticas públicas e educação básica**. 1. ed. São Paulo: Editora Xamã, 2001.

OLIVEIRA, Dalila Andrade e DUARTE, Adriana Maria Cancelli (Orgs.). **Políticas públicas e Educação: regulação e conhecimento**. 1. ed. Belo Horizonte: Fino traço Editora, 2011.

OLIVEIRA, João Ferreira de; LIBÂNEO, José Carlos; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação escolar:** políticas, estrutura e organização. Cortez editora, 2017.

SAVIANI, Demerval. **Educação Brasileira:** estrutura e sistema. 11. ed. Campinas: Autores Associados, 2012.

SAVIANI, Demerval. **Sistema Nacional de Educação e Plano Nacional de Educação:** significado, controvérsias e perspectivas. 1. ed. Campinas: Autores Associados, 2014.

Disciplina: ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA				
PEDAGOGIA				
Créditos:	Carga horária total:	Carga horária/distribuição:		
6	90	Teórica	Prática de Formação	Total
		60	30	90
Pré-requisito:		[X] NÃO	[] SIM	
EMENTA				
Bases teóricas da Língua Portuguesa. Concepções de ensino e de aprendizagem da língua. Distinção de ensino prescritivo e ensino produtivo da Língua Materna. Compreensão dos fatos linguísticos a partir das contribuições da Linguística Aplicada ao Ensino de Português nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Planejamento e execução das atividades relacionadas ao ensino produtivo da leitura oral, escrita e gramática contextualizada (análise linguística) nos anos Iniciais do Ensino Fundamental. Análise de livros didáticos de Língua Portuguesa dos anos iniciais do Ensino Fundamental. Atividades de Prática de Formação Docente. Atividades de Extensão Curricular.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
ANTUNES, Irandé. Aula de português: encontro e interação. 8.ed. São Paulo: Parábola, 2008				
MARCUSCHI, L. A. Produção textual, análise de gênero e compreensão. São Paulo: Parábola, 2008.				
TRAVAGLIA, Luiz Carlos. Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2002. [1995].				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
KOCH, Ingedore Villaça; Elias, Vanda Maria. Ler e compreender os sentidos do texto. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2011. (E-book).				
CASTILHO, Ataliba T. A língua falada no ensino de Português. São Paulo: Contexto, 2001. (E-book)				
KOCH, Ingedore Villaça. Desvendando os segredos do texto. São Paulo: Cortez, 2002				
MARCUSCHI, Luiz Antônio. Da fala para a escrita: atividades de retextualização. São Paulo: Cortez, 2005.				
RIOLFI, Claudia. et al. Ensino de Língua Portuguesa. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2014.				

Disciplina: PESQUISA EM EDUCAÇÃO				
PEDAGOGIA				
Créditos:	Carga horária total:	Carga horária/distribuição:		
		Teórica	Prática de	Total

4	60		Formação	
		60	-	60
Pré-requisito:		<input checked="" type="checkbox"/> NÃO	<input type="checkbox"/> SIM	
EMENTA				
Epistemologia e pesquisa em educação. Pesquisas qualitativas, quantitativas e mistas em educação. Diferentes métodos de pesquisa. Integração pesquisa e ensino. O uso da investigação na prática do docente. O cotidiano escolar como fonte de pesquisa.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
FERRAÇO, C. E; PEREZ, C. L. V; OLIVEIRA, I. B. (Orgs.). Aprendizagens cotidianas com a pesquisa: novas reflexões em pesquisa nos/dos/com os cotidianos das escolas. Petrópolis: DP&A, 2008.				
LÜDKE, M; ANDRÉ, M. E. D. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.				
SANTOS, B. S. Um discurso sobre as ciências. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005.				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
Abreu, R. M. de A., & Almeida, D. D. M. de. Refletindo sobre a pesquisa e sua importância na formação e na prática do professor do ensino fundamental. Revista Entreideias: Educação, Cultura E Sociedade , v. 13, n. 14, p. 73-85, jul.-dez., 2008. Disponível em: https://doi.org/10.9771/2317-1219rf.v13i14.3217 .				
ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith; GEWANDSZNAJDER, Fernando. O método nas Ciências Naturais e Sociais: pesquisa qualitativa e quantitativa. 2. Ed. São Paulo: Pioneira, 1999.				
ANDRÉ, Marli. Pesquisa em educação: buscando rigor e qualidade. Cadernos de Pesquisa , v. 1, n. 113, p. 51-64, jul., 2001. Disponível em: www.scielo.br/pdf/cp/n113/a03n113.pdf				
GARCIA, Regina Alves (Org.). Método: pesquisa com o cotidiano. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.				
PAIS, José Machado. Vida Cotidiana: enigmas e revelações. São Paulo: Cortez, 2003.				

Disciplina: ARTE E EXPRESSÃO CULTURAL				
PEDAGOGIA				
Créditos:	Carga horária total:	Carga horária/distribuição:		
4	60	Teórica	Prática de Formação	Total
		30	30	60
Pré-requisito:		<input checked="" type="checkbox"/> NÃO	<input type="checkbox"/> SIM	
EMENTA				
A arte como manifestação de expressão e comunicação humana. As manifestações artísticas como reflexo de valores e características sócio-cultural. Desenvolvimento da criança e da criatividade. Reflexão e criação nas linguagens artísticas: música, dança, artes plásticas, teatro e estática. Arte na sala de aula. Projetos. Atividade de Prática de Formação Docente. Atividades de Extensão Curricular.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
BARBOSA, Ana Mae Tavares Bastos. Arte-educação no Brasil. 7. ed. São Paulo: Perspectiva, 2012.				
CUNHA, Suzana Rangel Vieira de. (Org.) As Artes no Universo Infantil. Porto Alegre: Mediação 2012.				
PEREIRA, Kátia Helena. Como usar artes visuais na sala. São Paulo Contexto. 2007.				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				

AMARAL, Aracy. **Artes no Brasil**. São Paulo. Instituto Callis. 2005.

bBRASIL. **Base Nacional Comum Curricular** – BNCC, Brasília, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_-versaofinal_site.pdf Acesso em: 20 abr. 2020

CUNHA, S. R. V. Questionamentos de professora de arte sobre o ensino de arte na contemporaneidade. In: Raimundo Martins e Irene Tourinho. (Org.). **Cultura das Imagens: desafios para a arte e para educação**. 2ed. Santa Maria: Editora da UFSM, 2016, v. 1, p. 51-76. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/193651> Acesso em: 20 abr. 2022.

CUNHA, S. R. V. Transformações nos saberes sobre arte e seu ensino. **Imaginar** - Revista da Associação de Professores de Expressão e Comunicação Visual, Lisboa - Portugal, v. 38, p. 04-10, 2002. Disponível em: https://www.academia.edu/25964121/Transforma%C3%A7%C3%B5es_nos_saberes_sobre_arte_e_seu_ensino Acesso em: 20 abr. 2022.

ROSENTHAL, Dália; RIZZI, Maria Christina de Souza Lima (Orgs.). **ARTE, educação e contemporaneidade**. São Paulo, Blucher, 2020. 1 recurso online (A reflexão e a prática no ensino médio 5) (E-BOOK)

Disciplina: ENSINO DE CIÊNCIAS				
PEDAGOGIA				
Créditos:	Carga horária total:	Carga horária/distribuição:		
6	90	Teórica	Prática de Formação	Total
		60	30	90
Pré-requisito:		[X] NÃO	[] SIM	
EMENTA				
Abordagem sócio-histórica-educacional do conhecimento científico e das Ciências Naturais. Ciência, Educação e Ambiente na perspectiva da Complexidade. Conceitos e Representações. Didática das Ciências. Base Nacional Comum Curricular. Parâmetros Curriculares Nacionais. Fundamentos teórico-epistemológicos e metodológicos do Ensino de ciências: Biologia, Física, Geociências e Química. Ciência e Escola. A avaliação no processo formativo. O ensino via: problematização, reflexão, diálogo, investigação e experimentação. Meio Ambiente e Educação Ambiental. Ambiente e Complexidade. Prática de Formação Docente. Atividades de Extensão Curricular.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
AMARAL, Ivan Amorosino do; FRANCALANZA, Hilario; GOUVEIA, Mariley Simões Flória. Projeto magistério: o ensino de ciências no primeiro grau . 1 ed. [S.l.] Atual, 1986. 124 p.				
ASTOLFI, Jean-Pierre; DEVELAY, Michel. A didática das ciências . 4. ed. [S.l.] Papirus, 1995. 132 p.				
DELIZOICOV, Demétrio; ANGOTTI, José André; PERNAMBUCO, Marta Maria Castanho Almeida. Ensino de Ciências: fundamentos e métodos . 2.ed. [S.l.] Cortez, 2007. 364p.				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
BELLINI, Luzia Marta. Educação ambiental como educação científica no processo educativo escolar. Educar em revista , p. 99-110, 2002. Disponível em: https://www.scielo.br/j/er/a/RpNPPQxc8gn7rbQWvjBS5RB/?lang=pt .				
BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais . Meio Ambiente e Saúde. Temas transversais, MEC/SEF, 1997.				
DULLEY, Richard Domingues. Noção de Natureza, Ambiente, Meio Ambiente, Recursos Ambientais e Recursos Naturais .				

Agricultura em São Paulo, v. 51, n. 2, p. 15-26, 2004.

LORENZETTI, Leonir. A promoção e avaliação da alfabetização científica nos anos iniciais. In: VIVEIRO, Alessandra A.; MEGID NETO, Jorge (Orgs.). **Ensino de Ciências para crianças: Fundamentos, práticas e formação de professores**. 2020. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=110360&opt=1>>.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. Tradução: Catarina Eleonora F. da Silva e Jeanne Sawaya. Revisão Técnica: Edgard de Assis Carvalho. São Paulo: Cortez, 2. ed., Brasília – DF: UNESCO, 2000.

Disciplina: ORIENTAÇÃO DE ESTÁGIO II (ENSINO FUNDAMENTAL)				
PEDAGOGIA				
Créditos:	Carga horária total:	Carga horária/distribuição:		
2	30	Teórica	Prática de Formação	Total
		30	-	30
Pré-requisito:		<input checked="" type="checkbox"/> NÃO	<input type="checkbox"/> SIM	
EMENTA				
Reconhecer as exigências da relação entre docência, o planejamento pedagógico e as problemáticas educativas no Ensino Fundamental. Analisar as necessidades presentes do contexto das práticas educativas. Problematizar as dificuldades encontradas. Construir uma proposta de ação fomentada numa ação conjunta com os atores sociais presentes na escola				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Pensar a Prática . São Paulo: Edições Loyola, 1990.				
PIMENTA, Selma Garrido.; CHEDIN, Evandro. (Orgs.). Professor reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito . 4. ed. São Paulo: Cortez, 2006.				
SACRISTÁN, Jose Gimeno; PÉREZ GOMEZ, Angel I. Compreender e transformar o ensino . 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 1998. (E-book)				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
FREITAS, Helena Costa. O trabalho como princípio articulador na prática de ensino e nos estágios . Campinas, SP: Papyrus, 1996.				
PETEROSI, Helena Gemignani; MENESES, João Gualberto de Carvalho (Coord.). Revisitando o saber e o fazer docente . São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005. (E-book)				
PIMENTA, Selma Garrido. (Org.). Pedagogia e Pedagogos: caminhos e perspectivas . São Paulo: Cortez, 2001.				
PIMENTA, Selma Garrido. O estágio na formação de professores: unidade teoria e prática . São Paulo: Cortez, 1995.				
SILVA, Mônica Caetano Vieira da; URBANETZ, Sandra Terezinha (Coautor). O Estágio no curso de pedagogia . Curitiba: IBPEX, 2009.				

Disciplina: POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS		
PEDAGOGIA		
Créditos:	Carga horária total:	Carga horária/distribuição:

2	30	Teórica	Prática de Formação	Total
		30	-	30
Pré-requisito:		<input checked="" type="checkbox"/> NÃO	<input type="checkbox"/> SIM	
EMENTA				
Educação e Contexto Social. As Políticas Públicas da Educação no Brasil. A Educação nas Constituições Brasileiras e nas Leis e Diretrizes de Bases da Educação Nacional. Aspectos estruturais e conjunturais da Educação Brasileira (análise e avaliação da produção, implantação e consolidação das políticas públicas na sociedade). Descentralização e autonomia dos sistemas das escolas; focalização e universalização das propostas educacionais; igualdade e equidade, as políticas afirmativas. Limites e possibilidade da escola para mediar práticas sociais transformadoras.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
BRASIL. Constituição Federal de 1988– texto constitucional de 05 de outubro de 1988 com alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais . Brasília: Câmara dos Deputados, 2015.				
BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional . Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 23 de dezembro de 1996.				
LIBÂNEO, José Carlos. Políticas educacionais no Brasil: desfiguramento da escola e do conhecimento escolar. Cadernos de Pesquisa , v. 46, n. 159, p. 38-62, 2016.				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
FAORO, Raymundo. Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro . 3. ed. São Paulo: Globo, 2001.				
FERRAZ JUNIOR, Tércio Sampaio. Introdução ao Estudo do Direito – técnica, decisão, dominação. São Paulo: Atlas, 1988.				
GOMES, Marcelo Carboni; PIMENTEL, Theberge Ramos; BRITO, Renato de Oliveira. GO PISA! Indicativos para elaboração de políticas públicas educacionais. Revista Educação e Políticas em Debate , v. 8, n. 2, p. 233-253, 2019.				
SAVIANI, Dermeval. Da nova LDB ao FUNDEB: por uma outra política educacional , 3ªed. Campinas, Autores Associados, 2008.				
SILVEIRA, Elizeth Rezende Martins da; PREVITAL, Fabiane Santana. Trabalho Docente na rede estadual de ensino em Minas Gerais em Urbelândia a partir de 2003. Revista InovaCiência & Tecnologia/Innovative Science & Technology Journal , v.3, n.2, p.64-72, 2017.				

Disciplina: EDUCAÇÃO DO CAMPO				
PEDAGOGIA				
Créditos:	Carga horária total:	Carga horária/distribuição:		
60	90	Teórica	Prática de Formação	Total
		60	30	90
Pré-requisito:		<input checked="" type="checkbox"/> NÃO	<input type="checkbox"/> SIM	
EMENTA				
Reflexão crítica sobre a dicotomia rural-urbano. A educação e escola do campo: história, tendências, concepções teórico-metodológicas. Escola família agrícola e escolas conunitárias do campo. Marcos legais da Educação do				

Campo: da educação rural à Educação do Campo. A Educação do Campo e o desenvolvimento local, integrado e sustentável. O papel da Educação do Campo: função social, currículo, como produtora de conhecimentos sobre a realidade local. Pedagogia da Alterância. Formação de Professores para Educação do Campo. Atividades de Prática de Formação Docente. Atividades de Extensão Curricular.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna. **Por uma educação do Campo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Resolução nº. 1 de 3 de abril de 2002. **Diretrizes Operacionais para a educação básica nas escolas do campo**. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 2004. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13800-rceb001-02-pdf&category_slug=agosto-2013-pdf&Itemid=30192.

GHEDIN, Evandro (Org.). **Educação do Campo: epistemologia e práticas**. São Paulo: Cortez, 2014.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ANTUNES-ROCHA, M. I; HAGE, S. M. (Orgs.). **Escola de Direito: reinventando a escola multisseriadas**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. (Coleção: Caminhos da Educação do Campo, 2).

CALDART, Roseli; PEREIRA, Isabel; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio. **Dicionário da Educação do Campo**. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

CAPORAL, Francisco Roberto (org.) COSTABEBER, José Antônio; PAULUS, Gervásio. **Agroecologia: uma ciência do campo da complexidade**. Brasília: 2009.

MARTINS, Aracy Alves; MARTINS, Maria de Fátima Almeida; ANTUNES-ROCHA Maria Isabel (Coords.). **Territórios educativos na educação do campo – Escola, Comunidade e Movimentos Sociais**. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

RANGEL, M; CARMO, R. B. Da Educação Rural à Educação do Campo: revisão crítica. **REVISTA da FAEEBA: educação e contemporaneidade**. Universidade do Estado da Bahia – Departamento de Educação I – Salvador: UNEB, vol. 20, n. 36, Jul./dez. 2011, p. 205-214.

WILLIAMS, Raymond. **O campo e a cidade: na história e na literatura**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

Disciplina: ENSINO DE GEOGRAFIA

PEDAGOGIA

Créditos:	Carga horária total:	Carga horária/distribuição:		
6	90	Teórica	Prática de Formação	Total
		60	30	90
Pré-requisito:		[X] NÃO	[] SIM	

EMENTA

Fundamentos da Geografia escolar. Conceitos-chave: espaço geográfico, lugar, paisagem, região e território. Ensino de Geografia na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. A construção do conceito de espaço geográfico: ensino e representação. Base Nacional Comum Curricular e o Ensino de Geografia. Métodos didáticos e ensino de Geografia. Atividade de Prática de Formação Docente. Atividades de Extensão Curricular.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALMEIDA, Rosângela Doinde; PASSINI, Elza Yasuko. **O espaço geográfico: ensino e representação**. 15. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. (Org.). **A Geografia na sala de aula**. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

PONTUSCHKA, Nídia Nacib; PAGANELLI, Tomoko Iyd.; CACETE, Núria Hanglei. **Para ensinar e aprender Geografia**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRASIL. MEC. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, MEC, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf

CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia: conceitos e temas**. 11^a ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

CAVALCANTI, Lana de Souza. **O ensino de Geografia na escola**. Campinas: Papyrus, 2012. (E-book).

FANTIN, Maria Eneida; TAUSCHEK, Neusa Maria; NEVES, Diogo Labiak. **Metodologia do ensino de geografia**. Curitiba: Intersaberes, 2013.

FONSECA, Fernanda Padovesi; OLIVA, Jaime. **Cartografia**. São Paulo: Editora Melhoramentos, 2013. (Como eu ensino).

LACOSTE, Yves. **A geografia: isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra**. 5. ed. Campinas: Papyrus, 2001. 263p.

Disciplina: ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DA EDUCAÇÃO BÁSICA: CONCEITOS E TEORIAS CURRICULARES

PEDAGOGIA

Créditos:	Carga horária total:	Carga horária/distribuição:		
4	60	Teórica	Prática de Formação	Total
		60	-	60
Pré-requisito:		[X] NÃO	[] SIM	

EMENTA

Fundamentos históricos e epistemológicos do currículo: o currículo como objeto de estudo. O campo do currículo no Brasil. Concepções, teorias curriculares e suas implicações nas propostas educacionais. Currículo, sociedade e cultura.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa. **Currículo: questões atuais**. Campinas: Papyrus, 1997. (E-book)

SACRISTÁN, J. Gimeno. **O currículo: uma reflexão sobre a prática**. Porto Alegre: ARTEMED, 1998. (E-book)

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. Belo Horizonte, 1999. (E-book)

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

LOPES, Alice C.; MACEDO, Elizabeth. **Teorias de Currículo**. São Paulo: Cortez, 2011.

MOREIRA, Antonio Flavio; TADEU, Tomaz (Orgs.). **Currículo, Cultura e Sociedade**. 12.ed. São Paulo: Cortez, 2012.

SACRISTAN, José Gimeno. **Saberes e incertezas sobre o currículo**. São Paulo: Penso, 2013. (E-book).

SACRISTÁN, Jose Gimeno; PÉREZ GOMEZ, Angel I. **Compreender e transformar o ensino**. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 1998. (E-book)

SILVA, Tomaz Tadeu da; MOREIRA, Antônio F. (Orgs.). **Territórios contestados: o currículo e os novos mapas políticos e culturais**. Petrópolis: Vozes, 1995.

Disciplina: PRODUÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO				
PEDAGOGIA				
Créditos:	Carga horária total:	Carga horária/distribuição:		
4	60	Teórica	Prática de Formação	Total
		60	-	60
Pré-requisito:		<input checked="" type="checkbox"/> NÃO	<input type="checkbox"/> SIM	
EMENTA				
Elaboração do projeto de pesquisa: a fase exploratória da pesquisa, a definição do objeto de estudo, o problema de pesquisa, os objetivos, o referencial teórico e a definição da metodologia.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa . 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2017.				
LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de metodologia científica . 8. ed. 4. São Paulo: Atlas, 2017.				
LUNA, S. V. Planejamento de pesquisa: uma introdução . São Paulo: EDUSP, 2002				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
GARCIA, R. L. (Org.). Para Quem Pesquisamos, Para Quem Escrevemos: o impasse dos intelectuais . São Paulo: Cortez, 2001.				
LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli Elisa Dalmazo Afonso. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas . São Paulo: EPU, 1986.				
MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Técnicas de pesquisa: Planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados . 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.				
REZENDE, Edson José Carpinteiro Rezende; MISK, Mariana (coordenadores). Manual para elaboração e normalização de trabalhos acadêmicos e técnico-científicos . Belo Horizonte: EdUEMG, 2017. Disponível em: https://editora.uemg.br/images/livros-pdf/catalogo-2017/2017_Manual.pdf				
SANTOS, Antonio Raimundo. Metodologia científica: a construção do conhecimento . 6ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.				

Disciplina: ORIENTAÇÃO DE ESTÁGIO III (EDUCAÇÃO DO CAMPO OU EDUCAÇÃO ESPECIAL)
PEDAGOGIA

Créditos:	Carga horária total:	Carga horária/distribuição:		
2	30	Teórica	Prática de Formação	Total
		30	-	30
Pré-requisito:		[X] NÃO	[] SIM	
EMENTA				
Nesse estágio, o estudante deverá optar por uma das modalidades de ensino sugeridas: Educação do Campo ou Educação Especial. A partir de sua escolha buscar-se a reconhecer as exigências da relação entre a docência, o planejamento pedagógico e as problemáticas educativas. Compreender o cotidiano escolar e refletir sobre a realidade educacional e possibilidades de contribuições através da prática docente. Problematicar as dificuldades encontradas. Análise da realidade identificada.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Pensar a Prática. São Paulo: Edições Loyola, 1990.				
BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular : educação é a base (versão final). Conselho Nacional de Educação. MEC/SEB, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf .				
SACRISTÁN, Jose Gimeno; PÉREZ GOMEZ, Angel I. Compreender e transformar o ensino . 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 1998. (E-book).				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salette; MOLINA, Mônica Castagna. Por uma educação do Campo . Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.				
COLL, Cesar; MARCHESI, Álvaro; PALACIOS, Jesus. Desenvolvimento Psicológico e educação : transtornos de desenvolvimento e Necessidades Educativas Especiais. Vol. 3. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.				
FREITAS, Helena Costa. O trabalho como princípio articulador na prática de ensino e nos estágios . Campinas, SP: Papyrus, 1996.				
PETEROSI, Helena Gemignani; MENESES, João Gualberto de Carvalho (Coord.). Revisitando o saber e o fazer docente . São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.				
PIMENTA, Selma Garrido. O estágio na formação de professores : unidade teoria e prática? São Paulo: Cortez, 1995.				

DISCIPLINA: ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DA EDUCAÇÃO BÁSICA: AS POLÍTICAS CURRICULARES NACIONAIS				
PEDAGOGIA				
Créditos:	Carga horária total:	Carga horária/distribuição:		
2	30	Teórica	Prática de Formação	Total
		30	-	30
Pré-requisito:		[X] NÃO	[] SIM	
EMENTA				
Políticas Curriculares Nacionais: pressupostos econômicos, políticos, sociais e ideológicos. Princípios de planejamento, organização e avaliação curricular na Educação Básica. Análise e construção de propostas curriculares. Diretrizes Curriculares nacionais para as diferentes modalidades de ensino.				

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**: educação é a base (versão final). Conselho Nacional de Educação. MEC/SEB, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf.

SACRISTÁN, J. Gimeno. **O currículo**: uma reflexão sobre a prática. Porto Alegre: ARTMED, 1998. (E-book)

ZABALA, Antoni Vidiella. **Enfoque globalizador e pensamento complexo**: uma proposta para o currículo escolar. Porto Alegre. ARTMED, 2002. Disponível em: <https://www.indicalivros.com/livros/enfoque-globalizador-e-pensamento-complexo-uma-proposta-para-o-curriculo-escolar-antoni-zabala>.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**: lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Conselho Nacional da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**/ Ministério da Educação. Secretária de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. – Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13448-diretrizes-curriculares-nacionais-2013-pdf&Itemid=30192.

MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa; CANDAU, Vera Maria, (Orgs). **Indagações sobre currículo**: currículo, conhecimento e cultura. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Enfund/indag3.pdf>.

MOREIRA, Antonio Flavio; TADEU, Tomaz (Orgs.). **Currículo, Cultura e Sociedade**. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

SACRISTAN, José Gimeno. **Saberes e incertezas sobre o currículo**. São Paulo: Penso, 2013. (E-book).

DISCIPLINA: CORPO, MOVIMENTO E LUDICIDADE**PEDAGOGIA**

Créditos:	Carga horária total:	Carga horária/distribuição:		
5	75	Teórica	Prática de Formação	Total
		60	15	75
Pré-requisito:		[X] NÃO	[] SIM	

EMENTA

As abordagens interdisciplinares no campo da Ludicidade: psicomotricidade, epistemologia genética, a psicanálise, a ludoterapia e o ludodiagnóstico. O Brincar no cotidiano Escolar e o Discurso teórico-prático do lúdico em todas as disciplinas, como pilar de sustentação para o desenvolvimento infantil. O corpo em movimento e sua construção com a estrutura psíquica da criança. Atividade de Prática de Formação Docente. Atividades de Extensão Curricular.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GHIRALDELLI JÚNIOR, Paulo. **O corpo**/filosofia e educação. São Paulo: Ática, 2007. (E-book).

HORN, Maria G. **Brincar e interagir nos espaços da escola infantil**. Porto Alegre Penso 2017. (E-book).

KISHIMOTO, Tizuco (Org). **Jogo, Brinquedo, Brincadeira e Educação**. São Paulo: Cortez, 1996.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular** – BNCC, Brasília, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_-versaofinal_site.pdf.

SOARES, Carmen Lúcia. **Corpo e história**. Editora Autores Associados BVU, 2022. (E-book).

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. **O Brincar e suas teorias**. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

NEGRINI, AIRTON. **Corpo na educação infantil**. Editora Educus 2002. (E-book).

SABINO, F. A **Vitória da Infância. Criança brinca, não brinca?** São Paulo: Papirus, 1990.

SILVA, Tiago Aquino da Costa ; PINES JÚNIOR, Alipio Rodrigues. **Brincar, jogar e aprender**. Editora Vozes 2020, 47p. (E-book).

DISCIPLINA: GESTÃO E PLANEJAMENTO EDUCACIONAL**PEDAGOGIA**

Créditos:	Carga horária total:	Carga horária/distribuição:		
2	30	Teórica	Prática de Formação	Total
		30	-	30
Pré-requisito:		<input checked="" type="checkbox"/> NÃO	<input type="checkbox"/> SIM	

EMENTA

Os fundamentos teóricos do planejamento econômico e educacional a partir de uma abordagem histórica. O planejamento educacional e as políticas públicas. Abordagem teórico-prática dos princípios da gestão escolar: seus tipos, objetivos, estruturas e processos. A relação entre o administrativo e o pedagógico na escola numa perspectiva histórica. Mecanismos de gestão escolar (eleição, colegiado, Projeto Político Pedagógico e Regimento Escolar). Análise da gestão da escola numa perspectiva democrática. A organização do trabalho escolar: linguagem, tempo e espaço.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FÁVERO, O; SEMERARO, G. (Orgs.). **Democracia e construção do público no pensamento educacional brasileiro**. Petrópolis: Vozes, 2002.

KUENZER, Acácia Zeneida. **Planejamento e Educação no Brasil**. 4. ed. São Paulo, SP: Cortez, 1999. (Col. Questões da Nossa Época; v. 21).

LÜCK, Heloisa (et. al). **A Escola Participativa: o trabalho do gestor escolar**. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.

OLIVEIRA, Dalila Andrade (Org.). **Gestão democrática da educação: desafios contemporâneos**. Petrópolis/RJ: Vozes, 1997.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FERREIRA, Naura S. Carapeto (org.). **Gestão democrática da educação: atuais tendências, novos desafios**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

GANDIN, Danilo. **A prática do planejamento participativo**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2001.

LÜCK, Heloísa. **Dimensões da gestão escolar e suas competências**. Curitiba: Editora Positivo, v. 1, 2009.

LÜCK, Heloísa. **A Gestão Participativa na Escola**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2006. (Série: Cadernos de Gestão).

SANDER, Benno. Gestão educacional: concepções em disputa. **Retratos da Escola**, v. 3, n. 4, 2012.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão democrática na escola pública**. São Paulo: Ática, 1997.

DISCIPLINA: SEMINÁRIO DE PESQUISA I				
PEDAGOGIA				
Créditos:	Carga horária total:	Carga horária/distribuição:		
2	30	Teórica	Prática de Formação	Total
		30	-	30
Pré-requisito:		<input checked="" type="checkbox"/> NÃO	<input type="checkbox"/> SIM	
EMENTA				
Espaço institucional para o desenvolvimento, aprimoramento e apresentação da versão preliminar do Trabalho de Conclusão de Curso. Estudo e prática da apresentação dos resultados parciais do Trabalho de Conclusão de Curso, em seminários envolvendo a todos os estudantes, considerando as possíveis naturezas e objetivos diversos de cada trabalho.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
FAZENDA, Ivani. (Org.). Metodologia da pesquisa educacional . 7. ed. São Paulo: Cortez, 2001.				
LAKATOS, E; MARCONI, M. de A. Fundamentos de metodologia científica . 6. ed. 4. reimpr. São Paulo: Atlas, 2007.				
LAKATOS, E; MARCONI, M. de A. Metodologia do trabalho científico . São Paulo: Atlas, 1992.				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith; GEWANDSZNAJDER, Fernando. O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa . São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.				
BARBOSA FILHO, C. J.; BARDUNI FILHO, J.; DEZOTTI, M.; CABRAL, S. A. B (Org.). Manual de normas para elaboração de Trabalho de Conclusão de Curso . Universidade do Estado de Minas Gerais – Unidade Acadêmica de Carangola [Produção técnica], 2020, 43 p.				
LÜDKE, M; ANDRÉ, M. E. D. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas . São Paulo: EPU, 1986.				
NUNES, Débora RP. Teoria, pesquisa e prática em Educação: a formação do professor-pesquisador. Educação e Pesquisa , v. 34, p. 97-107, 2008. Disponível em: < https://www.scielo.br/j/ep/a/FWGRqYMpPjZR534tX44h4FH/abstract/?lang=pt >.				
VORRABER, Marisa. Caminhos Investigativos II: Outros modos de pensar e fazer pesquisa em educação . 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina editora, 2007. PARO, Vitor Henrique. Gestão democrática na escola pública . São Paulo: Ática, 1997.				

DISCIPLINA: ENSINO DE HISTÓRIA				
PEDAGOGIA				
Créditos:	Carga horária total:	Carga horária/distribuição:		
6	90	Teórica	Prática de Formação	Total
		60	30	90
Pré-requisito:		<input checked="" type="checkbox"/> NÃO	<input type="checkbox"/> SIM	
EMENTA				

Os princípios históricos, metodológicos e epistemológicos do processo de ensino-aprendizagem em História. A estrutura legal da educação brasileira: PCN - História. Planejamento, execução e avaliação do ensino de História na Educação Infantil, Anos Iniciais do Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos. BNCC e o Ensino de História. O livro didático e o currículo como forma de imposição de uma ideologia de controle social. Atividades de Prática de Formação Docente. Atividades de Prática de Formação Docente. Atividades de Extensão Curricular.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BITTENCOURT, Circe (Org.). **O saber histórico na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2001.

GUIMARÃES, Selva. **Didática e Prática de Ensino de História**: experiências, reflexões e aprendizagens. 13. ed. rev. e ampl. Campinas: Papirus, 2012.

KARNAL, Leandro (Org.). **História na sala de aula**: conceitos, práticas e propostas. 3ª ed. São Paulo: Contexto, 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o ofício do Historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2001.

BRASIL, Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2019. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: História**. Sec. Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997. Disponível no portal do MEC. <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro051.pdf>

FONSECA, Selva G. **Didática e Prática de Ensino de História**. 5. ed. São Paulo: Papirus, 2006.

PENTEADO, Heloisa Dupas. **Metodologia do ensino de história e geografia**. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2017.

PUGAS, Márcia C. Souza e RAMOS, Ana Paula B. **Saberes escolares no ensino de História das séries iniciais**. Disponível em: www.anped.org.br/reunioes/31ra/1trabalho/GT13-5059--_Int.pdf.

RANCIÈRE, Jacques. **O mestre ignorante**: cinco lições sobre a emancipação intelectual. Tradução de Lilian do Valle. 3ª ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

DISCIPLINA: ENSINO DE MATEMÁTICA

PEDAGOGIA

Créditos:	Carga horária total:	Carga horária/distribuição:		
6	90	Teórica	Prática de Formação	Total
		60	30	90
Pré-requisito:		<input checked="" type="checkbox"/> NÃO	<input type="checkbox"/> SIM	

EMENTA

Importância e objetivos do Ensino da Matemática na Educação Básica. Tendências metodológicas para o ensino de Matemática: Resolução de Problemas, Etnomatemática, Modelagem Matemática, Metodologias Ativas no Ensino de Matemática, Uso da História da Matemática no Ensino; Jogos, Brincadeiras e Desafios. Análise e utilização de livros didáticos e paradidáticos. Planejamento e avaliação de atividades didáticas em Matemática. Atividades de Prática de Formação Docente: Laboratório de Matemática. Atividades de Extensão Curricular.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

D'AMBROSIO, Ubiratan. **Da Realidade à ação: Reflexões sobre Educação e Matemática.** São Paulo: Summus, 1988.

FIORENTINI, D. (Org). **Formação de professores de matemática: explorando novos caminhos com outros olhares.** Campinas, São Paulo: mercado de Letras, 2003.

LIMA, Elon Lages. **Matemática e Ensino.** Rio de Janeiro: SBM/IMPA, 2003.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BICUDO, M.A.V. (ORG). **Pesquisa em Educação Matemática: concepções e perspectivas.** São Paulo: Ed. UNESP, 1999

CARVALHO, D.L. **Metodologia do ensino da Matemática.** São Paulo: Cortez, 1990.

FARIAS, C. A.; MENDES, I. A.; ALMEIDA, M. C. **Práticas socioculturais e educação matemática.** São Paulo: Ed. Livraria da Física, 2009 (Coleção Contextos da Ciência).

LORENZATO, Sérgio (Org). **O Laboratório de ensino de matemática.** Campinas, SP: Autores associados, 2006.

LORENZATO, Sérgio. **Para aprender matemática.** Campinas, SP: Autores Associados, 2006.

DISCIPLINA: ORIENTAÇÃO DE ESTÁGIO IV (GESTÃO ESCOLAR)

PEDAGOGIA

Créditos:	Carga horária total:	Carga horária/distribuição:		
2	30	Teórica	Prática de Formação	Total
		30	-	30
Pré-requisito:		[X] NÃO	[] SIM	

EMENTA

As práticas educativas de gestão da escola como espaço de produção do conhecimento. Planejamento. Observação dos processos administrativos e da rotina escolar. Elaboração de projeto administrativo ou execução de atividade(s) prática(s) com a Direção da Escola. Análise de documentos e legislação pertinentes. Reflexão teórico-crítica sobre a realidade observada.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FERREIRA, Naura S. Carapeto (org.). **Gestão democrática da educação: atuais tendências, novos desafios.** 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

LÜCK, Heloísa. **A Gestão Participativa na Escola.** Petrópolis/RJ: Vozes, 2013. (Série: Cadernos de Gestão). (E-book)

PARO, Vítor Henrique. **Gestão democrática na escola pública.** São Paulo: Ática, 1997.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FREITAS, Helena Costa. **O trabalho como princípio articulador na prática de ensino e nos estágios**. Campinas, SP: Papyrus, 1996.

LIBÂNEO, José Carlos. A teoria do ensino para o desenvolvimento humano e o planejamento de ensino. **Revista Educativa**. Goiânia, v. 19, n. 2, p. 353-387, maio/ago. 2016. Disponível em: http://www.cascavel.pr.gov.br/arquivos/17012018_a_teor%C3%ADa_do_ensino_para_o_desenvolvimento_humano_e_o_planejamento_de_ensino.pdf

OLIVEIRA, Dalila Andrade (Org.). **Gestão democrática da educação: desafios contemporâneos**. Petrópolis/RJ: Vozes, 1997.

PETEROSSO, Helena Gemignani; MENESES, João Gualberto de Carvalho (Coord.). **Revisitando o saber e o fazer docente**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005. (E-book).

PIMENTA, Selma Garrido. **O estágio na formação de professores: unidade teoria e prática?** São Paulo: Cortez, 1995.

DISCIPLINA: LITERATURA INFANTIL				
PEDAGOGIA				
Créditos:	Carga horária total:	Carga horária/distribuição:		
4	60	Teórica	Prática de Formação	Total
		60	-	60
Pré-requisito:		<input checked="" type="checkbox"/> NÃO	<input type="checkbox"/> SIM	
EMENTA				
Literatura infantil: concepções e funções. A relação conteúdo e forma na discussão sobre a especificidade da linguagem literária. A formação do leitor e a escolarização da leitura literária. Práticas de leitura literária em contexto escolar: dos critérios de seleção de livros e formas de leitura à organização de espaços e construção de comunidades de leitores literários.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
COSTA, M. M. da. Metodologia do ensino da Literatura infantil . Curitiba: Intersaberes, 2013. (E-book).				
MACEDO, Maria do Socorro Alencar Nunes (org.). A função da literatura na escola: resistência, mediação e formação . São Paulo: Parábola 2021.				
ZILBERMAN, Regina. A literatura infantil na escola . São Paulo: Global, 2006. (Coleção Educação e Pedagogia).(E-book).				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				

COELHO, Nelly Novaes. **Literatura infantil**: teoria, análise, didática. São Paulo: Moderna. 2000.

COLOMER, T. **Introdução à literatura infantil e juvenil atual**. (Trad.) Laura, Sandroni, São Paulo: Global, 2017.

COSSON, Rildo. **Letramento literário**: teoria e prática. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2011. E-book

LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. **Literatura Infantil Brasileira**: uma nova/outra história. PUCPress, 2017.

MARIA, R. L. Mortatti; ESTELA N. M. BERTOLETTI; FERNANDO, R. Oliveira CLÁSSICOS BRASILEIROS SOBRE LITERATURA INFANTIL (1943-1986) - Orgs: (Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2020.) E-book Disponível em: https://ebooks.marilia.unesp.br/index.php/lab_editorial/catalog/book/213

SOARES, Magda. A escolarização da literatura infantil e juvenil. In: EVANGELISTA, Aracy Alves Martins; BRANDÃO, Heliana Maria Brina; MACHADO, Maria Zélia Versiani (orgs). **Escolarização da leitura literária**. 2ª ed., 3ª reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

DISCIPLINA: EDUCAÇÃO, GÊNERO E SEXUALIDADES				
PEDAGOGIA				
Créditos:	Carga horária total:	Carga horária/distribuição:		
2	30	Teórica	Prática de Formação	Total
		30	-	30
Pré-requisito:		[X] NÃO	[] SIM	
EMENTA				
O conceito de gênero e o movimento feminista. Gênero, sexualidades e poder. Escola e a relação com as diferenças. A Educação sexual e a cultura da prevenção; Possibilidades didáticas para o trabalho sobre identidade, corpo e sexualidades dentro e fora da sala de aula. Educação e sexualidade na formação de professores. O professor do sexo masculino na Educação Infantil: percepções e desafios. A construção das masculinidades e feminilidades no cotidiano. Sexualidades e gênero e os artefatos culturais para crianças. A pluralidade das configurações familiares.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
BOURDIEU, Pierre. A dominação masculina: a condição feminina e a violência simbólica Trad. Maria Helena Kuhner – 3º Ed – Rio de Janeiro: Bestbolso, 2016.				
FOUCAULT, Michel. História da Sexualidade I: a vontade de saber . Rio de Janeiro: Graal, 1988.				
FURLANI, Jimena. Educação sexual na sala de aula : Relações de gênero, orientação sexual e igualdade étnico-racial numa proposta de respeito às diferenças Autêntica Editora. 2011.				
LOURO, Guacira Lopes. Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista 16º Ed. Vozes. Petropolis. 1997.				
LOURO, Guacira Lopes, FELIPE, Jane, GOELLMER, Silvana Vilondre. Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação . Editora vozes Petrópolis 2005.				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				

ARCARI, Carolina. **Gogô, de onde vem os bebês?** 2º ed. Curitiba Editora e Consultoria Caqui. 2021.

ARCARI, Carolina. **Pipo e Fifi: Ensinando proteção contra violência sexual.** 9º ed. Curitiba Editora e Consultoria Caqui. 2021.

BROCHMANN Nina, DAHL, STOKKEN. Ellen. **Um guia alegre e sincero sobre a puberdade.** Tradução: Kristin Garrubo. 1º Ed. São Paulo. Editora: Seguinte, 2021.

FERRARI. Pri. **Coisa de menino.** 1º Ed. São Paulo. Editora: Companhia das Letrinhas. 2017

FILHA, Constantina Xavier. **Sexualidades, gênero e diferenças na educação das infâncias** (org). Campo Grande, MS. Editora. UFMS, 2012.

JABLONKA, Ivan. Homens justos: **Do patriarcado às novas masculinidades.** Tradução: Júlia da Rosa Simões. 1º ed. São Paulo. Ed. Todavia 2021.

LANDINI. Tatiana Savoia. **O professor diante da violência sexual.** São Paulo: Cortez, 2011 (Coleção educação e saúde, v.4).

LARROSA, Jorge Bondía. **Notas sobre a experiência e o saber de experiência.** Tradução: João Wanderley Geraldi. Revista Brasileira de Educação, nº 19, p 20-28, Jan/Fev/Marc/Abr. 2002.

MAXEINER, Alexandra. **É tudo Família: sobre a filha da nova namorada, sobre o irmão da ex-mulher do papai e outros parentes.** Porto Alegre. RS. L&PM, 2019.

PLANTEL, EQUIPO. **As mulheres e os homens.** Editora: Boitatá. 2016.

RAMOS, Joaquim. **Gênero na Educação Infantil. Relações (Im)possíveis para professores homens.** Jundiaí, Paco Editorial. 2017.

SCOOT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica.** Revista Educação e Realidade. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721/40667> acesso em 21 de mar de 2022.

SELTON. Ana Paula. **Meninas Incríveis: As histórias de meninas reais que fazem a diferença.** Ed. Pólen. São Paulo, 2019.

DISCIPLINA: TÓPICOS EM EDUCAÇÃO: DIREITOS HUMANOS, SOCIEDADE E MEIO AMBIENTE

PEDAGOGIA

Créditos:	Carga horária total:	Carga horária/distribuição:		
4	60	Teórica	Prática de Formação	Total
		60	-	60
Pré-requisito:		[X] NÃO	[] SIM	

EMENTA

Educação e Complexidade. Direitos Humanos e o direito à educação. Direitos Humanos, sustentabilidade e meio ambiente. Inclusão, diversidade e cidadania. O papel da educação na construção de uma cultura de promoção e garantia dos Direitos Humanos e da Educação Ambiental na vida em sociedade.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FREITAS, F. e S. de. **A Diversidade Cultural como Prática na Educação**. Editora Intersaberes 2012.

GUIMARÃES, M. **A formação de educadores ambientais**. Papirus Editora, 2020, 172 p.

TARDIF, M.; LESSARD, C. **O trabalho docente**: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2014. 317 p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ASSEMBLEIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Unicef: Brasil, 1948. Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>>.

FAZENDA, I. (ORG.). **Didática e interdisciplinaridade**. Papirus Editora 2015.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2011. 143 p.

MORIN, E. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 2. ed. rev. São Paulo: Cortez, 2011. 102 p.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos da Água**. 1992. Disponível em: <http://www.cecol.fsp.usp.br/dcms/uploads/arquivos/1483371864_ONU-Declara%C3%A7%C3%A3o%20Universal%20dos%20Direitos%20da%20%C3%81gua.pdf>.

DISCIPLINA: EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

PEDAGOGIA

Créditos:	Carga horária total:	Carga horária/distribuição:		
2	30	Teórica	Prática de Formação	Total
		30	-	30
Pré-requisito:		<input checked="" type="checkbox"/> NÃO	<input type="checkbox"/> SIM	

EMENTA

Raça, cor e etnia no Brasil. Identidade e cultura afro-brasileira. Relações étnico-raciais e educação. Racismo, branquitude e educação. Desigualdades educacionais e raciais. Legislação educacional. Leis 10.639/03 e 11.645/08. Currículo e diversidade.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ABROMOWICZ, Anete; BARBOSA, Lúcia Maria de Assunção; SILVERIO, Valter Roberto (Org.). **Educação como prática da diferença**. Campinas: Armazém do Ipê, 2006.

FELINTO, Renata. **Culturas africanas e afro-brasileiras em sala de aula: saberes para os professores, fazeres para os alunos: religiosidade, musicalidade, identidade e artes visuais**. Belo Horizonte: Fino traço, 2012.

NASCIMENTO, Elisa Larkin. **Afrocentricidade**: uma abordagem epistemológica inovadora. São Paulo: Selo Negro, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

NASCIMENTO, Elisa Larkin. **A matriz africana do mundo**. São Paulo: Selo Negro, 2008 - Coleção Sankofa.

NASCIMENTO, Elisa Larkin. **Cultura em movimento: matrizes africanas e ativismo negro no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2008.

NASCIMENTO, Elisa Larkin. **O sortilégio da cor: identidade, raça e gênero no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2003.

SILVA, Kelly da; ARANTES, Shirley de Lima Ferreira; MIRANDA, Vanessa Regina Eleutério (org.). **Ações afirmativas e relações étnico-raciais**. Belo Horizonte: EdUEMG, 2017.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS. Pró-Reitoria de Ensino e Extensão. **Construção de identidade e inclusão social do afro-brasileiro: V**. Belo Horizonte: UEMG, 2009.

DISCIPLINA: SEMINÁRIO DE PESQUISA II

PEDAGOGIA

Créditos:	Carga horária total:	Carga horária/distribuição:		
2	30	Teórica	Prática de Formação	Total
		30	-	30
Pré-requisito:		[X] NÃO	[] SIM	

EMENTA

Espaço institucional para o desenvolvimento, aprimoramento e apresentação da prévia da versão final do Trabalho de Conclusão de Curso. Normas para elaboração e apresentação do Trabalho de Conclusão de Curso. Exercício de construção e organização de slides a serem utilizados na defesa dos respectivos Trabalhos de Conclusão de Curso. Apresentação dos resultados obtidos/produzidos, em seminários envolvendo a todos os estudantes.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FAZENDA, Ivani. (Org.). **Metodologia da pesquisa educacional**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

LAKATOS, E; MARCONI, M. de A. **Fun damentos de metodologia científica**. 6. ed. 4. reimpr. São Paulo: Atlas, 2007.

LAKATOS, E; MARCONI, M. de A. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Atlas, 1992.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith; GEWANDSZNAJDER, Fernando. **O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

BARBOSA FILHO, C. J.; BARDUNI FILHO, J.; DEZOTTI, M.; CABRAL, S. A. B (Org.). **Manual de normas para elaboração de Trabalho de Conclusão de Curso**. Universidade do Estado de Minas Gerais – Unidade Acadêmica de Carangola [Produção técnica], 2020, 43 p.

LÜDKE, M; ANDRÉ, M. E. D. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

NUNES, Débora RP. Teoria, pesquisa e prática em Educação: a formação do professor-pesquisador. **Educação e Pesquisa**, v. 34, p. 97-107, 2008. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ep/a/FWGRqYMPjZR534tX44h4FH/abstract/?lang=pt>>.

VORRABER, Marisa. **Caminhos Investigativos II: Outros modos de pensar e fazer pesquisa em educação**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina editora, 2007.

Apêndice 02 – EMENTÁRIO DAS DISCIPLINAS OPTATIVAS

DISCIPLINA: ALTERNÂNCIAS EDUCATIVAS				
PEDAGOGIA				
Créditos:	Carga horária total:	Carga horária/distribuição:		
2	30	Teórica	Prática de Formação	Total
		30	-	30
Pré-requisito:		[X] NÃO	[] SIM	
EMENTA				
Antecedentes Históricos do Processo de Formação por Alternância. Princípios Políticos e Pedagógicos dos processos de Formação por Alternância. A Expansão da Alternância na Educação do Campo. Práticas de Formação por Alternância.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
SILVA, Lourdes Helena. As Experiências de Formação de Jovens do Campo: Alternância ou Alternâncias? Curitiba: Editora CRV, 2012.				
GIMONET, Jean-Claude. Praticar e compreender a Pedagogia da Alternância dos CEFFAs. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.				
MARTINS, Maria de Fátima Almeida. Educação do Campo: trabalho e formação em alternância.				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
ARACY ALVES MARTINS; MARIA ISABEL ANTUNES-ROCHA. Educação do campo: Desafios para a formação de professores.. Autêntica Editora 2013 (E-book)				
ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna. Por uma educação do Campo. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.				
GHEDIN, Evandro. Educação do Campo. Epistemologia e Práticas. São Paulo: Cortez, 2012, 448p.				
DIAS, Rafaela Radael; MARTINS, Thatiane Vieira. EDUCACAO DO CAMPO: PRATICAS EM EDUCACAO DO CAMPO. [S.l.] FAFILE, 2013. 36P				
SILVA, Lourdes Helena da; SILVA, Diego Gonzaga Duarte da Silva; MIRANDA, Élide Lopes; CARVALHO, Josiane das Graças; PRADO, Daniela Queiróz do; LIMA, Sthefani Loti Paiva. A licenciatura em educação do campo na Universidade Federal de Viçosa: sujeitos, representações e práticas pedagógicas. Paraíba, PI: Acadêmica Editorial, 2022. E-book.				

DISCIPLINA: CINEMA E EDUCAÇÃO				
PEDAGOGIA				
Créditos:	Carga horária total:	Carga horária/distribuição:		
2	30	Teórica	Prática de Formação	Total
		30	-	30
Pré-requisito:		[X] NÃO	[] SIM	
EMENTA				
Audiovisual, infância e juventude. O cinema como arte: a hipótese de alteridade, a pedagogia da criação. O audiovisual como espaço/tempo de ensino e aprendizagem, como sistema de linguagem no registro da realidade				

social e instrumento crítico de educação social. Iniciativas e projetos contemporâneos de cinema e educação dentro e fora da escola.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CASTRO TEIXEIRA, Inês Assunção de; LOPES, José de Sousa Miguel. **A escola vai ao cinema**. Autêntica, 2017.

LOORO, A. P. **Jogos e brincadeiras: pluralidades interventivas**. Editora Intersaberes, 2018. (Ebook)

MAIA, T. de A; HERAS, B. de Las. **As imagens na história: o cinema e a fotografia nos séculos XX e XXI**. Editora EdiPUC-RS, 2021. (Ebook)

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ABREU, Andrea Vicente Toledo. **Cinema e memória em Cataguases: de Humberto Mauro ao Polo Audiovisual**. Curitiba: Brazil Publishing, 2020.

DUARTE, R; ALEGRIA, J. **Formação Estética Audiovisual: um outro olhar para o cinema a partir da educação**. Educação e Realidade: Dossiê Cinema e Educação, Porto Alegre, v. 33, n. 1, p. 59-80, jan./jun. 2008.

FANTIN, M; GIRARDELLO, G. (Orgs.). **Liga, roda, clica: Estudos em mídia, cultura e infância**. Papyrus Editora, 2013.

FRESQUET, A; MIGLIORIN, C. **Pontes e caminhos “entre” a realidade e a imaginação**. In: FRESQUET, A. Cinema e Educação: reflexões e experiências com estudantes de educação básica, dentro e “fora” da escola. 1º edição, Rio de Janeiro: Autêntica, 2013.

GILBERTO, A. S. (ORG.). **Cinemas em redes: Tecnologia, estética e política na era digital**. Papyrus Editora, 2020.

DISCIPLINA: EDUCAÇÃO POPULAR E MOVIMENTOS SOCIAIS

PEDAGOGIA

Créditos:	Carga horária total:	Carga horária/distribuição:		
2	30	Teórica	Prática de Formação	Total
		30	-	30
Pré-requisito:		<input checked="" type="checkbox"/> NÃO	<input type="checkbox"/> SIM	

EMENTA

Fundamentos da Educação Popular, o campo da Educação Popular e seus significados. Experiência como categoria ontológica da formação do sujeito social. Movimentos sociais e suas contribuições na formação do Brasil. Movimentos sociais clássicos. Atuais conceitos sobre os movimentos sociais. Articulação dos movimentos sociais na cidade e no campo. A função formadora dos movimentos sociais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

GOHN, M. G. **Movimentos sociais e educação**. São Paulo: Cortez, 1992.

GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Em campo aberto**: escritos sobre a educação e a cultura popular. São Paulo: Cortez, 1995.

FÁVERO, Osmar. **Cultura popular e educação popular** – memória dos anos 60. Rio de Janeiro, Graal, 1983.

GOHN, Maria da Glória. (org.). **Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo**. Petrópolis, RJ, Vozes, 2010.

LUKÁCS, Georg. **História e consciência de classe**: estudos de dialéctica marxista. Porto: Publicações Escorpião, 1974.

THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa**: a árvore da liberdade. 6ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

THOMPSON, Edward Palmer. **Miséria da teoria ou um planetário de erros**: uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1981.

DISCIPLINA: FORMAÇÃO E PRÁTICA DOCENTE

PEDAGOGIA

Créditos:	Carga horária total:	Carga horária/distribuição:		
2	30	Teórica	Prática de Formação	Total
		30	-	30
Pré-requisito:		<input checked="" type="checkbox"/> NÃO	<input type="checkbox"/> SIM	

EMENTA

Docência, Educação e Profissão. Educação e Humanidade/Sociedade. Ciência, Educação e Ambiente. Formação Inicial e Continuada de Professores. Avaliação da aprendizagem. Identidade e Prática Docente.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALARCÃO, Isabel. **Professores reflexivos em uma escola reflexiva**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011. 110 p.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem**: componente do ato pedagógico. São Paulo: Cortez, 2011.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: Cortez, 2. ed. rev., 2011. 102 p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

GATTI, Bernadete Angelina; SILVA JÚNIOR, Celestino Alves; NICOLETTI, Maria da Graça; PAGOTTO, Maria Dalva Silva (Orgs.). **Por uma política nacional de formação de professores**. 1. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2013.

MARTINS, Lígia Márcia; DUARTE, Newton (Orgs.). **Formação de professores**: limites contemporâneos e alternativas necessárias. 1. ed. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

MOREIRA, Antonio Flavio Barbosa. **Currículo**: políticas e práticas. 13. ed. Campinas: Papyrus, 2013.

PAVIANI, Jayme. **Problemas de filosofia da educação**: o cultural, o político, o ético na escola, o pedagógico, o epistemológico no ensino. 8. ed., Caxias do Sul: Educs, 2010.

TRISTÃO, Martha. Uma abordagem filosófica da pesquisa em educação ambiental. **Revista Brasileira de Educação**, v. 18, n. 55, p. 847-860, 2013. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbedu/a/4JrzD84h6GSWzmf7VLVbchP/?format=pdf&lang=pt>>.

DISCIPLINA: FUNDAMENTOS FILOSÓFICOS DA PRÁXIS EDUCACIONAL				
PEDAGOGIA				
Créditos:	Carga horária total:	Carga horária/distribuição:		
2	30	Teórica	Prática de Formação	Total
		30	-	30
Pré-requisito:		[X] NÃO	[] SIM	
EMENTA				
Filosofia e Pedagogia. Fundamentos filosóficos das práticas e discursos pedagógicos. Ética e Epistemologia das relações de ensino e aprendizagem. Educação Clássica. Princípios da escolarização moderna. Debates contemporâneos na Filosofia educacional.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
MASSCHELEIN, Jan; SIMONS, Maarten. Em defesa da escola: uma questão pública . BeloHorizonte: Autêntica Editora, 2014.				
RANCIÈRE, Jacques. O mestre ignorante: cinco lições sobre a emancipação intelectual . Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.				
RIOS, Terezinha Azerêdo. Ética e competência . Sao Paulo: Cortez, 2001.				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
AGOSTINHO. De Magistro . SP: Editora Abril, 1980 (Col. Os Pensadores).				
ARENDRT. H. Entre o passado e o futuro . SP: Perspectiva, 2014.				
JAEGER, Werner. A formação do homem grego . São Paulo: Fontes, 2001.				
KANT. I. Sobre a pedagogia . Piracicaba: Editora Unimep, 1996.				
NIETZSCHE. F. Escritos sobre Educação . RJ: Loyola, 2003.				
ROUSSEAU. J. Emílio ou Da Educação . SP: Martins Fontes, 1995.				

DISCIPLINA: PEDAGOGIA HISTÓRICO-CRÍTICA E PSICOLOGIA HISTÓRICO CULTURAL: FUNDAMENTOS PARA A PRÁTICA PEDAGÓGICA				
PEDAGOGIA				
Créditos:	Carga horária total:	Carga horária/distribuição:		
2	30	Teórica	Prática de Formação	Total
		30	-	30
Pré-requisito:		[X] NÃO	[] SIM	
EMENTA				
Escola e Saber Objetivo na perspectiva Histórico-Crítica. Natureza e especificidade da educação. A pedagogia Histórico-Crítica e a Educação Escolar. Psicologia Histórico-Cultural: conceitos. Periodização do desenvolvimento psíquico. Fundamentos didáticos metodológicos. Diversidade e movimentos sociais e Pedagogia Histórico-Crítica. A infância para a Psicologia Histórico-Cultural e para a Pedagogia Histórico Crítica. Pedagogia Histórico-Crítica e a formação de professores. A Prática Pedagógica Histórico-Crítica: na Educação Infantil e Ensino Fundamental. Currículo e Pedagogia Histórico-Crítica. Práticas atuais com base na Pedagogia Histórico-Crítica e na Psicologia Histórico-Cultural.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				

SAVIANI, D. **Escola e Democracia**. Campinas-SP. Autores Associados, 2008.

SAVIANI, D. **Pedagogia Histórico-Crítica**: primeiras aproximações. Campinas-SP. Autores Associados, 2013.

VYGOTSKY, Lev. **Pensamento e Linguagem**. São Paulo, SP: Martins Fontes, 1993.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

DERMEVAL SAVIANI. **Pedagogia histórico-crítica, quadragésimo ano**: novas aproximações. Editora Autores Associados. 2020.

GALVÃO, A. C.; LAVOURA, T. N.; MARTINS, L. M. **Fundamentos da didática histórico-crítica**. Autores Associados, 2019.

GALVÃO, A. C.; SANTOS JÚNIOR, C L.; COSTA, L. Q.; LAVOURA, T N.. **Pedagogia histórico-crítica: 40 anos de luta por escola e democracia: volume 1**. Editora Autores Associados, 2021.

MARSIGLIA, A. C. G.; BATISTA, E. L. (ORGs). **Pedagogia Histórico-crítica**: desafios e perspectivas para uma educação transformadora. Campinas-SP. Autores Associados, 2012.

MARSIGLIA, A. C. G. (ORGs). **Infância e Pedagogia Histórico-crítica**. Campinas-SP. Autores Associados, 2013.

MARSIGLIA, A. C. G. **A Prática Pedagógica Histórico-Crítica**: na educação infantil e ensino fundamental. Campinas-SP. Autores Associados, 2011. Disponível em: <http://www.afoiceemartelo.com.br/posfsa/autores/Marsiglia,%20Ana%20Carolina/A%20pratica%20pedagogica%20historico-critica.pdf>

MARTINS, L. M. **O Desenvolvimento do Psiquismo e a Educação Escolar**: contribuições à luz da Psicologia Histórico-Cultural e da Pedagogia Histórico-Crítica. Campinas-SP. Autores Associados, 2013.

MARTINS, L. M.; ABRANTES, A. A.; FACCI, M. G. D. (ORGs). **Periodização histórico-cultural do desenvolvimento psíquico**: do nascimento à velhice. Campinas-SP. Autores Associados, 2017. (EBOOK)

MATOS, N. S. D.; SILVA, J. C.; SOUSA, J. F. A. **Pedagogia histórico-crítica**: revolução e formação de professores. Editora Autores Associados, 2020.

DISCIPLINA: PESQUISA COM O COTIDIANO ESCOLAR

PEDAGOGIA

Créditos:	Carga horária total:	Carga horária/distribuição:		
2	30	Teórica	Prática de Formação	Total
		30	-	30
Pré-requisito:		[X] NÃO	[] SIM	

EMENTA

Profissão docente na atualidade e o campo da pesquisa crítica e pós-crítica. O processo de pesquisa das práticas educativas em diversos cenários escolares. Usos, tática e as artes de fazer nas pesquisas com o cotidiano. As pesquisas no/do o cotidiano escolar. Questões teórico-metodológicas da observação e da prática educacional.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALVES, Nilda; OLIVEIRA, Inês Barbosa de. (Orgs.). **Pesquisa no/do cotidiano das escolas**: sobre redes de saberes. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano I – Artes de fazer**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

FERRAÇO, Carlos Eduardo; PEREZ, Carmem Lucia Vidal; OLIVEIRA, Inês Barbosa de. **Aprendizagens cotidianas com a pesquisa: novas reflexões em pesquisa com os cotidianos das escolas.** Petrópolis: DP et Alii, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALVES, Nilda; GARCIA, Regina Leite. **O sentido da Escola.** Petrópolis, RJ: DP et Alii, 2016.

AZEVEDO, Joanir Gomes; ALVES, Neila Guimarães. **Formação de professores: possibilidades do imprevisível.** Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

DE OLIVEIRA, Inês Barbosa; SGARBI, Paulo. **Estudos do cotidiano & Educação.** Autêntica, 2018.

ROCKWELL, Elsie. “Etnografia e teoria na pesquisa educacional”, em ROCKWELL, Elsie & EZPELETA, Justa. **Pesquisa Participante.** São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1986. P. 31-55.

VORRABER, Marisa. **Caminhos Investigativos II. Outros modos de pensar e fazer pesquisa em educação.** 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina editora, 2007.

DISCIPLINA: PRÁTICAS EDUCATIVAS DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

PEDAGOGIA

Créditos:	Carga horária total:	Carga horária/distribuição:		
2	30	Teórica	Prática de Formação	Total
		30	-	30
Pré-requisito:		<input checked="" type="checkbox"/> NÃO	<input type="checkbox"/> SIM	

EMENTA

O Analfabetismo e a Educação Básica no contexto Histórico e Político Brasileiro. Legislação. Os caminhos percorridos pela EJA na Educação Brasileira no Sistema de Ensino e nos Movimentos Sociais. As metodologias de ensino, os métodos, sistema avaliativo e técnicas. O jovem e o adulto na perspectiva da realidade histórico-social. Processos de Construção de leitura e escrita em jovens e adultos. Formação Continuada dos professores em EJA.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1987.

RUMMERT, Sonia Maria (Org.) **Educação de jovens e adultos trabalhadores: história, lutas e direito em risco.** Uberlândia: Navegando Publicações, 2019. Disponível em: <https://www.editoranavegando.com/livro-educacao-de-jovens-e-adultos> Acesso em: 22 abr. 2022

SOARES, Leôncio (Org.). **Educação de jovens e adultos - O que revelam as pesquisas.** Autêntica; 1ª edição, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRASIL. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação básica.** 2013. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13448-diretrizes-curiculares-nacionais-2013-pdf&Itemid=30192 Acesso em: 20 abr. 2022.

FREIRE, Paulo. **A Importância do Ato de Ler:** em três artigos que se completam. São Paulo: Cortez, 1997.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia:** saberes necessários à prática educativa. 28. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996. (Coleção Leituras).

RUMMERT, Sonia Maria. **Processos de aprendizagem de jovens e adultos da classe trabalhadora:** contribuições à escola emancipadora. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2014. Disponível em: https://curitiba.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2019/05/Processos_de_Aprendizagem.pdf Acesso em: 20 abr. 2022.

VENTURA, Jaqueline. A EJA e os desafios da formação docente nas licenciaturas. **Revista da FAEBA – Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 21, n. 37, p. 71-82, jan./jun. 2012. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/faeaba/article/view/458/398> Acesso em: 20 abr. 2022.

DISCIPLINA: PSICOMOTRICIDADE: O CORPO NO BRINCAR				
PEDAGOGIA				
Créditos:	Carga horária total:	Carga horária/distribuição:		
2	30	Teórica	Prática de Formação	Total
		30	-	30
Pré-requisito:		[X] NÃO	[] SIM	
EMENTA				
<p>Conceito e Histórico da Psicomotricidade, as bases anátomo-funcionais do corpo no brincar. O corpo e o Outro, controle motor e tônico. Estruturação do espaço, do ritmo, das coordenações, da habilidade motora, transtornos psicomotores e suas características. O corpo no Imaginário, no Simbólico e no Real. Exame motor e o Brincar no âmbito psicomotor.</p>				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
<p>GALLAHUE, David; OZMUN, John C.; GOODWAY, Jacqueline D. Compreendendo o Desenvolvimento Motor: Bebês, Crianças, Adolescentes e Adultos. AMGH; 7ª edição. 2013.</p> <p>KISHIMOTO, Tizuko Morchida. O Brincar e suas teorias. São Paulo: Cengage Learning, 2012.</p> <p>LOVISARO, Martha. A Psicomotricidade Aplicada na Escola – Guia Prático de Prevenção. 2. Ed. Rio de Janeiro: Walk Editora, 2014.</p>				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
<p>MARTINS, L. M.; ABRANTES, A. A.; FACCI, M. G. D. (ORGs). Periodização histórico-cultural do desenvolvimento psíquico: do nascimento à velhice. Campinas-SP. Autores Associados, 2017. (E-BOOK)</p> <p>KISHIMOTO, Tizuko Morchida(Org.). Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação. 8 ed. São Paulo: Cortez. 2005. 183 p.</p> <p>PIAGET, Jean. Construção do Real na Criança. 3.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.</p> <p>WINNICOTT, Donald W. O Brincar e a Realidade. Imago. Rio de Janeiro, 1975.</p> <p>NEGRINI, AIRTON . Corpo na educação infantil. Editora Educus 2002. (E-BOOK)</p>				

DISCIPLINA: QUÍMICA E ENSINO DE CIÊNCIAS				
PEDAGOGIA				
Créditos:	Carga horária total:	Carga horária/distribuição:		
2	30	Teórica	Prática	Total
		15	15	30

Pré-requisito:	<input checked="" type="checkbox"/> NÃO	<input type="checkbox"/> SIM
EMENTA		
Alfabetização Científica. Conhecimento científico e conhecimento popular/senso comum. Ciências e a vida cotidiana. Fundamentos da Química. Matéria. Química e Meio Ambiente. Química e Educação Ambiental. A Química no Ensino de Ciências. Experimentação. Investigação. Aspectos qualitativos e quantitativos da Química. Tabela periódica. Estequiometria. Noções básicas de laboratório.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
CARVALHO, Geraldo Camargo de. Química moderna . 1.ed. [S.l.] Scipione, 2002. 687p. GEWANDSZNAJDER, Fernando. O método nas ciências naturais . São Paulo: Ática, 2010. RUSSELL, John Blair. Química Geral . 2 ed. [S.l.] Pearson Education, 1994.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
ATKINS, Peter; JONES, Loretta; LAVERMAN, Leroy. Princípios de Química: Questionando a Vida Moderna e o Meio Ambiente . Bookman Editora, 2018. BELLINI, Luzia Marta. Educação ambiental como educação científica no processo educativo escolar. Educar em revista , p. 99-110, 2002. Disponível em: < https://www.scielo.br/j/er/a/RpNPPQxc8gn7rbQWvjBS5RB/?lang=pt >. DULLEY, Richard Domingues. Noção de Natureza, Ambiente, Meio Ambiente, Recursos Ambientais e Recursos Naturais. Agricultura em São Paulo , v. 51, n. 2, p. 15-26, 2004. GAUDÊNCIO, Jéssica S. et al. Teorias de aprendizagem no ensino de Química: uma revisão de literatura a partir de artigos da revista Química Nova na Escola (QNEsc). Química Nova na Escola – QNEsc , 2022. MATEUS, Alfredo Luis. Química na cabeça . 1 ed. [S.l.] UFMG, 2001. 127 p.		

DISCIPLINA: TRABALHO E EDUCAÇÃO				
PEDAGOGIA				
Créditos:		Carga horária total:		Carga horária/distribuição:
2		30		Teórica
				Prática
				Total
		30		--
				30
Pré-requisito:			<input checked="" type="checkbox"/> NÃO	<input type="checkbox"/> SIM
EMENTA				
O mundo do trabalho e a formação humana. Fundamentos da Economia Política. As relações históricas entre educação, economia e sociedade. Trabalho, conhecimento e os processos educativos na história brasileira. O emprego no contexto da globalização do capital e as dimensões ética, política e econômica da qualificação da força de trabalho. A produção social da vida humana pelo trabalho e as práticas educativas que ocorrem no plano institucional e nas diversas instâncias dos movimentos sociais. O direito do trabalhador à educação e as perspectivas históricas e ontológicas da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil. Trabalho como princípio educativo. Educação e Politecnia.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
MANACORDA, M. A. Marx e a pedagogia moderna. Campinas: Editora Alínea, 2007. MÉSZÁROS, István. A educação para além do capital . Tradução Isa Tavares. 2. Ed. Revisada e ampliada. São Paulo: Boitempo, 2008. PISTRAK, M. M. Fundamentos da escola do Trabalho . Tradução de Daniel Aarão Filho. São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2000.				

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ANDERSON, P. Balanço do Neoliberalismo. In: GENTILI, P.; SADER, E. **Pós-Neoliberalismo: As políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 9-23.

ANTUNES, R.; ALVES, G. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. **Educação & Sociedade**: Campinas, vol. 25, n. 87, p. 335-351, maio/ago. 2004 Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/FSqZN7YDckXnYwfqSWqgGpp/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 17 abr. 2022.

ANTUNES, Ricardo (org.). **A dialética do trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

CIAVATTA, Maria. **Mediações históricas de trabalho e educação: gênese e disputas na formação dos trabalhadores (Rio de Janeiro, 1930-60)** – Rio de Janeiro: Lamparina, CNPq, Faperj, 2009.

FERRETTI, C. J. O pensamento educacional em Marx e Gramsci e a concepção de politecnia. **Trabalho, Educação e Saúde**; Rio de Janeiro, v. 7, suplemento, p. 105-128, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tes/a/GTK93QB5JvKdcccjXjyfNyP/?lang=pt> Acesso em: 17 abr. 2022.

GOMES, C. M. et al. **Trabalho e conhecimento: dilemas na educação do trabalho**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1989.

GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

LUKÁCS, Georg. **História e consciência de classe: estudos de dialética marxista**. Porto: Publicações Escorpião, 1974.

MONASTA, A. **Antonio Gramsci**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.154 p.: il. – (Coleção Educadores) Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me4660.pdf> Acesso em: 17 abr. 2022.

SAVIANI, D. O choque teórico da politecnia. **Trabalho, Educação e Saúde**. Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 131-152, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tes/a/zLgxprrzCX5GYtgFpr7VbhG/?lang=pt>. Acesso em: 17 abr. 2022.

THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa: a árvore da liberdade**. 6ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

THOMPSON, Edward Palmer. **Miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser**. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1981.

DISCIPLINA: TÓPICOS ESPECIAIS EM EDUCAÇÃO

PEDAGOGIA

Créditos:	Carga horária total:	Carga horária/distribuição:		
2	30	Teórica	Prática	Total
		30	--	30
Pré-requisito:		[X] NÃO	[] SIM	

EMENTA

Disciplina abordando tópicos variáveis: Conceitos Educacionais, Tendências pedagógicas, desenvolvimento e técnicas em Educação. A ementa, a bibliografia básica e complementar será apresentada ao colegiado do curso e ao departamento no semestre anterior ao seu oferecimento para ser submetido à avaliação e aprovação, considerando as diretrizes vigentes.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

A bibliografia básica será apresentada ao colegiado do curso e ao departamento no semestre anterior ao seu oferecimento.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

A bibliografia complementar será apresentada ao colegiado do curso e ao departamento no semestre anterior ao seu oferecimento.

Apêndice 03 –REGULAMENTO DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO

CAPÍTULO I DA ORIENTAÇÃO DE ESTÁGIO

Art. 1º O Estágio Curricular Supervisionado se constitui uma atividade teórico-prática do processo de ensino-aprendizagem que visa assegurar aos graduandos, experiência de exercício profissional que ampliem e fortaleçam atitudes éticas, conhecimentos e competências na área de atuação, conforme estabelece o inciso IV do artigo 8º da Resolução CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006.

I O estágio supervisionado curricular, como procedimento didático-pedagógico, é uma atividade intrinsecamente articulada com as demais atividades acadêmicas. A concepção que dá alicerce para o estágio supervisionado está fundamentada no princípio da ação-reflexão-ação e também da interação social.

II O estágio supervisionado será realizado, a partir do 4º semestre letivo do curso, de modo a assegurar aos graduandos, experiência de exercício profissional em ambientes escolares e não escolares, ampliando e fortalecendo atitudes éticas, conhecimentos e competências.

CAPÍTULO II DAS ÁREAS DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO

Art. 2º O Estágio Supervisionado, componente curricular obrigatório do curso de Pedagogia, será desenvolvido nas seguintes áreas, conforme o Projeto Político Pedagógico do aludido curso:

- I – Estágio Supervisionado I (Educação Infantil);
- II – Estágio Supervisionado II (Anos Iniciais do Ensino Fundamental);
- III – Estágio Supervisionado III (Educação do Campo ou Educação Especial);
- IV – Estágio Supervisionado IV (Gestão Escolar).

Art. 3º O Estágio Supervisionado Curricular é caracterizado como um conjunto de atividades de práticas pré-profissionais, exercidas em situações reais de trabalho, sem vínculo empregatício, atendo aos dispositivos da Lei nº. 11.788, de 25 de setembro de 2008.

Parágrafo Único. A integralização da carga horária do estágio incluirá as horas destinadas ao planejamento, orientação paralela e avaliação das atividades, realizadas sob a responsabilidade do professor da disciplina de Orientação de Estágio do curso de Pedagogia.

CAPÍTULO III DOS OBJETIVOS E DAS DIRETRIZES DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO

Art. 4º O Estágio Supervisionado tem como objetivos:

- I – Observar a dinâmica escolar e o processo de ensino e aprendizagem por meio da observação e intervenção pedagógica intencional;
- II – Possibilitar ao estagiário a vivência de situações que retratem os desafios do ambiente escolar.

- III – Apresentar atividades que potencializem as habilidades e competências dos discentes visando o seu desenvolvimento cognitivo e emocional;
- IV – Aprimorar a capacidade do estagiário através de propostas que agucem a relação entre teoria e prática em sala de aula.
- V – Viabilizar situações que aproximem o universitário da comunidade, colaborando para integração à realidade social.

Art. 5º O desenvolvimento do Estágio Supervisionado deverá respeitar as seguintes diretrizes:

I O estágio deverá ser realizado individualmente, estabelecendo contato com a realidade do professor e de seus alunos.

II Os/as estagiários/as deverão:

- a) comparecer nas orientações de estágio marcadas com o professor orientador;
- b) realizar contato inicial com a direção da escola para identificar se há a oferta do estágio a ser cursado;
- c) verificar a existência de convênio entre a escola em questão e a UEMG;
- d) cumprir com as determinações presentes neste Regulamento.

III O sistema de controle de estágio, gerado pelo professor de Orientação de Estágio, deverá ter como meta o aprimoramento constante do processo de acompanhamento e avaliação da prática dos estagiários e de sua produção.

CAPÍTULO IV

DA ESTRUTURA DO COMPONENTE E DA CARGA HORÁRIA

Art. 7º A disciplina Orientação de Estágio (I, II, III e IV), no âmbito do Curso de Pedagogia da Universidade do Estado de Minas Gerais – Unidade Carangola, está organizada em quatro semestres e compreende os seguintes componentes curriculares, com respectiva área de estágio e carga horária semestral, a ser iniciado a partir do quarto semestre letivo:

I - Orientação de Estágio I – Educação Infantil, com 105 (cento e cinco) horas de Estágio Supervisionado;

II - Orientação de Estágio II – Anos Iniciais do Ensino Fundamental, com 105 (cento e cinco) horas de Estágio Supervisionado;

III - Orientação de Estágio III – Educação do Campo ou Educação Especial, com 105 (cento e cinco) horas de Estágio Supervisionado;

IV - Orientação de Estágio IV – Gestão Escolar, com 90 (noventa) horas de Estágio Supervisionado.

Parágrafo Único. A carga horária total do Estágio Supervisionado I até o Estágio Supervisionado IV é de 405 horas, conforme disposições legais.

Art. 8º. Para efeito de distribuição da carga horária, teórica e prática, dos componentes de Estágio Supervisionado há de se respeitar o seguinte:

I – Para os componentes curriculares de Estágio Supervisionado I, II e III serão 25 (vinte e cinco) horas de orientação de estágio que perpassam atividades como: leitura de livros e artigos propostos pelo

professor da disciplina, elaboração do plano individual de estágio, apresentações, exposições, planejamento, projetos específicos e elaboração do Relatório Final; e 80 (oitenta) horas de atividades desenvolvidas na escola campo de estágio. A carga horária total (105 horas) ficam distribuídas do seguinte modo:

- a) 25 (vinte e cinco) horas de orientação de estágio;
- b) 25 (vinte e cinco) horas de observação não participante;
- c) 35 (trinta e cinco) horas de observação participante;
- d) 20 (vinte) horas de intervenção pedagógica.

II – Para o componente curricular Estágio Supervisionado IV serão 20 (vinte) horas de orientação de estágio que perpassam atividades como: leitura de livros e artigos propostos pelo professor da disciplina, elaboração do plano de estágio, apresentações, exposições, planejamento, projetos específicos e elaboração do Relatório Final; e 65 (sessenta e cinco) horas de atividades desenvolvidas na escola campo de estágio, distribuídas do seguinte modo:

- a) 20 (vinte) horas de orientação de estágio;
- b) 20 (vinte) horas de observação não participante;
- c) 30 (trinta) horas de observação participante;
- d) 20 (vinte) horas de intervenção pedagógica.

Art. 9º. O exercício da profissão docente é computado como horas de Estágio Curricular obrigatório na seguinte conformidade:

I Atuação Profissional no estágio correspondente entre **01 a 03 anos e onze meses de exercício da profissão docente**, elimina **20% das horas** correspondentes ao estágio determinado, mediante apresentação de Carta de Docência / Declaração da Instituição Escolar.

II Atuação Profissional no estágio correspondente **superior a 04 anos** de exercício da profissão docente elimina **50% das horas** correspondentes ao estágio determinado, mediante apresentação de Carta de Docência / Declaração da Instituição Escolar.

CAPITULO V DOS CAMPOS DE ESTÁGIO

Art. 10 O Estágio Supervisionado Curricular deve ser realizado em estabelecimentos educacionais escolares e não escolares, preferencialmente, públicos situados em Carangola/MG, em municípios circunvizinhos da instituição de ensino onde o aluno está matriculado e/ou na cidade de origem do estudante.

Parágrafo Único: o disposto no caput deste artigo atende aos dispositivos legais que impõem a obrigatoriedade do acompanhamento constante e continuado do professor de estágio, conforme a Lei 11.788/2008.

Art. 11 Para o desenvolvimento do estágio, em relação à entidade concedente, deve-se observar o seguinte:

- I – aceitação das condições de supervisão e avaliação do estágio;
- II – anuência e acatamento das normas disciplinares dos estágios;
- III – aprovação do plano de atividades do estagiário;
- IV – assinatura de Termo de Compromisso² com o estagiário e a UEMG/Carangola.

CAPÍTULO VI DAS ATIVIDADES DE ESTÁGIO

Art. 12 O Estágio Supervisionado, como componente curricular obrigatório, fornece ao aluno, como futuro professor, acesso ao conhecimento das tendências atuais da educação e experiências profissionais por meio do exercício da competência técnica, em três momentos:

- I Na unidade, com o preparo das atividades de estágio;
- II Nas instituições educacionais, efetivando o estágio, com acompanhamento sistemático;
- III Na Unidade, posteriormente, em processo de análise e avaliação.

Art. 13 As atividades desenvolvidas pelo estagiário devem constar no plano de ensino previamente elaborado pelo professor de Orientação de Estágio em conjunto com o Coordenador do Curso de Pedagogia.

Art. 14 As atividades do Estágio Supervisionado serão integradas com as disciplinas do curso.

CAPÍTULO VII DA SUPERVISÃO DO ESTÁGIO

Art. 15 A supervisão de estágio será desenvolvida diretamente pelo professor, por meio de orientação e acompanhamento do estagiário, mediante observação contínua das atividades desenvolvidas nos campos de estágio, ao longo de todo o processo, desde sua elaboração até a avaliação do relatório final.

CAPÍTULO VIII DAS ATRIBUIÇÕES

Art. 16 Compete ao Coordenador do Curso de Pedagogia:

- I – Coordenar o planejamento, a execução e a avaliação das atividades pertinentes ao estágio, em conjunto com os demais professores do curso;
- II – Entrar em contato com os estabelecimentos educacionais concedentes de estágio para análise das condições específicas, tendo em vista a celebração de convênios e acordos, quando for o caso;
- III – Providenciar os termos de compromisso a serem firmados entre alunos e instituições concedentes de estágio;
- IV – Organizar e manter atualizado um sistema de documentação e cadastramento de estágio, registrando as instituições envolvidas e o número de estagiários de cada período de estágio;
- V – Cumprir integralmente as normas estabelecidas neste Regulamento.

² Disponível em:

https://www.uemg.br/images/PDFs/Termo_de_compromisso_de_estagio_curricular_obrigatorio-18.11.21.pdf

Art. 17 Compete ao professor de Orientação de Estágio:

- I – Fazer cumprir a programação das atividades pertinentes ao estágio;
- II – Orientar o estagiário na elaboração do plano individual de estágio;
- III – Encaminhar à coordenação do curso, o plano individual de estágio e o Termo de Compromisso de cada aluno para as devidas assinaturas;
- IV – Orientar, acompanhar e avaliar o estagiário no desenvolvimento de todas as atividades relacionadas ao estágio;
- V – Estabelecer um sistema de acompanhamento permanente com os profissionais responsáveis pelos campos de estágio;
- VI – Supervisionar o estágio por meio de acompanhamento do plano de estágio, por observação contínua, direta e indireta, das atividades programadas nos campos de estágio durante todo o processo;
- VII – Indicar as fontes de pesquisa e de consulta necessárias à solução das dificuldades encontradas;
- VIII – Manter contatos periódicos com a gestão e com o docente de classe das instituições concedentes de estágio, buscando o bom desenvolvimento das atividades, intervindo sempre que necessário;
- IX – Cumprir integralmente as normas estabelecidas neste Regulamento.

Art. 18 Compete ao professor supervisor do campo de estágio:

- I – Introduzir, orientar, acompanhar e organizar as atividades práticas do estagiário na escola;
- II – Oferecer os meios necessários à realização dos trabalhos em sala de aula;
- III – Orientar o estagiário quanto às dificuldades apresentadas;
- IV – Manter contato com o professor de Orientação de Estágio, quando necessário;
- V – Participar de reuniões convocadas pelo professor de Orientação de Estágio ou instâncias superiores a ele;
- VI – Encaminhar a avaliação do estagiário para o professor de Orientação de Estágio.
- VII – Cumprir integralmente as normas estabelecidas neste regulamento.

Art. 19 Compete ao estagiário:

- I – Observar os regulamentos e exigências do campo de estágio.
- II – Elaborar o plano individual de estágio sob orientação do professor;
- III – Permanecer no local do estágio até o final do tempo regulamentado, obedecendo sempre os horários previstos;
- IV – Realizar as atividades previstas no plano de estágio, bem como, manter um registro atualizado de todas elas;
- V – Comunicar e justificar com antecedência, ao responsável pelo campo de estágio e ao professor orientador, sua ausência em atividade prevista no plano de estágio;
- VI – Repor as atividades previstas no plano de estágio, cuja justificativa de ausência tenha sido aceita pelo responsável do campo de estágio e pelo professor;
- VII – Participar das atividades determinadas pelo professor de estágio;
- VIII – Entregar ao professor, em data previamente fixada, o relatório abrangendo todos os aspectos relativos ao estágio;
- IX – Manter, em todas as atividades desenvolvidas durante o estágio, uma atitude de ética conveniente ao desempenho profissional.

Art. 20 Compete ao colegiado do Curso de Pedagogia:

- I – Emitir parecer sobre o Regulamento de Orientação de Estágio do Curso e encaminhá-lo a Câmara Departamental para aprovação;
- II – Convocar, quando necessário ou a pedido deste, o professor de Orientação de Estágio do Curso de Pedagogia para, em reunião do colegiado, analisar questões relativas ao planejamento, organização, funcionamento, avaliação e controle das atividades de estágio e análise de critérios, métodos e instrumentos necessários ao seu desenvolvimento.

CAPÍTULO IX DOS CRITÉRIOS E DA METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO

Art. 21 O Estágio Supervisionado terá critérios próprios de avaliação.

Art. 22 A média final será o resultado do cômputo avaliativo das atividades de caráter científico, cultural e acadêmico (seminários, palestras, oficinas, minicursos, apresentações, exposições, planejamento, projetos específicos, outros), intervenção pedagógica e relatório final.

Art. 23 A avaliação do Estágio Supervisionado fica condicionada à observância dos seguintes aspectos:

- I – Frequência e participação nas orientações;
- I – Cumprimento satisfatório das tarefas;
- III – Elaboração, condução e execução das atividades;
- IV – Preparação e apresentação de seminários;
- V – Outros tipos de trabalhos ou atividades;
- VI – Entrega e apresentação do Relatório Final do Estágio.

Art. 24 O aluno estagiário somente poderá iniciar o estágio na escola campo após cumprir com os seguintes requisitos:

- I Assinar o Termo de Compromisso do Estágio Supervisionado, juntamente com o estabelecimento concedente e a instituição de ensino;
- II Entregar ao professor de Orientação de Estágio o aceite do estabelecimento escolar, concordando com as condições do mesmo;
- II Entregar ao professor de Orientação de Estágio o Plano Individual de Estágio.

Art. 25 Poderão fazer parte da avaliação às observações feitas pelo professor titular da classe e pela equipe técnico-pedagógica do campo de estágio.

Art. 26 O aluno estagiário, quando assumir a sala de aula, após ter cumprido, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) de horas/aula que deve ministrar, poderá ser afastado da intervenção pelo professor, caso sua atuação ofereça prejuízo ao processo de aprendizagem dos alunos envolvidos.

I O professor de estágio deve apresentar, por escrito, ao coordenador do Curso de Pedagogia, a decisão do afastamento, com visto do responsável pelo campo de estágio.

- a) O aluno estagiário afastado poderá ser reencaminhado pelo professor de Orientação de

Estágio, para refazer o estágio em uma nova turma no semestre corrente;

b) Caso o problema que motivou o afastamento da primeira turma persista, o estágio será interrompido definitivamente.

II O aluno poderá cursar novamente, a disciplina de Orientação de Estágio, no semestre que a mesma for oferecida.

III O aluno estagiário, mesmo afastado, deve ser avaliado.

Parágrafo Único. Tendo em vista as especificidades didático-pedagógicas da disciplina, não haverá, para o estagiário, cujo Estágio Supervisionado foi interrompido definitivamente, revisão de avaliação e realização de exame final, bem como, não lhe será permitido cursá-la em dependência.

CAPÍTULO X NORMAS PARA ELABORAÇÃO DE RELATÓRIO

Art. 27 O Relatório Final do Estágio Supervisionado do Curso de Pedagogia deve estar de acordo com as normas estabelecidas pela Associação Brasileira de Normas e Técnicas (ABNT), especificamente as normas (i) NBR 6023/2002, (ii) NBR 10.520/2002 e (iii) NBR 14.724/2005) e deve ter como parâmetros:

I. Introdução;

II. Planejamento das atividades;

III. Relato detalhado das atividades e seu desenvolvimento;

IV. Análise das atividades e seu desenvolvimento;

V. Conclusão;

VI. Referências bibliográficas;

VII. Anexo e/ou Apêndice – todos os documentos comprobatórios do estágio.

Parágrafo Único. O não fornecimento dos documentos necessários, por parte do acadêmico estagiário, para a avaliação do estágio nas datas previstas implicará a reprovação do mesmo.

CAPÍTULO XI DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 28 Os casos omissos neste Regulamento devem ser resolvidos pelo Coordenador do Curso de Pedagogia, ouvido o Colegiado do Curso e as demais partes envolvidas.

ANEXO 1 - TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO

Documento disponibilizado no site da UEMG:

https://www.uemg.br/images/PDFs/Termo_de_compromisso_de_estagio_curricular_obrigatorio-18.11.21.pdf

**ANEXO 2 – CARTA DE APRESENTAÇÃO DE ESTUDANTE PARA O ESTÁGIO
SUPERVISIONADO**

Carangola, ____ de _____ de ____.

Da: Professor/a Orientador/a de Estágio Supervisionado

Prezado(a) Diretor(a),

O Estágio Supervisionado faz parte do Projeto Pedagógico Curricular do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade do Estado de Minas Gerais – Unidade de Carangola e tem caráter de obrigatoriedade para a obtenção de título de graduação. Essa modalidade de Estágio busca intensificar o processo de ensinar e aprender ao articular teoria e prática, de forma que possa contribuir para a formação dos acadêmicos para atuar como profissionais na Educação Básica.

Assim, _____ apresento _____ o/a _____ estudante

_____, regularmente matriculado/a no ---- **período do curso de Pedagogia da Universidade do Estado de Minas Gerais – Unidade Carangola**, com o objetivo de desenvolver atividades de **Estágio Supervisionado em _____**, nessa instituição de ensino, para que possa buscar os componentes de sua futura ação docente.

Conforme Lei de Estágio nº 11.788, de 25/09/2008, faz-se necessário à unidade escolar firmar com o/a estudante o **Termo de Compromisso** para concessão de estágios obrigatórios não remunerados.

O/a estudante também apresentará ao (a) professor(a) supervisor(a) o Plano Individual de Estágio a ser desenvolvido, cuja orientação é realizada pelo/a professor/a orientador/a designado/a pela Universidade.

Conto com seu apoio e colaboração no processo de aprendizagem desse/a estudante e agradeço antecipadamente.

Atenciosamente,

Prof. _____ – MASP:
Professor/a Orientador/a de Estágio Supervisionado
UEMG-Unidade Carangola

ANEXO 3 – PLANO INDIVIDUAL DE ESTÁGIO

		PLANO INDIVIDUAL DE ESTÁGIO		
Estagiário:		Curso: Pedagogia	Período:	Ano:
Escola:		Bairro:		
Endereço:		Cidade/Estado:		
Supervisor/a de Campo:	Cargo do/a Supervisor:	E-mail: Telefone:		
Período de: ----- a _____ de _____		Carga Horária: ____ horas		
Objetivos a serem alcançados:				
Avaliação do processo:				
Nº	Atividades			Horas
01				
02				
03				
04				
05				
06				
07				
Total				
Data: __/__/__		Data: --/---/----		
<hr/> Assinatura do Estagiário		<hr/> Prof. _____ Orientador/a de Estágio		

ANEXO 4 – RELATÓRIO DE ATIVIDADES DE ESTÁGIO

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS UNIDADE CARANGOLA		RELATÓRIO DE ATIVIDADES DE ESTÁGIO SUPERVISOR/A DE CAMPO		
Estagiário/a:		Curso: Pedagogia		
Supervisor/a de campo:		Cargo do/a Supervisor:	Período:	Ano:
Escola:		Estágio Supervisionado _____		
Data Presença	Atividades Desenvolvidas	Carga Horária	Desempenho *	Assinatura do/a Supervisor/a de Campo
Total de Horas/Desempenho Final				

* Desempenho: O - Ótimo B - Bom R - Regular I - Insuficiente

Data da Entrega:

Assinatura do/a Estagiário/a

Nome e Assinatura do/a Supervisor/a de Campo

Professor/a de Orientação de Estágio

Obs.: Avaliação do processo compreende:

• A observação direta do Supervisor de Campo, considerando o desempenho do aluno, assiduidade, carga horária e pontualidade;

• A socialização das atividades desenvolvidas, em sala de aula, feita pelo Professor Orientador, que deve considerar o envolvimento do aluno nas apresentações e os Relatórios Parciais.

• A **Avaliação Final** será feita pelo Professor Orientador de Estágio que deve considerar a apresentação do Relatório Final.

ANEXO 5 – RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DE ESTÁGIO

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS UNIDADE CARANGOLA		RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DE ESTÁGIO		
Estagiário:		Curso: Pedagogia	Período:	Ano:
Escola/Instituição:		Endereço:		
		Bairro:		
		Cidade:		
Supervisor de Campo:		Período de:		Carga Horária:
Itens a Considerar	Avaliação do/a Estagiário	Avaliação do/a Supervisor/a de Campo	Avaliação do Prof. Orientador/a do Estágio	
1. Nível de conhecimentos teóricos. Conhecimento demonstrado no desenvolvimento das atividades programadas				
2. Nível de conhecimento prático. Conhecimento demonstrado no desenvolvimento das atividades programadas				
3. Produtividade. Rapidez e facilidade em interpretar, colocar em prática ou entender a atividade programada.				
4. Organização. Uso de meios racionais, em função da organização e adequação da sistemática de trabalho.				
5. Iniciativa. Desenvolvimento das atividades de estágio dentro do nível de autonomia adequado e assumindo decisões de sua competência.				
6. Interesse. Demonstração de sensibilidade pelas questões pertinentes ao estágio e as atividades desenvolvidas				
7. Assiduidade e Comparecimento nos dias combinados e no horário determinado				
8. Disciplina. Atitude adequada no desenvolvimento das atividades na escola.				
9. Cooperação. Disposição para colaborar com os colegas para o alcance de um objetivo comum.				
10. Responsabilidade. Cumprimento das atividades e deveres decorrentes do estágio.				
Aproveitamento Geral				
* Desempenho: O – Ótimo B – Bom R – Regular I – Insuficiente				
				Data: ____/____/____
_____ Assinatura do/a Estagiário/a				
_____ Professor/a de Orientação de Estágio				
_____ Supervisor de Campo Carimbo da Escola/Instituição Concedente de Estágio				

Apêndice 04 – REGULAMENTO PARA A ELABORAÇÃO DE TRABALHOS DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)

TÍTULO I CAPÍTULO I O TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Art. 1º O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do curso de Licenciatura em Pedagogia da UEMG/Unidade Carangola, consiste na elaboração de trabalho acadêmico, dentro de padrões científico-metodológicos, sendo válidas pesquisas qualitativas e quantitativas, nos seus mais variados tipos e natureza entregue na forma de monografia ou artigo científico.

§ 1º A construção do TCC é uma atividade voltada à aquisição de novos conhecimentos ou ao aprofundamento de alguns dos temas abordados durante o curso de Licenciatura em Pedagogia.

Art. 2º O TCC será desenvolvido no último ano do curso abrangendo duas fases: adequações ao projeto e TCC final.

§ 1º O TCC pode ser em formato de monografia ou artigo científico;

§ 2º TCC pode ser desenvolvido individualmente ou em duplas;

§ 3º Um projeto de iniciação científica poderá ser utilizado como tema para a elaboração do TCC desde que seja autorizado pelo/a orientador/a do projeto. O relatório de bolsa não será aceito como TCC.

§ 4º No caso de troca de orientador/a o projeto poderá ser utilizado pelo/a estudante desde que seja apresentada a Coordenação de TCC uma carta de autorização.

Art. 3º O projeto deve ser entregue na quarta semana do primeiro mês letivo do semestre que antecede a defesa do TCC, com data previamente marcada pelo/a Coordenador/a do Curso, com a capa assinada pelo/a professor/a orientador/a do projeto.

Art. 4º A avaliação final do TCC será realizada pela Banca Examinadora sugerida pelo/a orientando/a em comum acordo com o/a orientador/a.

Art. 5º A Banca Examinadora será composta, obrigatoriamente, por três membros:

§1º Professor/a orientador/a do trabalho (da Unidade Carangola);

§2º Professor/a do corpo docente da Unidade Acadêmica de Carangola;

§3º Avaliador/a convidado/a (preferencialmente externo à UEMG/Carangola), que poderá ser um docente ou um profissional que pertença à área da pesquisa desenvolvida;

§4º Poderá participar como membro um/a professor/a coorientador/a (quando houver).

Art. 6º Será considerado aprovado o/a estudante que obtiver nota média final igual ou superior a 70%.

Parágrafo único – No caso de plágio, o/a estudante será reprovado/a, sem direito à correção e/ou modificação do TCC.

Art. 7º Não haverá, sob nenhuma hipótese, aproveitamento do artigo ou outra modalidade de TCC de estudante transferido de outra instituição de ensino superior (IES), como estabelecido no artigo 14, da Resolução COEPE/UEMG 32/2003.

CAPÍTULO II DA ORIENTAÇÃO DO TCC

Art. 7º A orientação do TCC é formalizada pela coordenação do curso e será realizada durante os dois últimos períodos. O Trabalho de Conclusão de Curso é obrigatório para todos/as os/as estudantes como requisito para conclusão do curso e obtenção da titulação.

Art. 8º As condições para orientação devem seguir os seguintes preceitos:

§1º O/a estudante irá desenvolver o TCC sob a orientação de um/a professor/a pertencente ao corpo docente do curso de Licenciatura em Pedagogia da UEMG/Carangola;

§2º Cada professor/a poderá orientar no máximo 3 (três) trabalhos simultaneamente no curso de Pedagogia.

§3º A substituição de orientador/a somente será permitida nos seguintes casos:

I – Impossibilidade de orientação (problemas de saúde, afastamento, entre outros);

II – Caso em que a coordenação decidirá sobre a devida substituição;

II – Em caso de acordo entre o/a orientador/a e o/a orientando/a.

SESSÃO I DAS RESPONSABILIDADES

Art. 9º O/a Professor/a Orientador/a é responsável por:

- I Orientar, acompanhar e avaliar o desenvolvimento do TCC em todas as suas fases, desde a elaboração do projeto até a entrega da versão final do artigo ou monografia corrigido;
- II Respeitar o cronograma de TCC e os prazos estabelecidos pela Coordenação do Curso;
- III Definir a banca examinadora e sugerir a data de defesa com 30 (trinta) dias de antecedência a data da defesa;
- IV Comunicar à Coordenação de Curso qualquer alteração nas atividades previstas.
- V Divulgar, durante as orientações, os Manuais e o Regulamento de TCC para os alunos;
- VI Atender seus orientandos em horário previamente agendado;
- VII Promover orientações das apresentações orais;
- VIII Supervisionar a utilização das fontes de pesquisa;
- IX Realizar a leitura final do TCC, antes da liberação do trabalho para os demais membros da banca examinadora;
- X Assumir a presidência da banca avaliadora;
- XI Sugerir a composição das bancas de TCC juntamente com o/a orientando/a, encaminhando à coordenação de curso, o nome de dois membros e de um suplente para as defesas;
- XII Entregar a Ata de Defesa (Anexo II) referente à cada Trabalho de Conclusão de Curso, devidamente preenchida e assinada, à Coordenação do curso de pedagogia;
- XIII Ao aceitar a proposta de orientação, o docente deverá assinar o Termo de Compromisso de Orientação de TCC (Anexo I);
- XIV Tomar ciência deste Regulamento.

Art. 10 Os/as estudantes serão responsáveis por:

- I Definir o tema de TCC junto com o/a professor/a orientador/a e em conformidade com o curso, podendo optar por uma pesquisa de campo ou experimental, ou ainda uma revisão bibliográfica;
- II Sugerir, de acordo com a linha de pesquisa pretendida, três professores/as para orientação, com atuação em pesquisa ou ensino compatível com o tema proposto para o trabalho;
- III Respeitar os prazos estabelecidos pelo/a professor/a orientador/a e Coordenação de Curso.
- IV Desenvolver o TCC com base nas normas descritas neste Regulamento;
- V Encaminhar o TCC com antecedência para a banca examinadora;
- VI O trabalho entregue à banca examinadora não mais poderá sofrer alterações. Em caso de necessidade, as alterações no documento escrito serão autorizadas após apresentação oral.
- VII Apresentar de forma oral e pública a defesa do TCC;
- VIII Entregar uma cópia digital (formato PDF) do TCC final para a Biblioteca da Unidade após a defesa, em data única a ser estipulada pela Coordenação;
- IX Comunicar ao Orientador/a e à Coordenação do TCC qualquer alteração nas atividades previstas.
- X Cumprir com o dever de lealdade científica, apresentando o TCC dentro dos parâmetros normativos, inclusive no que diz respeito a norma culta e originalidade do trabalho;
- XI Comparecer em dia, hora e local determinados para defesa do TCC;
- IX Assinar a Declaração de Autoria Própria e Autorização de Publicação do artigo ou monografia entregue (Anexo III).

Art. 11 A Banca Examinadora, composta de acordo com o art. 5º deste Regulamento, é responsável por:

- I Avaliar a parte escrita do TCC final e a defesa oral de acordo com os critérios adotados neste Regulamento;
- III Incluir na Ata de Defesa do TCC (Anexo II), quando necessário, recomendações para reformulação do texto do TCC.

CAPÍTULO III DA APRESENTAÇÃO ORAL E DEFESA PÚBLICA DO TCC

Art. 12 O/a estudante será avaliado pela Banca Examinadora em dois momentos distintos: uma avaliação da apresentação oral e a avaliação do trabalho escrito:

§1º No trabalho escrito, os membros da Banca avaliarão considerando a organização sequencial, a argumentação, a pertinência do tema, a relevância, a contribuição do estudo, a correção gramatical, a clareza, a apresentação estética e a adequação aos aspectos formais e às normas estabelecidas neste Manual;

§2º Na apresentação oral, os membros avaliarão considerando o domínio do conteúdo, a organização da apresentação, as habilidades de comunicação e expressão, a capacidade de argumentação, o uso dos recursos audiovisuais e a apresentação estética do trabalho.

Art. 13 Recomenda-se que a defesa do TCC siga a seguinte distribuição de tempo:

§1º 15-20 (quinze a vinte) minutos para a apresentação oral pelo(a) acadêmico(a);

§2º 5-10 (cinco a dez) minutos de arguição para cada membro da banca examinadora, podendo abranger aspectos de sua exposição, da parte escrita e sobre assuntos gerais pertinentes ao tema e ao desenvolvimento da pesquisa;

§3º 10 (dez) minutos para respostas as arguições feitas pela banca examinadora.

Art. 14 Será considerado aprovado o/a estudante que obtiver nota média final igual ou superior a 70%.

Art. 15 A aprovação do(a) estudante na apresentação do Trabalho de Conclusão de Curso só será confirmada após a entrega da versão final do TCC (uma cópia em versão digital) à Biblioteca da Unidade.

§1º A sessão de defesa será pública, estando aberta à comunidade acadêmica e à sociedade civil e científica, com comprovação de participação feita através de Ata de Presença (Anexo VI), porém, será vedada a manifestação dos ouvintes.

§2º A identificação de qualquer tipo de plágio de acordo com Lei 9610/1998, má conduta científica ou a não adoção das modalidades de trabalho e normas instituídas pela UEMG resulta em reprovação do trabalho com nota 0 (zero), sem direito a apresentação do trabalho.

SESSÃO I DA DOCUMENTAÇÃO

Art. 17 Para a certificação do TCC faz-se necessários os seguintes documentos:

§1º **Termo de Compromisso de Orientação do Trabalho de Conclusão de Curso:** o/a estudante deverá entregar ao coordenador/a de curso, na quarta semana do primeiro mês letivo do semestre que antecede a defesa do TCC, juntamente com o projeto, um formulário preenchido e assinado contendo o aceite do(a) orientador(a) (Anexo I).

I Em caso de mudança de orientador/a uma nova carta deve ser entregue assim que ocorrer a troca.

§2º **Declaração de Autoria Própria e Autorização de Publicação:** o/a estudante entregará, à Coordenação do curso, uma cópia da versão final do TCC contendo a Declaração de Autoria Própria e Autorização de Publicação (Anexo III).

§3º **Convite para Defesa do Trabalho de Conclusão de Curso:** o orientador deverá divulgar a defesa pública do TCC em data anterior à da respectiva apresentação (Anexo V).

§4º **Ata de Defesa do Trabalho de Conclusão de Curso:** o/a orientador/a deverá entregar à coordenação do curso a Ata de Avaliação do Trabalho de Conclusão de Curso em três vias assinadas pela banca examinadora após o

término da avaliação (Anexo II).

§5º Ata de Presença em Banca de Defesa de Trabalho de Conclusão de Curso: no dia da apresentação e defesa do TCC o/a orientador/a deverá levar a Ata de presença em banca de defesa (Anexo IV) para que os convidados possam assinar e comprovar o comparecimento.

§6º Folha de Aprovação do Trabalho de Conclusão de Curso: Deve ser assinada pelos membros componentes da banca examinadora e registrada a data de aprovação após a aprovação do trabalho (Anexo VI).

CAPÍTULO IV DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 18 Os casos omissos neste Regulamento devem ser resolvidos pelo/a Coordenador/a do Curso de Pedagogia, ouvido o Colegiado do Curso e as demais partes envolvidas.

ANEXO I – TERMO DE COMPROMISSO DE ORIENTAÇÃO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

A fim de dar cumprimento a elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso, componente obrigatório para a integralização do currículo do curso de Pedagogia, o/a Professor/a Orientador/a _____ leva ao conhecimento do/a Coordenador/a do Curso de Licenciatura em Pedagogia, o compromisso de assumir a responsabilidade de conduzir a orientação do Trabalho de Conclusão de curso do/a estudante _____ que, por sua vez, encontra-se ciente do cumprimento das obrigações frente esta orientação, comprometendo cumprir as tarefas, respeitar pontualmente os prazos, orientações e demais obrigações necessárias à conclusão Trabalho de Conclusão de Curso cujo tema versa sobre _____ a ser concluído no mês _____ do ano _____. Ciente das obrigações, com compromisso de respeitar as normas do Regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso, constante no PPC do curso e nas resoluções do Colegiado do Curso de Licenciatura em Pedagogia da UEMG/Unidade Carangola, abaixo assinam.

Orientador/a:

Estudante:

Carangola, ___/___/_____.

ANEXO II – ATA DE DEFESA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Aos ___ dias do mês de _____ de _____, na Universidade do Estado de Minas Gerais - Unidade Carangola, realizou-se a sessão pública de defesa de Trabalho de Conclusão de Curso do aluno _____, do Curso de _____, sob orientação do Prof. _____, intitulado _____.

Os trabalhos iniciaram-se às _____ horas e finalizaram-se às _____ horas. Cumpridos os requisitos legais que integram o regulamento de apresentação do TCC da UEMG – Unidade Carangola, a banca registrou o seguinte resultado de conclusão:

- () Aprovado – Nota final: _____
() Reprovado – Nota final: _____

Pelos Professores/Membros da banca foram atribuídas as seguintes notas e observações:

Prof.(a) – Presidente:

Nota: _____
Observações: _____

Assinatura: _____

Prof.(a) – Membro:

Nota: _____
Observações: _____

Assinatura: _____

Prof.(a) – Membro:

Nota: _____
Observações: _____

Assinatura: _____

ANEXO III – DECLARAÇÃO DE AUTORIA PRÓPRIA E AUTORIZAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

Eu, **NOME DO AUTOR**, acadêmico do Curso de Graduação em **NOME DO CURSO**, da Universidade do Estado de Minas Gerais, regularmente matriculado sob o número XXXXXXXX, declaro que sou autor do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado **TÍTULO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**, desenvolvido durante o período de DATA DO INÍCIO DO TCC a DATA DO FINAL DO TCC sob a orientação de **NOME DO ORIENTADOR**, ora entregue à UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS (UEMG) como requisito parcial a obtenção do grau de LICENCIADO EM PEDAGOGIA, e que o mesmo foi por mim elaborado e integralmente redigido, não tendo sido copiado ou extraído, seja parcial ou integralmente, de forma ilícita de nenhuma fonte além daquelas públicas consultadas e corretamente referenciadas ao longo do trabalho ou daquelas cujos dados resultaram de investigações empíricas por mim realizadas para fins de produção deste trabalho.

Assim, firmo a presente declaração, demonstrando minha plena consciência dos seus efeitos civis, penais e administrativos, e assumindo total responsabilidade caso se configure o crime de plágio ou violação aos direitos autorais.

Por ser verdade, firmo a presente.

Carangola, ____ de _____ de _____.

NOME DO AUTOR DO TRABALHO

Sobre a publicação do trabalho no acervo bibliográfico da UEMG:

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade do Estado de Minas Gerais a publicar, durante tempo indeterminado, o texto integral da obra acima citada, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação do curso de LICENCIATURA EM PEDAGOGIA ou da produção científica brasileira, a partir desta data.

- Autorizo a publicação imediata deste trabalho nas plataformas de acervo bibliográfico da UEMG
 Solicito aguardar o período de 6 meses, a partir da data da entrega deste TCC, para publicar este trabalho nas plataformas de acervo bibliográfico da UEMG
 Solicito aguardar o período de 1 ano, a partir da data da entrega deste TCC, para publicar este trabalho nas plataformas de acervo bibliográfico da UEMG

OU AINDA

- Não autorizo a publicação deste trabalho nas plataformas de acervo bibliográfico da UEMG

OBSERVAÇÃO: esta declaração deve ser preenchida, impressa e **assinada** pelo aluno autor do TCC e inserido depois das referências bibliográficas da versão final do TCC a ser entregue na Coordenação de Curso.

ANEXO V – CONVITE PARA DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

O Curso de _____ da Universidade do Estado de Minas Gerais – Unidade Carangola convida o público em geral para a **defesa pública de TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO** do estudante _____.

Título do Trabalho: _____

Data: _____

Horário: _____

Local: _____

Componentes da Banca Examinadora

- Prof. Dr. _____ – Presidente/UEMG-Carangola
- Prof. Dr. _____ – Membro convidado/Instituição
- Prof. Dr. _____ – Membro convidado/Instituição

ANEXO VI – FOLHA DE APROVAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

NOME COMPLETO DO ACADÊMICO 1
NOME COMPLETO DO ACADÊMICO 2

Título: subtítulo

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Pedagogia, da Universidade do Estado de Minas Gerais - Unidade Carangola, como requisito para o título Licenciado em Pedagogia.

Área de concentração:

Trabalho defendido e aprovado em: .././....

Banca examinadora:

Titulação e nome do (a) orientador(a) / Instituição

Titulação e nome do (a) Coorientador(a) / Instituição (se houver)

Nome e titulação do membro da banca / Instituição

Nome e titulação do membro da banca / Instituição

Apêndice 05 – REGULAMENTO DAS ATIVIDADES ACADÊMICO-CIENTÍFICAS E CULTURAIS E DEMAIS FORMULÁRIOS

Fixa normas para o funcionamento das Atividades Acadêmico-Científicas Culturais no âmbito dos Cursos de Graduação da UEMG – Unidade Carangola.

DAS ATIVIDADES ACADÊMICO-CIENTÍFICAS E CULTURAIS

Art. 1º O presente regulamento tem por finalidade normatizar as Atividades Acadêmico- Científicas e Culturais como componente curricular dos Cursos de Graduação da UEMG – Unidade Carangola.

Art. 2º As Atividades Acadêmico-Científicas e Culturais caracterizam-se como práticas acadêmicas apresentadas sob diferentes formatos tendo em vista complementar o currículo do curso, ampliar os horizontes do conhecimento para além da sala de aula, bem como propiciar a inter e a transdisciplinaridade no currículo, dentro e entre os semestres/períodos.

§1º As AACCs são obrigatórias, devendo contribuir, sobretudo, no processo avaliativo do aluno.

§2º As AACCs podem ser cumpridas pelo aluno através de atividades opcionais, e, quando for o caso, por atividades oferecidas pela IES.

§3º Um mês antes do término do semestre letivo, o aluno deve apresentar ao Coordenador, o Quadro Demonstrativo das AACCs por ele desenvolvidas com as respectivas comprovações (quadro 2).

Art. 3º Todas AACCs realizadas pelo aluno devem ser comprovadas através de relatórios e/ou declarações e/ou atestados e/ou certificados.

DA CATEGORIZAÇÃO

Art. 4º As Atividades Acadêmico-Científicas e Culturais devem ser realizadas de acordo com o tipo da atividade e carga horária correspondente, observando-se o disposto no quadro 1 deste documento.

Art. 5º Todas as AACCs devem estar em absoluta interação com o Coordenador das Atividades Acadêmico-Científicas e Culturais do Curso e/ou com o Coordenador do curso observando-se a carga horária prevista no quadro 1.

Art. 6º A organização, supervisão, acompanhamento e a convalidação das Atividades Complementares serão exercidos por uma Comissão que terá os seguintes componentes:

- a) Coordenador de Curso;
- b) Colegiado do Curso;
- c) Coordenadores das Atividades Acadêmico-Científicas e Culturais dos Cursos.
- d) relatórios e/ou declarações e/ou atestados e/ou certificados.

DA AVALIAÇÃO

Art. 7º A avaliação do desenvolvimento das AACCs, feita pelo Coordenador de Curso e/ou pelo

Colegiado do Curso e/ou pelo Coordenador das Atividades Acadêmico-Científicas e Culturais dos Cursos, deve constar da análise da apresentação dos comprovantes de participação (relatórios, declarações, atestados, certificados) e o resultado será sempre REALIZADAS/NÃO REALIZADAS.

Art. 8º O Quadro Demonstrativo das AACCs desenvolvidas pelo aluno no período, após avaliadas pelo Coordenador de Curso e/ou Colegiado de Curso e/ou o Coordenador das Atividades Acadêmico- Científicas e Culturais do Curso deve ser encaminhado à Secretária do Acadêmica de Curso, através do serviço de protocolo.

Parágrafo único – A Coordenação do Curso após a análise deverá protocolar a declaração de atividades acadêmico científicas e culturais (conforme modelo ao final deste documento), a fim de que seja arquivado na pasta do aluno. O quadro Demonstrativo Geral (quadro 3), por período, pode ser utilizado para acompanhamento das AACCs.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 9º Na montagem da programação das AACCs, o Colegiado do Curso deve observar o máximo possível da transdisciplinaridade, a contemplar curso(s), disciplina(s), conteúdos, etc.

Art. 10 Os casos omissos devem ser resolvidos pelo Colegiado de Curso e, em caso de recurso, pelo Conselho Departamental da UEMG – Unidade Carangola.

Quadro 1 - BAREMA PARA INTEGRALIZAÇÃO DAS 105 HORAS DE ATIVIDADES CURRICULARES COMPLEMENTARES DA LICENCIATURA EM PEDAGOGIA DA UEMG- Unidade Acadêmica de Carangola

Nº.	Atividades	Nº de Horas
1	Atuação em Atividades de Iniciação Científica (20 horas para atuação, caso a carga horária não esteja explícita)	Até 60 horas. Máximo de quatro semestres
2	Participação em Eventos Acadêmico-Científicos como ouvinte	Até 80 horas
3	Oficinas ou Cursos Extracurriculares relacionados à área de formação	Até 20 horas por atividade Máximo de 60 horas.
4	Visitas a Museus, Feiras de Livros, Exposições, Teatros e outras atividades afins	Até 10 horas por atividade Máximo de 60 horas.
5	Viagem Didática, Técnica e/ou Científica coordenada por um professor do Curso	Máximo de 50 horas com apresentação de relatório.
6	Cursos Extracurriculares de Línguas, Dança, Ginástica, Esporte e áreas afins.	Até 30 horas por semestre. Apresentar comprovante. Máximo de 4 semestres
7	Monitoria de Disciplina de Graduação.	Até 50 horas por semestre. Máximo de dois semestres.
8	Monitoria de Atividades de Extensão.	Até 08 horas por atividade, validadas pelo professor
9	Participação em defesas de Trabalhos de Conclusão de Cursos.	2 hora para cada participação. Máximo de 20 horas.
10	Estágio Supervisionado não obrigatório	60 horas por ano.
11	Publicação de Trabalhos Acadêmicos em Periódicos Técnico-Científicos em áreas relacionadas ao Curso (40 horas para cada publicação, caso a carga horária não esteja explícita)	Máximo de 80 horas.
12	Apresentação ou publicação de Trabalhos Acadêmicos em Eventos Técnico-Científicos em áreas relacionadas ao Curso (20 horas para cada apresentação/publicação, caso a carga horária não esteja explícita)	Máximo de 80 horas.
13	Atividade voluntária com supervisão/orientação docente em projetos de ensino, pesquisa, extensão (20 horas para a atividade, caso a carga horária não esteja explícita).	Máximo de 60 horas.
14	Participação como representante discente em Departamentos Colegiados, Conselhos, Diretório e Comissões Institucionais da UEMG (10 horas por mês, caso a carga horária não esteja explícita).	Até 10h por mês. Máximo de 6 meses.
15	Participação na organização de eventos técnicos ou científicos (10 horas para cada participação, caso a carga horária não esteja explícita)	Máximo de 50 horas.
16	Outras	Definidas pelo Colegiado do Curso.

**QUADRO 2: DEMONSTRATIVO DO
ALUNO ATIVIDADES ACADÊMICO-
CIENTÍFICAS E CULTURAIS**

ALUNO: _____

CURSO:

ANO:

Atividades	CH	Comprovaçã o	Avaliação do Prof.*	Aval. Coord.
Total da carga horária realizada:				

*R = Realizada

*NR = Não Realizada

Obs: Anexar os relatórios/certificados das atividades realizadas.

Carangola, ____ de _____ de _____

Assinatura do Aluno

Apêndice 06 – REGULAMENTO DE ATIVIDADES DE EXTENSÃO CURRICULAR

DAS ATIVIDADES DE EXTENSÃO

Art. 1º O presente regulamento tem por finalidade normatizar as **Atividades de Extensão** como componente curricular do Curso de Pedagogia da Unidade Acadêmica de Carangola.

Art. 2º As **Atividades de Extensão Curricular (AECs)** caracterizam-se como práticas que se integram “à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa”, de acordo com o Art. 3º da Resolução n. 7, de 18 de dezembro de 2018, que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira. Conforme apresentado no Art. 3º da Resolução CEE nº 490, de 26 de abril de 2022, constituem-se Diretrizes da Extensão Universitária a Interação Dialógica, a Interdisciplinaridade e Interprofissionalidade, a indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão, o Impacto na Formação do Estudante e o Impacto e Transformações Sociais.

Parágrafo único – As **Atividades de Extensão** devem compor, no mínimo, dez por cento (10%) do total da carga horária curricular dos cursos de graduação e fazer parte da matriz. No Curso de Pedagogia esta carga horária equivale a trezentos e sessenta (360) horas, que serão distribuídas de forma articulada nas seguintes disciplinas:

Quadro 1 – Carga horária de atividades extensionistas por disciplina

PERÍODO	DISCIPLINA COM ATIVIDADE EXTENSIONISTA	CARGA HORÁRIA EXTENSIONISTA
2º	PFD – Teorias e Práticas da Educação Especial: ações inclusivas	15h
3º	PFD – Práticas Educativas de Educação Infantil I	30h
3º	PFD – Didática e seus Fundamentos	30h
4º	PFD – Didática para a Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental	30h
4º	PFD – Práticas Educativas de Alfabetização	30h
5º	PFD – Ensino de Língua Portuguesa	30h
5º	PFD – Prática de Ensino de Ciências	30h
5º	PFD – Arte e Expressão Cultural	30h
6º	PFD – Educação do Campo	30h
6º	PFD – Prática de Ensino de Geografia	30h
7º	PFD – Corpo, Movimento e Ludicidade	15h
7º	PFD – Prática de Ensino de História	30h
7º	PFD – Prática de Ensino de Matemática	30h
TOTAL		360 horas

Art. 3º As **Atividades de Extensão** são obrigatórias, contribuem no processo avaliativo do estudante e devem ser cumpridas através das seguintes atividades: desenvolvimento de programas, projetos, cursos, oficinas, eventos, prestação de serviços, minicursos, palestras extra-acadêmicas, divulgação científica, projetos de responsabilidade social, trabalhos voluntários em entidades com compromissos sociais (ONGs, creches, asilos, movimentos sociais, etc.), consultorias e organização de eventos abertos ao público em geral, inclusive para além das propostas sugeridas pela universidade.

Art. 4º Todas as **Atividades de Extensão** realizadas pelo estudante devem ser comprovadas através de relatórios. Na sua elaboração, o estudante deve descrever de forma clara e objetiva as atividades desenvolvidas, assim como o conteúdo técnico e o conhecimento adquirido.

Parágrafo único: As atividades extensionistas que estiverem atribuídas a uma Prática de Formação Docente (PFD) poderão se valer de um relatório único (extensão e PFD). Uma vez considerado satisfatório os créditos de ambas as atividades poderão ser computados.

DA CATEGORIZAÇÃO

Art. 5º Para que as ações sejam consideradas como prática de extensão curricular, os estudantes devem participar **ativamente** do processo de elaboração e execução das atividades voltadas para a sociedade. As atividades de extensão deverão ser registradas no sistema Siga / Extensão.

Art. 6º A organização, supervisão, acompanhamento e a convalidação das **Atividades de Extensão** serão exercidos pelos docentes orientadores de AEC.

Art. 7º Os docentes responsáveis pelas AECs deverão acompanhar as atividades de extensão propostas nos períodos letivos, bem como validar as atividades desenvolvidas pelo estudante de forma autônoma. O formulário de acompanhamento deverá ser definido pelo Colegiado de Curso.

Art. 8º A Coordenação e o Colegiado do Curso poderá agendar reuniões com os professores supervisores de AECs para planejamento, consultas, deliberações, registros e demais pautas pertinentes às AECs.

DA AVALIAÇÃO

Art. 9º A creditação da carga horária extensionista das disciplinas para os/as alunos/as está vinculada à aprovação na disciplina e a avaliação do docente responsável.

Parágrafo Único: A dispensa da disciplina não integraliza os créditos extensionistas para a formação. Em caso de solitação de dispensa o estudante deverá apresentar declarações e/ou certificados e relatório detalhado de atividades que configurem atividade de extensão e, portanto, complemento a carga horária extensionista. Nesse caso o Colegiado do curso irá avaliar a solicitação de dispensa ou não da disciplina e aceitação de documentação apresentada.

Art. 10º Para fins de aprovação da atividades desenvolvidas, os estudantes deverão entregar um Relatório Individual com a descrição detalhada das atividades.

Art. 11º A avaliação do desenvolvimento das **Atividades de Extensão**, realizada pelos orientadores das AEC, deve constar da análise de relatórios, da apresentação dos comprovantes de participação e o resultado será sempre APTO/INAPTO.

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 12º- Todas as questões referentes às atividades extensionistas, não citadas nesse documento, serão analisadas pelo Colegiado do Curso.

Apêndice 06 - REGULAMENTO DAS DA BRINQUEDOTECA DO CURSO DE PEDAGOGIA – UEMG UNIDADE ACADÊMICA DE CARANGOLA

Capítulo I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º O presente regulamento tem por finalidade normatizar as atividades da Brinquedoteca do Curso de Pedagogia da Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG – Unidade Carangola.

Capítulo II DOS OBJETIVOS

Art. 2º A Brinquedoteca do Curso de Pedagogia, que se configura como um Laboratório de Práticas Pedagógicas, tem como objetivo geral proporcionar aos (as) discentes e docentes do curso de Pedagogia, e demais cursos da Instituição que possam se interessar, o desenvolvimento de estudos e projetos de práticas interdisciplinares, construção, elaboração e reflexão referentes aos conteúdos curriculares.

Art. 3º São objetivos específicos da Brinquedoteca:

- a) Propiciar um espaço para que discentes e docentes do curso de Pedagogia e outros cursos de Licenciatura da Unidade Carangola possam realizar práticas interdisciplinares e dedicar-se à exploração do brinquedo e da brincadeira.
- b) Possibilitar aos (as) discentes práticas que possibilitem oferecer às crianças momentos de brincadeira, realizando atividades lúdicas, desenvolvendo a expressão artística, transformando e descobrindo novos significados a partir do simbólico. Dessa forma, oportunizar a interação e a troca entre adultos e crianças.
- c) Contribuir para a conceituação de jogo, brinquedo e brincadeira e sua importância na educação.
- d) Formar profissionais que compreendam a importância do lúdico para o desenvolvimento integral da criança.
- e) Desenvolver estudos e pesquisas que apontem a relevância dos jogos, brinquedos e brincadeiras para a educação.
- f) Confeccionar, testar, avaliar brinquedos e brincadeiras, por meio da utilização de vários recursos e materiais.
- g) Oferecer informações, organizar cursos e divulgar experiências.
- h) Estimular ações lúdicas entre os (as) docentes e os alunos (as) do curso de Pedagogia no que tange à construção do conhecimento em matemática, alfabetização, o diálogo entre o mundo da natureza e a cultura, o movimento, a arte e a literatura, entre outros.
- i) Promover cursos para a sensibilização sobre o valor do brinquedo no desenvolvimento infantil, para organização de brinquedos, para preparação de profissionais e para orientação educacional ao público interessado.

Parágrafo Único: A Brinquedoteca poderá ser utilizada também:

- a) Para a observação e participação em projetos de ensino, extensão e investigação científica, podendo ser desenvolvido com a comunidade externa.
- b) Participação e observação, juntamente com professores de diversos componentes curriculares, do comportamento das crianças enquanto brincam.
- c) Uso do espaço como laboratório para o desenvolvimento de projetos de ensino, extensão e iniciação científica;
- d) Consulta de materiais para preparação de aulas com apoio pedagógico.

Capítulo III DO FUNCIONAMENTO

Art. 4º A Brinquedoteca é um espaço de apoio pedagógico do curso de Pedagogia e demais cursos da Instituição. Deverá ser um espaço aberto aos (as) acadêmicos (as), sob a coordenação dos (as) docentes, a partir de um agendamento prévio. Destina-se ao desenvolvimento de atividades práticas, pesquisas, projetos e demais ações que envolvem várias áreas do conhecimento diretamente relacionadas à Pedagogia, como também de outros cursos de Licenciaturas, a partir de uma interlocução multi e interdisciplinar.

Art. 5º Os recursos de que dispõe a Brinquedoteca poderão ser utilizados para a realização de oficinas, minicursos, eventos, mediante apresentação de projeto que deverá ser aprovado pela Coordenação do Curso correspondente e pela Coordenação de Extensão e Pesquisa.

Art. 6º Os (as) docentes devem definir, encaminhar, orientar e acompanhar as atividades práticas, cuja utilização será permitida mediante reserva antecipada.

Art. 7º Todas as atividades desenvolvidas no espaço da Brinquedoteca deverão ter a supervisão de um (a) docente. Este deverá comunicar irregularidades à Coordenação do Curso; manter as estantes dos jogos e brinquedos organizadas; responsabilizar-se pelo zelo e integridade dos materiais durante a realização das atividades.

Capítulo IV DO ATENDIMENTO

Art. 8º A Brinquedoteca é um laboratório de experiências para educadores (as) e educandos (as).

§ 1º – A Brinquedoteca poderá realizar atendimento às crianças que participarem de projetos registrados pelo Núcleo de Pesquisa e Extensão da Instituição ou órgão equivalente.

§ 2º – As crianças atendidas na Brinquedoteca serão cadastradas para fins de registro e possível participação em projetos realizados, posteriormente, pelos cursos, desde que o uso de imagem seja autorizado pelos pais ou responsáveis.

Capítulo V DO HORÁRIO DE ATENDIMENTO

Art. 9º – O horário de atendimento da Brinquedoteca será de acordo com as atividades, conforme agendamento.

Capítulo VI DAS RESPONSABILIDADES

Art. 10 A brinquedoteca contará com um(a) docente responsável por coordenar as atividades desenvolvidas no espaço. Deverá atuar no curso de Licenciatura em Pedagogia e sua função se equipará à de um Coordenador de Laboratório.

com um (a) coordenador (a) do curso de Licenciatura em Pedagogia

Parágrafo único: Os docentes que desenvolverem as atividades no espaço da brinquedoteca, assim como o coordenador deverão:

- a) Zelar pelo espaço, pelos materiais, pelos jogos e brinquedos;
- b) Cuidar do ambiente de forma criativa e construtiva;
- c) Organizar os jogos e brinquedos, conforme os cantos temáticos;
- d) Zelar pela limpeza e assepsia dos jogos e brinquedos;
- e) Comunicar irregularidades à Coordenação do Curso de Pedagogia.
- f) Zelar pelo patrimônio da Brinquedoteca;
- g) Catalogar os materiais existentes na Brinquedoteca;
- h) Documentar, por meio de relatórios, as atividades desenvolvidas no espaço;

Capítulo VII DAS REGRAS DA BRINQUEDOTECA

Art. 11 Para o bom andamento das atividades na Brinquedoteca é necessário o cumprimento de algumas regras, a saber:

- a) Manter os jogos e brinquedos organizados;
- b) Conservar os jogos e brinquedos;
- c) Cuidar do ambiente de forma a entregá-lo limpo e organizado, ao final das atividades.

§ 1º- As atividades deverão ser agendadas, constando: planejamento da atividade a ser desenvolvida, número de discentes participantes; objetivo do trabalho; conteúdos a serem desenvolvidos; metodologia da atividade; assinatura dos (as) discentes e do (a) docente responsável, com ciência da Coordenação do Curso de Pedagogia.

§ 2º - Não serão feitos empréstimos do material da Brinquedoteca aos grupos participantes,

alunos de Pedagogia e outros.

Art. 12 Defeitos nos brinquedos ou prejuízos em suas estruturas devem ser comunicados ao (a) docente que *estará como responsável da atividade e à Coordenação do Curso de Pedagogia.*

Capítulo VIII **DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS**

Art. 13 As alterações deste Regulamento serão realizadas pela Coordenação do Curso de Pedagogia à medida que se fizer necessário.

Art. 14 Os casos omissos neste Regulamento devem ser resolvidos pela Coordenação de Pedagogia, ouvido o Colegiado do Curso quando couber, em concordância com o que dispõe o Regimento Institucional.

Art. 15 Este regulamento entrará em vigor a partir da data de aprovação pelo Colegiado do Curso de Pedagogia.

ANEXOS

Anexo 01 - REGULAMENTO INTERNO PARA USO DO LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA

Carangola-MG, outubro de 2022.

Este documento regulamenta a utilização do Laboratórios de Informática da UEMG Carangola, de modo a sustentar o seu bom uso e funcionamento no âmbito acadêmico.

O Laboratório de Informática tem por finalidade atender às atividades relacionadas ao uso dos computadores para todos os cursos da UEMG Carangola, em especial para as aulas práticas específicas do curso de Sistemas de Informação. Todas as atividades desenvolvidas no Laboratório de Informática visam o desenvolvimento do conhecimento acadêmico, do ensino, pesquisa e extensão.

O objetivo do disposto neste regulamento é apoiar o gerenciamento adequado dos equipamentos e serviços do Laboratório de Informática, com base de que o acesso a estes recursos é um direito de toda comunidade acadêmica, mas que também que gera deveres quanto à sua correta utilização.

Sobre os recursos do Laboratório de Informática da Unidade, estão disponíveis 30 (trinta) computadores do tipo desktop, equipados com processadores Intel Core® i3, de 10ª geração (i3-10100T); 16 (dezesesseis) Gigabytes de memória RAM, do tipo DDR4-2666Mhz; unidade de armazenamento interno do tipo SSD M.2 NVMe x4, com 240 Gigabytes de capacidade; e monitores Lenovo ThinkVision de 23.8 polegadas. Todos os computadores possuem sistema operacional Windows 10 e estão conectados em rede cabeada, com acesso à internet. O laboratório conta também com datashow, quadro branco, quadro de avisos, tela para projeção e 2 aparelhos de ar-condicionado.

O uso do Laboratório de Informática para aulas ou outras atividades acadêmicas será em dias letivos, de segunda à sexta, nos turnos da manhã, tarde ou noite, conforme calendário acadêmico da UEMG e mediante agendamento prévio de sua utilização. No turno da noite, o uso do laboratório será destinado preferencialmente para o desenvolvimento de aulas práticas de disciplinas curriculares que requeiram uso dos computadores.

Os agendamentos serão feitos no setor de Protocolo da Unidade, que mantém um sistema unificado para o registro de disponibilidades quanto à utilização não só do Laboratório de Informática, mas também para os demais laboratórios da Unidade. Todo agendamento deve

ser feito com antecedência

Durante a semana letiva, alguns dias e horários são previamente alocados especificamente para disciplinas práticas exigidas pela formação em Sistemas de Informação. Havendo a necessidade de utilização destes horários específicos por outros cursos, uma solicitação pode ser feita através do envio de mensagem para o e-mail labinfo.carangola@uemg.br. Solicita-se aos docentes que essa solicitação seja feita com antecedência, visto que há planejamentos de aulas a serem cumpridos para as disciplinas práticas mencionadas.

As atividades desempenhadas no Laboratório de Informática deverão ser restritas ao ambiente acadêmico, orientadas às disciplinas dos respectivos cursos. Durante as aulas, o docente tem o direito de não permitir a presença de alunos estranhos à sua disciplina, visando ao bom andamento dos trabalhos.

Conforme necessidade, o laboratório poderá ser utilizado para dar suporte a projetos de pesquisa e extensão, mediante agendamento prévio e ciência da coordenação do laboratório, desde que não prejudique as atividades de ensino previstas.

Para atividades de monitoria, os horários também devem ser agendados conforme cronograma proposto pelo docente responsável, em consonância com a disponibilidade do laboratório. Durante a monitoria, os estudantes monitores deverão atender e orientar aos estudantes tutorados sobre o uso correto dos equipamentos disponíveis.

Não será permitido acesso de pessoas alheias à Universidade, salvo autorização expressa da coordenação do laboratório, da chefia do Departamento de Ciências Exatas ou da Direção da Unidade.

Durante as aulas, é de responsabilidade dos docentes das disciplinas realizadas no laboratório orientar os trabalhos e zelar pela ordem e utilização dos equipamentos. Ao término de suas aulas, os docentes devem sempre solicitar aos discentes presentes que recolorem as cadeiras em seus devidos lugares, desliguem os equipamentos corretamente, retornando teclados, mouses e monitores às suas posições de origem e que mantenham o ambiente limpo.

Para a preservação do meio ambiente escolar / acadêmico, necessário às atividades do Laboratório, também é importante observar as seguintes orientações:

- I. Preservar a ordem e limpeza do ambiente, em todos os aspectos;
- II. não escrever diretamente nos móveis do laboratório;

- III. conservar mãos limpas para o manuseio de teclados e mouses; evitar toques nos monitores com as mãos ou com qualquer outro objeto (canetas, lápis, etc);
- IV. é terminantemente proibido o consumo de alimentos dentro do laboratório;
- V. Recipientes com líquidos podem ser mantidos, desde que possuam tampa para fechamento e não sejam acomodados nas mesas dos computadores. Copos, canecas e outros recipientes que não possam ser fechados são proibidos no laboratório;
- VI. nenhum cabo pode ser desconectado dos equipamentos, em nenhuma hipótese;
- VII. por questões de segurança quanto a sistemas e redes, não é permitido o uso de *pendrives* ou outros dispositivos de armazenamento externo, através das conexões USB;
- VIII. não é permitido utilizar os computadores com o intuito de alterá-los, mudá-los de posição, retirar ou conectá-los a qualquer outro equipamento;
- IX. fica expressamente proibida a instalação ou remoção de softwares e o acesso a conteúdos online que possam ser considerados ilegais ou ofensivos à moral pessoal ou coletiva.

Ao fazer uso dos computadores, os discentes devem sempre verificar se os equipamentos apresentam as condições necessárias para uso e, se necessário, reportar qualquer problema ao docente responsável no momento, caso constate alguma irregularidade, que deve ser registrada através do envio de mensagem para o e-mail labinfo.carangola@uemg.br.

Nenhuma alteração nas configurações de softwares de uso comum deve ser feita sem prévia autorização. Como o laboratório é de uso amplo, para muitos discentes de diferentes cursos, todos devem zelar pelos arquivos armazenados pelos seus pares nos computadores.

A instalação de softwares nos computadores será feita mediante análise de viabilidades quanto ao seu licenciamento e compatibilidade de uso para o laboratório. Todas as solicitações podem ser feitas através do formulário online, disponível em <https://forms.office.com/r/khsb27rbuG>.

Preferencialmente, serão utilizados softwares livres, de licença GPL/GNU, ou outras licenças Open Source reconhecidas. Para softwares proprietários sempre haverá avaliação quanto à viabilidade de aquisição das licenças de uso, seguindo os trâmites legais exigidos.

Para se estabelecer um processo dinâmico de melhoria contínua do Laboratório de Informática como espaço de desenvolvimento acadêmico, será solicitada aos docentes o envio

de um feedback, através de formulário online, com apontamentos sobre a utilização e resultados do Laboratório de Informática para com suas aulas.

Qualquer dúvida ou esclarecimento que se faça necessário quanto ao uso do Laboratório de Informática pode ser enviado para o e-mail labinfo.carangola@uemg.br. Casos omissos que porventura não constem deste documento deverão ser tratados pela coordenação do laboratório, juntamente com a Direção da Unidade.